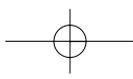
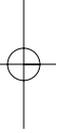


# Documento A R E A L 5



Todos os direitos desta edição reservados  
Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda.  
Rua Maestro Callia, 123 Vila Mariana  
04012-100 São Paulo, SP - Telfax (11) 5082 4190  
e-mail escrituras@escrituras.com.br  
site www.escrituras.com.br

Editor  
Raimundo Gadelha

Coordenação editorial  
Angela Annunciato

Direção da série  
André Severo e Maria Helena Bernardes

Capa  
André Severo

Projeto Gráfico  
André Severo, Denise Gadelha e Paula Krause

Editoração  
Vaner Alaimo

Concepção geral do livro  
André Severo

Fotografias  
Paula Krause  
(Maria Helena Bernardes fotografias nas pgs.: 86-87, 98, 104-105 e 142 )

Revisão em Língua Portuguesa  
Sumaya de Souza Lima

Impressão  
xxxxxxx

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Severo, André

Consciência errante / André Severo. –  
São Paulo: Escrituras Editora, 2004. –  
(Documento Areal; 5)

Bibliografia.

ISBN 85-7531-150-6

1. Artes I. Título. II. Série.

04-7111

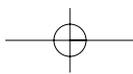
CDD-700

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Artes Visuais 700

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*



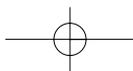
Documento A R E A L 5

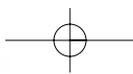
# Consciência errante

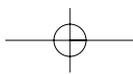
ANDRÉ SEVERO



  
**escrituras**  
São Paulo, 2004

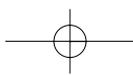


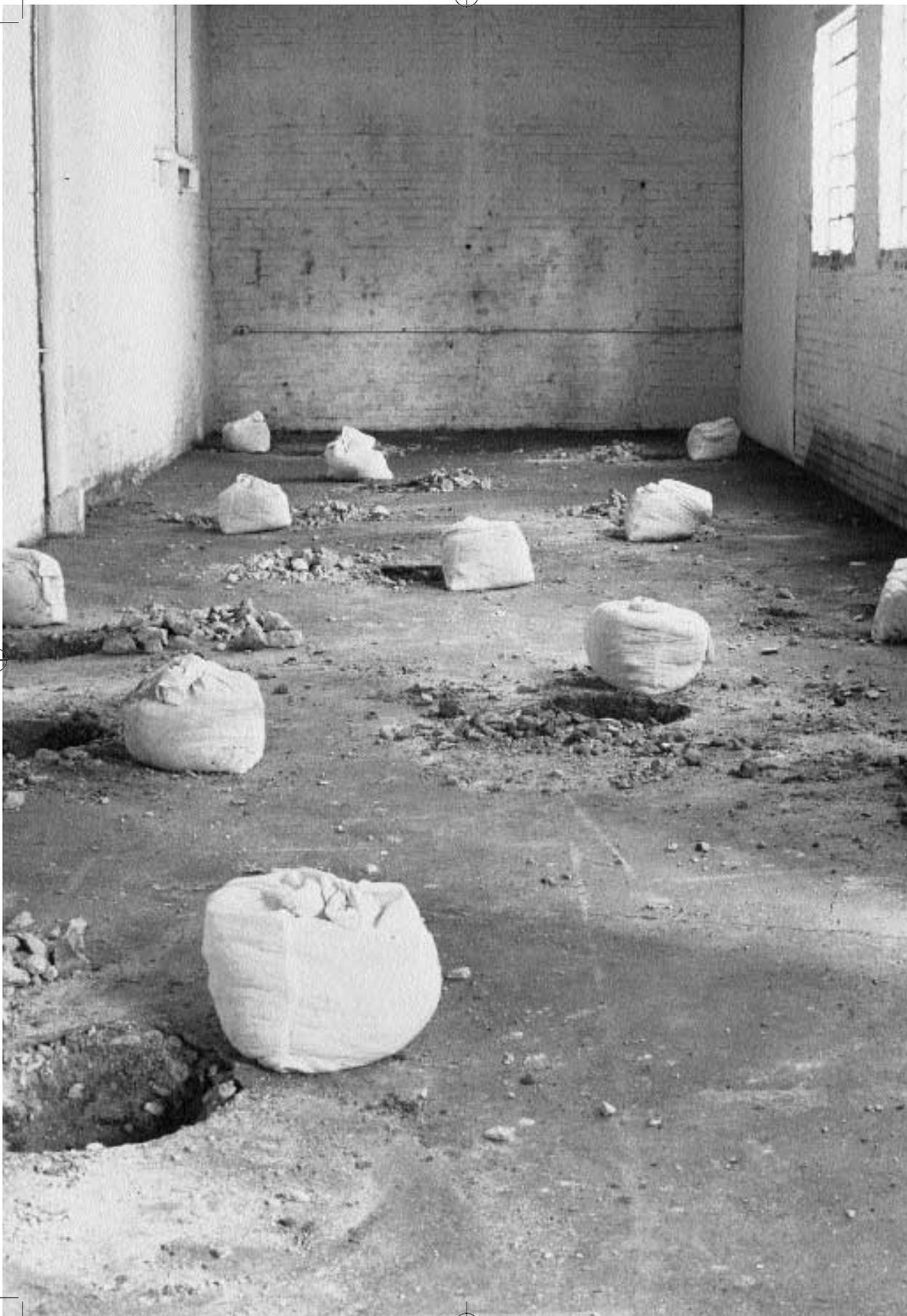




## SUMÁRIO

[ CAPÍTULO 1 ]	Porção nômade	09
[ CAPÍTULO 2 ]	Condição transitória	37
[ CAPÍTULO 3 ]	Entrecruzamento de fronteiras	61
[ CAPÍTULO 4 ]	Consciência errante	99
[ CAPÍTULO 5 ]	Tanto de areia em meus ouvidos <i>Maria Helena Bernardes</i>	149





A uns trezentos ou quatrocentos metros da Pirâmide, inclinei-me, apanhei um punhado de terra, deixei-o cair silenciosamente um pouco mais longe e disse em voz baixa: "Estou modificando o Saara". O fato era mínimo, mas as não-engenhosas palavras eram exatas e pensei que tinha sido necessária toda a minha vida para que eu pudesse dizê-las. A memória daquele momento é uma das mais significativas de minha estada no Egito.

Jorge Luis Borges



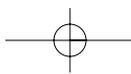
# 1 · PORÇÃO NÔMADE

Aceitar a idéia de transitoriedade, percorrer grandes extensões de paisagem, viajar por terras distantes, correr por diferentes partes, migrar, digressionar, mudar de uma região para outra, romper todos os laços, cruzar fronteiras: características do movimento errante. Como homens, segundo Basave del Valle, “somos todos peregrinos e nossa história é a história de nossa peregrinação”.<sup>1</sup> E, com efeito, por nossa natureza inconstante, pela inquietude ontológica que nos anima, somos todos caminhantes em busca das respostas que irão desocultar os eveternos da origem e finalidade do propósito humano. Sabemos que foram as primeiras grandes correntes migratórias que formaram regiões, continentes e países e, malgrado as transformações das civilizações, dos conceitos e das estruturas sociais e culturais a que estamos sujeitos, permanecemos, ainda hoje, essencialmente migrantes.

Pela agitação de fuga que nos imprime ação, pela incoercível sede de aventura que destaca o caráter e as particularidades de nossa humanidade, encaramos a vida como uma eterna caminhada e andamos – desde tempos remotos – de um lugar para outro, sozinhos ou em grupos, tribos, clãs e famílias, em busca de condições de sobrevivência, de solução para os problemas eternos da nossa realidade imediata e de respostas para as dúvidas essenciais e existenciais que, inapelavelmente, nos alcançam como seres humanos. Somos sujeitos passionais e pulsionais, indivíduos insatisfeitos que, por natureza, não se contentam com uma vida orientada apenas por objetivos determinados, que não suportam a fixação e o fechamento, que fogem do instituído, bem como das diversas formas de limitação que o instituído gera; possuímos uma consciência inquieta, rejeitamos a repetição indefinida e nos obrigamos constantemente a testar nossa capacidade de adaptação, de mudança e de renovação ante os incessantes desafios que a vida, a história, a sociedade e a cultura nos impõem. Como migrantes em ebulição, estamos sempre prontos a inaugurar um movimento de afastamento, de fuga, de deriva e de dissociação; mesmo pressionados pela tendência à imobilização da organização comunitária, desejamos uma vida de identidades múltiplas, uma maneira fractal de existir onde todas os nossos movimentos e ações se equivalham, onde a essência daquilo que somos possa estar presente em cada fragmento dos pensamentos que produzimos, em cada tentativa de nos estabelecermos na continuidade histórica de nossa existência.

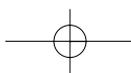
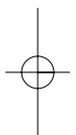
Errar é divagar; divagar é também andar sem rumo, vagar, percorrer, afastar-se, sair de onde se está, fazer digressão. Em seu sentido etimológico, a própria palavra existência parece significar algo como se elevar para fora, sair de si, fugir, errar. Como obstinação da personalidade do homem, a errância (entendida, aqui, também como uma forma de inquirir os princípios que abarcam particularidades do agir humano) se afigura como uma característica pulsional e obsessiva do conjunto de qualidades que definem a individualidade e a disposição de espírito que apresentamos para agir – com maior ou menor vigor – diante das circunstâncias de nossa realidade imediata. Uma parte de nosso caráter ôntico que nos torna capazes de, a qualquer momento, acionar um raciocínio caótico e divagante; de inaugurar um modo de pensamento pronto a se dispor contrário aos dogmatismos que limitam nossas mais descomedidas reflexões e aprisionam os mais inquietantes e desconexos raciocínios que (longe dos pressupostos teóricos, das doutrinas intelectuais, ou mesmo das submissões consociais) poderíamos desenvolver. Um somatório não qualificado de aspirações que, refletido em características de nossa humanidade, na vontade de superação e no incoercível desejo de manter o movimento de negação das determinações, parece ser, justamente, o elemento revelador da pulsão migratória que se esconde no conjunto total de nossos aspectos cardeais.

Errância é peregrinação, movimento, deslocamento, variação, afluência, animação, e agitação. Por possuímos o potencial inato da migração devemos concordar que as caminhadas e digressões que sobrelevamos são constituintes essenciais no entendimento do contexto identitário em que atuamos. Convimos também em assentir que, ainda que não sejamos sempre conscientes de tais atos, possuímos o condão de levar a fundo o afã – ao qual não podemos, de qualquer modo, eludir – de desapego, de alucinação e de abandono que se manifestam como partes concomitantes dos subsídios que ajudaram, e ainda ajudam, a edificar a natureza desquietada que arremedamos. Nos diversos momentos em que nos atravessa, o ideário da errância já parece carregar, em si, uma promessa de abertura para o incerto, de transposição de incontingências e de abandono de definições e especificações. Independentemente da maneira com que o avoquemos no contíguo de nossos hábitos (ordinários ou excêntricos), apresenta-se como uma espécie de fonte original da experiência de nossas atividades e pensamentos. É uma incitação que nos habitua a desenvolver ações não obstaculizadas, a elaborar pensamentos não linearizados, a viver contextos não centralizados; um encorajamento a caminhar de uma maneira multiforme por sobre os terrenos (ideológicos, religiosos, psicológicos, afetivos, profissionais, políticos, sociais) que compõe o biocoro existencial em que nos encontramos; uma aspiração difusa e potencial que almeja corresponder a um modo especulativo de pensar (não dedutível à resolução de tarefas e problemas determinados) e nos impele a ficar móveis e a desatender aos apelos de permanência estática da realidade consocial e cultural em que nos inscrevemos.



Analisada sob o ângulo das relações que podemos ainda manter com os fluxos migratórios que historicamente ajudaram a criar o conjunto de aspectos peculiares à vida intelectual, artística, cultural e social, a errância – ou o que, a partir daqui, passaremos a chamar de *porção nômade* do conjunto constituído de circunstâncias que nos distinguem individual e coletivamente – parece ser o traço da natureza humana que estimula a curiosidade, a investigação e a busca de respostas para as angústias existenciais que mais profundamente nos perturbam. Uma veemente característica de nossa identidade que, mesmo amortecida pela falta de uso, parece, ainda hoje, estar inscrita na própria estrutura das qualidades que pertencem à substância ou essência de tudo aquilo que reconhecemos e almejamos. Demonstramos essa natureza errante, essa irrefreável tendência à mobilidade em boa parte das atividades que realizamos usualmente: nas migrações diárias, nas experiências científicas, religiosas, artísticas, sociais, culturais e sexuais cotidianas; nas ações ou pensamentos de sabotagem e rebelião contra a funcionalidade, contra a linearidade, contra a racionalidade, contra a especialização que nivela pensamentos e reduz o indivíduo a uma peça de engrenagem da mecânica social. E essa incitação errática – ou pelo menos o pálido reflexo que podemos vislumbrar (em parte daquilo que somos) do movimento das sociedades migrantes – é aspecto vital na composição da humanidade que representamos; é constante de nossa natureza que exprime a inquietação, o descontentamento e a revolta contra a ordem ou a situação estabelecida; é, de certa forma, uma distinção de identidade, um traço de humanidade que (na medida em que se mostra capaz de nos revelar, em nós mesmos, vestígios da qualidade ou condição de ser de indivíduos que assumem a transitoriedade de sua existência, agem diretamente em sua realidade e alteram constantemente o ambiente de seu entorno específico) contrasta com as expectativas culturais e políticas de controle e permanência e com a mais profunda aflição de estabilidade do organismo comunitário em que nos fincamos.

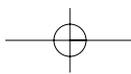
No que concerne aos anseios de desarraigamento, a errância, como configuração fundadora de certos fenômenos psicológicos e sociológicos que articulamos, exprime características essenciais daquilo que somos e traduz a inquietação e a sensação de desequilíbrio ante o compromisso de residência, de imobilização, de fechamento, de normalização e de padronização que prevalecem em nossos consabidos ambientes de agremiação. Nas variadas maneiras em que pode se apresentar (seja no organismo único ou no corpo comunitário) aparenta ser um aspecto especial da identidade que simulamos; uma compleição peculiar que se revela precipuamente no impulso de entender ou sobrepujar as diversas dimensões de nossa consciência interna – e talvez justamente por estimular a divagação e a aceitação do incerto e do transitório como propriedades centrais da humanidade que nos condiciona, essa espécie de tensão de fuga que guardamos (ainda que domesticada) no quadro de nossa condição primacial, figura revelar-se enunciação capaz de nos levar a refutar as circunscrições e delimitações impostas pelas estruturas que compartilhamos; bem como a assumirmos a



mutabilidade como parte central do conjunto de traços psicológicos ontológicos que nos conferem consciência das figurações que assumimos e projetamos publicamente. Segundo uma versão moderada da coação de fuga que há muito nos aviva – e que nos faz encontrar pontos de intersecção entre as múltiplas e diversas facetas que contribuem para formar a concepção das identidades que se verificam nos possíveis valores atribuídos às variáveis de nossas ações e pensamentos –, ao que parece, tão somente essa erradicação convulsa que guardamos esquecida em parte (também obscurecida) de nossa natureza fundamental parece ser capaz de nos dizer que tudo, inclusive o que ainda não conhecemos, está dentro da agnição que temos de nós mesmos e da realidade em que estamos imediatamente inscritos.

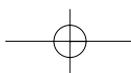
Consoante a uma hipótese natural (não restrita a leis fundamentais dos aspectos relativos ao sistema complexo em que edificamos nossa personalidade e consciência), esse potencial nômade que guardamos na base de nossa natureza íntima já se afigura elemento capaz de desestabilizar tendências e de estabelecer uma ponte no abismo que acreditamos existir entre o mundo das aparências e o ego pensante – mesmo que, diante da uniformidade com que nos comprometemos com as estruturas confederadas a que nos submetemos, tal potencial permaneça ainda devoto às tentativas de estabilização das ações, dos raciocínios e das volições que manifestamos comezinhoamente. Prenuncia, desse modo – e, na medida em que, tropologicamente, podemos dizer que toda atividade humana traz consigo uma necessidade de empreender novas aventuras, de explorar novos horizontes e efetuar um desligamento (mesmo que temporário) em relação às coisas estabelecidas, isso parece ser fator decisivo –, que a *porção nômade* que, insisto, figura originalmente em certo quinhão de nossas propriedades inerentes é elemento capaz de nos conduzir a um ampliamto das possibilidades de investigação de tudo aquilo que se trama concretamente no seio de nossa realidade plênaria. Atravessa-se, também, que essa maneira desarraigada de ver, agir, perceber e integrar-se abertamente com o todo das coisas que nos perpassam de modo incessante, pode – visto que, ainda que não possa proporcionar uma explicação plena de nossa experiência consciente, é oportunidade de inaugurar conseqüências surpreendentes para nossa visão de nós mesmos e do universo (e melhor aqui seria dizer pluriverso) que compomos – ativar as factibilidades (que, não obstante, guardamos em estado latente) de descentrar e redimensionar as experiências objetivas e subjetivas do ser que representamos. Arca-se, então, que no translátício do nomadismo – dissimulado aqui como esta parcela dispersiva e vagueante por meio da qual potencialmente nos aperceberemos daquilo que se passa dentro de nós (ou mesmo em nosso exterior) – figura encerrar-se, além das associações dos correlatos perceptivos (corpóreos e mentais) daquilo que tomamos por consciente, tudo o que há de espiritual, o que há de sublime, o que há de oculto na personalidade própria que demonstramos.

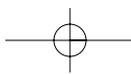
Patenteados tais pontos de vista, acede-se ainda que, como peregrinos em estado de subsistência, sabemos que existe um campo inaudito à nossa frente; um



terreno que talvez jamais possa ser conhecido em sua totalidade; um caminho vasto onde, a cada novo passo que damos, vemos abrir-se um número infinito de novos caminhos, de novos mistérios, de novos fundamentos, de novas declinações, de novas conexões e de novas confabulações. E, nesse sentido, o que a incitação de errância (como uma ambição cruciante que tendemos a manifestar em nosso corpo e espírito) parece, em suma, revelar-nos é que quiçá a grande aventura a que, como homens, ensejamos empreender, seja justamente seguir eternamente esses caminhos, buscar incansavelmente a solução desses mistérios, confrontarmos-nos indelevelmente com esses fundamentos, opormo-nos irrevogavelmente a essas declinações e nos abirmos integralmente para essas conexões e essas confabulações. Tais captações – estou ciente –, podem, obviamente, ser equívocas; mas, por outro lado, acredito, tendem também a evoluir para dissipações, de maior fôlego, no incomovível anelo (que, nada obstante, demonstramos corriqueiramente) por desobstruir e compreender os processos físicos e psíquicos de estruturação de nossa experiência consciente. Constitui-se, desse modo, que se considerarmos as asseverações que iniciamos a expor aqui – de que possuímos a errância como parte das alterações circunstanciais ou características excepcionais que eventualmente nos acometem –, estaremos, quem sabe (através de um escrutínio aberto sobre as condições de subsistência; uma averiguação onde a aprendizagem, o arrependimento, a decisão, a esperança, a promessa e a preocupação sejam reconhecidos como provas da corrente vivencial que realizamos), empreendendo, ou inaugurando, uma caminhada por entre as bifurcações fractais das estradas desconhecidas de nossa identidade individual ou comunitariamente orientadas; e, conseqüentemente, nos despistando a seguir pelo desarraigamento voluntário dos signos e das articulações (dos sentidos e dos meios) que asseguram os efeitos diretos das ações e pensamentos que ordinariamente manifestamos.

Assim, numa tal perspectiva, mais do que a *história de nossa peregrinação*, nossa história parece ser a história da deambulação do sujeito que somos e da divagação do pensamento que desenvolvemos, a história de uma constante caminhada em busca de um sentimento de plenitude, invariavelmente ameaçado pela sensação de desamparo, que nos envolve diariamente. Como veremos, tais eventualidades já se apresentam incutidas em nosso corpo e espírito; e ainda que não venhamos a ter tranqüilidade (ou paciência) para concordar com muitas das dissipações que serão aqui tão lacunosamente inculcadas, ao que parece, já é feita de tentarmos manifestar (de maneira formal ou potencial) a anuição do nomadismo. E passa-se, também, que se pudermos nos desobstinar, ao menos em alguns momentos, do fato de que, ao aceitarmos uma metáfora tão evasiva para a personalidade e consciência humanas, estaríamos violentando o espírito tão categoricamente edificado que portamos, poderemos dismantelar as divisões que construímos em nossa alma inquieta e qualificar o incompreendido (ou o que já deixou de ser abarcado por nossa subjetividade) como partes de nosso ser como um todo – ocorrência que, como procuraremos demonstrar, irá se aventar,





sobretudo, na crença de que ativar a parcela errante do conjunto notável dos aspectos físicos e psíquicos que nos distinguem individualmente pode nos levar a deslocar o pensamento da ordem das coisas possíveis e o conduzir para o além das cercanias da consciência que acatamos (para, quiçá, transformá-lo em um acontecimento capaz de se precipitar à ordem lógica do mundo dito consciente).

Desapego, circulação, relativização, inquietação, fascinação, conjunção; consonância de eventos dinâmicos e estáticos. Talvez caiba já salientar (até para não criar falsas expectativas de elucidação conclusiva de fenômenos sobre os quais anelo apenas por especular) que a motivação das reflexões que aqui se seguirão não procura marchar atrás de regras determinadas para organizar e concluir raciocínios válidos e corretos – mesmo porque, como se sabe, a validade e a correção nem sempre atestam a relevância de uma indicação ou de um argumento. E isto é posto, pois que, a despeito das genituras (a serem esclarecidas mais adiante) que me conduziram a aventura de tecer lucubrações sobre o impulso de desarraigamento que acredito por vezes tomar conta dos aspectos visíveis que compõe nosso caráter individual, as excogitações aqui expostas pretendem se ocupar de pensamentos e afirmações apenas no que se refere à sua estrutura, não se preocupando com sua sobrelevância ou conveniência, e sim com o potencial de desdobramento que as questões expostas ilustram ou indicam. Desse modo, o que prosseguirá, em suma, serão divagações, desvarios e devaneios (sempre gravitando em torno da atividade errante de indivíduos que escapam à nossa lógica de seres sedentários e confinados em contextos culturais e sociais construídos acerca da acomodação e da repetição indefinida), a respeito da peregrinação, do transitório, do entrecruzamento das fronteiras e da transposição de limites de nosso empreendimento e conhecimento, como condições naturais de todo fenômeno vivaz – sejam eles reagentes biofísicos ou estruturantes psicológicos dos fatos e condições de nossa humanidade.

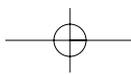
Boqueja-se, portanto, que o que procurarei compreender e expor com as considerações que me propus a levantar aqui é um compêndio da complexa complementaridade, entre o desejo de arraigamento e a necessidade da fuga, que se reflete, basicamente, na sinergia interna que engendra todas as nossas expectativas e potencialidades e nos mostra que negar o caráter dinâmico das ações de degredo e de integração é sucumbir à série inextricável de contradições e oposições que nos impedem de colocarmo-nos de acordo com a existência individual e a realidade social que corporificamos. Obviamente estou ciente de que muitas vezes afigurar-se-á que alguns dos assuntos então levantados estarão sendo tratados de modo prematuro, redundante, ou mesmo inconsistentes; fato que procuro justificar com a ilação de que minha intenção, neste momento, não é a de sustentar essas digressões no raciocínio logicizado ou racionalizado – que, acredito, muitas vezes foge dos paradoxos e das inconsistências e apenas limita as ações e pensamentos que aplicamos em nossa realidade imediata –, e sim operar uma deriva, no que possível, sensível, acerca de uma tendência à erradicação que,





dando feição de adágio, sustento que guardamos, mais ou menos conscientemente, no substrato de nossa personalidade. Dessa maneira é que, a propósito de excogitar sobre o movimento interno responsável pelo estímulo, pela evolução e pela alternância das contingências e circunstâncias que fazem com que nos rebellemos ou nos conformemos – voluntária ou compulsoriamente – com os contextos sociais em que nos inscrevemos, tomarei como base para as lucubrações que se seguirão, a evidência (alicerçada internamente em uma intuição particular) de que sentir a contingência e a miséria diante do compromisso de enraizamento e enclausuramento – próprios das organizações sociais modernas – já se traduz como testemunho suficiente da existência de uma parcela errante no somatório de nossas características especiais inauditas.

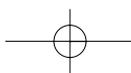
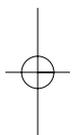
Assim sendo, vaticina-se – como, efetivamente, indicam-nos certos estudos sociológicos e antropológicos que têm se ocupado das formas do nomadismo psicogeográfico na variada cena social contemporânea – que o abespinhamento com uma vida aturdida pelo conspicuo, pelo artificialismo, pelo qualitativo e pelo desambigüisado tem suscitado uma espécie de “nomadismo comunitário”<sup>2</sup> (refletido em amotinamentos cotidianos) em desconhecimento com a estruturação e os fundamentos da agregação social global. E, nesse sentido, parece já ser axiomática a assertiva de que possuímos, no somatório de nossas qualidades distintivas fundamentais, certa parcela de identidade que nos impele à fuga, ao desenraizamento, a quebrarmos o enclausuramento e a acomodação da vida socialmente compartilhada. De fato – haja vista a maneira como nos sentimos diante das viagens, dos exílios voluntários, da quebra de algumas relações ou compromissos sociais, da interrupção de continuidade em certas situações e da violação ou infração de determinados contratos ou acordos –, tais afirmações são indícios de que o desvio, o debandar-se e o retirar-se, servem, sobretudo, como estímulos para um melhor aproveitamento das coisas que comumente compartilhamos na caminhada pelas estradas polifurcadas da existência plenária que sobrelevamos. Ocorre, contudo, que dificilmente poderemos evitar a questão da validade de acionar tal qualidade ou propriedade distintiva; ou ainda – se aceitarmos a conveniência de tal movimento – de pensar sobre para onde se dirigiam nossos pensamentos e ações caso optássemos pela adição do nomadismo e por uma certa subtração da objetividade e do pensamento puramente racionalizado como condição necessária da abertura para lógicas alternativas e para uma compreensão mais abrangente das atividades a que nos dedicamos. E como resposta (ainda que se tratem de certames absolutamente pessoais), creio nos cabe já indicar que especular sobre a natureza errante que, em nós, coexiste com o comportamento baseado na acomodação e no assentamento, é algo como investigar as asseverações que internamente nos dizem que não se pode pensar na “validade” de uma ação, ou na “localidade” para onde se dirigirá um pensamento, enquanto não aceitarmos que sempre que pensamos ou agimos, estamos cercados, por assim dizer, de contingências, situações, coisas e pensamentos – acaçados muitas vezes sem questionamentos – que, talvez até por seu uso cotidiano



e pela arraigada preocupação com sua funcionalidade, encontram-se apartados de nossa experiência sensível, e, conseqüentemente, da metábole das situações exógenas que se entrecruzam solidamente em nossa realidade factual.

Desta maneira, ainda que haja um aspecto seguro e confortável no enraizar-se em participações sociais, devemos aceitar a disseminula de que, impulsionado pelo desejo de transformação, o próprio fundamento da atividade humana – mesmo tendo suas manifestações burocratizadas pela organização política, social e cultural a que nos expomos diariamente – parece ainda revelar-se essencialmente na contração de todas as nossas expectativas, experiências, predisposições, propensões e potencialidades. E, com efeito, como já nos indicou Michel Maffesoli em seu livro *Sobre o nomadismo* “a errância pode ser considerada uma constante antropológica que, sempre e mais uma vez, não pára de penetrar em cada indivíduo e no corpo social em seu conjunto”.<sup>3</sup> Calha, pois, que essa constante antropológica, essa obstinação da personalidade do homem, que é a errância (o movimento de caminhada) tem se revelado um elemento fundamental, mesmo quando não intencional, da estruturação do pensamento humano, do entrecruzamento de fatores particulares e universais da humanidade. E é nesse sentido que, creio, podemos indicar, sem medo de errar, que a errância, a caminhada, a peregrinação, a divagação, são como o translato da potência, da vitalidade e do vigor dos atributos universais que caracterizam a natureza própria de um indivíduo concreto; e que o anelo por uma compreensão maior dessa natureza, amotinado pela “pulsão de fuga”<sup>4</sup> – qualidade distintiva do ente que somos –, parece ser o que nos arrasta a uma mudança no modo de avaliação dos princípios que comandam o arranjo habitual do nosso pensamento e de nossas motivações.

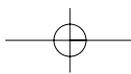
Deriva-se, também, que assim como os demais elementos que servem de base para edificar uma filosofia particular de especulação sobre a natureza humana, a errância, ante um estímulo adequado – que pode ser simplesmente uma necessidade de se colocar de uma maneira diferente diante dos fenômenos da realidade constatável –, pode nos levar a vislumbrar uma parte da nossa personalidade que é muitas vezes ocultada pelos apelos de acomodação da vida coletiva. Sem que obrigatoriamente devamos estar plenamente conscientes do que representa a idéia de desligamento – visto que estamos acostumados demais com a fixação, com o enraizamento, com a palpabilidade e com as invocações de uma organização que parece se caracterizar principalmente pela abundância e proliferação das idéias gerais, das noções simples e seguras que procuram nos encaixar confortavelmente no corpo social comunitário –, creio que já nos bastam as projeções, tropologicamente alicerçadas, de que qualquer indivíduo ou sociedade guarda, ainda, resquícios de sua peregrinação fundadora; e de que (mesmo que não seja fácil, diante dos propósitos da moderna sociedade de afluência, obter o enfoque dessa erradicação original e abrir-se para uma maneira nômade de interpretação dos fatos objetivos da existência) o próprio ideário da errância, por si, já nos leva à polissemia, a um entrecruzamento das fronteiras que limitam e



compartimentam nossos pensamentos e ações, a um desarraigamento das situações previamente conhecidas e domináveis em que nos apoiamos.

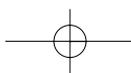
É verdade que nos sentimos física e moralmente inclinados à acomodação da vida em comum e que por uma necessidade de estabilidade nos agrupamos em sociedade; porém, por possuímos um espírito intranquilo, por nossa propensão à migração, pela inerente mutabilidade que nos circunda, muitas vezes tendemos a enfrentar esta acomodação, encarando nossa humanidade como a uma estrada indefinida, onde assumimos responsabilidade por nosso andar, abrindo novos caminhos no ato mesmo de caminhar. É talvez por sermos essencialmente caminhantes – por nos vermos eternamente instigados a percorrer novas e diferentes estradas e encontrar um novo e distinto terreno para a concentração de nosso espírito e para a compreensão das representações, idéias e sentimentos que nos distinguem particularmente – que constantemente nos encontramos em desacordo com a vida corporativa em que nos assentamos. Estamos sempre à procura de novos desafios e, na ânsia de tentarmos compreender os elementos e situações de nossa existência e realidade efetivas, já não nos contentamos em subordinar as indagações essenciais que nos assolam cotidianamente à competência explicativa das teorias, hipóteses, premissas e leis fundamentadas que se amoldam apenas em bases objetivas e silogismos racionais. Encontramo-nos, hoje, vivendo numa realidade conjunta de ações recíprocas, de usos, costumes e crenças compartilhadas; todavia, todas estas formas comuns que dividimos não nos pertencem individualmente e não refletem a identidade do que somos, pois não são, a rigor, de ninguém em particular, pertencem a todos e somente refletem o conjunto. Ocorre, portanto, que toda realidade social comunitária figura estar já constituída por um desdobramento e articulação da ação individual que deve se subordinar à instituição coletiva – e a esta situação, a *porção nômade* de nossa identidade parece também obstar.

Quando penetra no corpo coletivo, a coação de fuga pode levar a questionamentos sobre a validade da tendência de substantificação da organização comunitária, assim como da inclinação do indivíduo em se albergar na égide da vida social. Tomando por verdadeira tal assertiva, pode-se, ainda, aquiescer que possuem naturezas errantes todos os indivíduos ou agrupamentos que se encontram, em algum momento, movidos pelo desligamento em relação às instituições definitivas e aos valores comumente admitidos. E essa natureza errante, de certa forma, é o que, muitas vezes, nos põe em oposição à estrutura da sociedade como ela se apresenta, deixando-nos em contato com capacidades anteriores do ser que somos e mostrando que nossa identidade, vontade e consciência podem ser mais do que simplesmente fatores na situação em que estamos imediatamente inscritos. Naturalmente isso não se aplica de maneira crua à sociedade – visto que, não há como negar, na atual conjuntura, somos seres essencialmente sociais e que, ao menos até o momento, a sociedade humana tem funcionado com muita desordem, aleatoriedade, conflito e desigualdade. E, nesse sentido, ao que a *porção nômade* de nossa personalidade parece, sobretudo, oferecer embargo é para



uma organização comunitária idealizada (e já institucionalizada) que é tratada aqui – sempre pela base topológica – como a representação de um organismo vivo que intenta ordenar, através da fixação e da implementação de valores que devem ser por todos acolhidos, a natureza plural e contraditória do indivíduo que anela pela acomodação mas, simultaneamente, é movido pela inquietação e a tendência à erradicação.

Em matéria de especulação sobre as causas últimas do ente humano, podemos dizer que as motivações e inquietações que compõem nossa personalidade (e que nos levam a enveredar por caminhos desconhecidos) também se manifestam essencialmente na angústia, na insatisfação e na falta de certeza – elementos que, nada obstante, já nos impõem a urgência do reconhecimento das noções de transitoriedade e de mutabilidade, contidas na *porção nômade* que obscurecemos dos aspectos visíveis que compõe nosso caráter individual e moral. Entretanto, ainda que sejam enunciados essenciais na estruturação daquilo que somos, essas idéias de transitoriedade e mutabilidade que o movimento de erradicação suscita (e sobre as quais, logo à frente, falaremos com mais cuidado) nos desnorteiam e, ao que parece, lembram-nos de que em nosso dia-a-dia, no confinamento da realidade ordinária que suportamos, não somos, muitas vezes, capazes de enxergar nossa personalidade individual, ou perceber nossa consciência, separada das condições a que supomos estar sujeitos e da situação em que estamos aparentemente confinados – visto que é, sobretudo, na busca pela solidez das coisas, na obsessão pela objetivação e pela ponderação racional, no anelo de obtermos conforto em relação a essa idéia de transitoriedade da vida que tanto nos desampara, que colocamos de lado a experiência do transitório e afastamos a possibilidade de transcendência que a dimensão da desarticulação (que é também a dimensão da efemeridade, da casualidade, da entropia) oferece. Passa-se, portanto, que nos movimentos cotidianos que realizamos, mesmo em situações novas e inesperadas, somente nos admitimos a ação dentro de uma amplitude e variabilidade pessoal permitida pelo que entendemos como parte do conjunto de nossas capacidades naturais e traços característicos determinados; porém, tais determinações, quando não servem para estimular algum movimento objetivo – ou mesmo subjetivo – de superação do que tomamos por incontingente, revelam-se barreiras que estimulam a aceitação (como característica ou traço de personalidade) de algo que possivelmente não somos, ou que ao menos não somos inteiramente. E, segundo posso engendrar, espelha-se, também, que talvez seja justamente por não nos satisfazermos completamente com estas determinações – por não encontrarmos (ao menos com a frequência que desejaríamos) conforto em uma vida estável, funcional e puramente racionalizada, por, muitas vezes, tentarmos escapar dos fundamentos sólidos de uma existência cultural associada, por cogitarmos fugir de uma identidade comprometida com obrigações profissionais e familiares – que tão assiduamente anelamos por acionar a parcela nômade que guardamos suplantada no quadro mais geral da existência que compartilhamos e por nos lançarmos em uma jornada pelos territórios múltiplos da



identidade que dissimulamos (onde as diversas facetas de nossa personalidade poderão se exprimir em experiências plurais cada vez mais abertas).

Sabemos, também, que mesmo na afirmação de modelos biológicos, sociológicos e antropológicos dificilmente contestáveis, no encontro de verdades que aparentemente dizem respeito a todos – comunitária ou individualmente – cada um de nós se realiza em seu próprio destino de forma única e incomparável. Logo, aceitar as determinações comuns, querer reduzir toda a realidade do espírito humano a modelos instituídos e fórmulas generalizadas, é negar que o âmago de nossa existência seja capaz de conter, simultaneamente, permanência e variabilidade, intencionalidade e casualidade, neguentropia e entropia, contradição e pluralidade. Somos peregrinos existenciais, procuramos incansavelmente transcender o âmbito de nossa vida comum e consagramos, por conseguinte, em assentir que somos nós mesmos que constituímos a causa material da sociedade em que vivemos, que recebemos e damos forma ao composto em que nos acomodamos e que realizamos a “união moral”<sup>5</sup> que constitui intrinsecamente a sociedade. Nossa personalidade busca o absoluto, mas não é invariável, fixa ou estável e, talvez por isso, a imagem que os deslocamentos errantes nos trazem à consciência parece atestar nitidamente a existência, em nós, de um migrante que, reclamando sua plenitude, rebela-se frente ao vazio de sua existência e rechaça as incontingências de sua realidade concreta imediata. Situações que – ainda que não sejam propriamente qualificadas como um acionamento da *porção nômade* que sobrelevamos – são experienciadas por cada um de nós (mesmo que muitas vezes de modo não consciente) na vida de cada dia.

Preuncia, então, que nos fazemos existência assumindo um modo determinado de ser e agir. Em um incoercível desejo de conhecer, caminhamos em busca do essencial daquilo que somos, divagando e estabelecendo conexões capazes de atravessar os diversos campos do conhecimento humano e configurar novos objetos de investigação e indagação dos princípios, situações e condições em que nos sustentamos. Somos seres sedentários que desejam a organização, a permanência, a linearidade e a racionalidade. Porém, ao mesmo tempo, somos multívagos e divagantes. Anelamos por perder o rumo e, mesmo nas instigações de enraizamento e imobilização a que estamos cotidianamente expostos, não conseguimos conter a deambulação de nosso pensamento. No desejo de quebrantar o enclausuramento de nosso espírito reflexivo, nossa consciência jamais cessa de vagar. Sem paradeiro determinado e em constantes desvios, caminhamos para além do demarcável e, na tentativa de nos tornarmos abertura, de abandonarmos determinações concretas, de não nos deixarmos aprisionar por preensões imanentistas, experimentamos as circunstâncias de uma desorganização, de um desgarramento do pensamento lógico ou racionalizado que, em face das várias e diversas situações em que diariamente nos encontramos, inevitavelmente transforma nosso comportamento e invade os sentimentos ou conhecimentos que nos permitem vivenciar, experimentar ou compreender alguns dos aspectos ônticos de nossa existência contraditória.



Passa-se, então, que o que parece subitamente se revelar (ainda que em grau longínquo) é que é a “variabilidade situacional”<sup>6</sup> que desenvolvemos no convívio comunitário que faz com que confrontemos nosso pensamento com o cenário, usual ou inaudito, da realidade concreta em que nos inscrevemos – fato este que nos mostra que a maneira como temos construído nossa personalidade hoje talvez não passe de um reflexo das condições e situações a que nos submetemos e aos ambientes físicos e espirituais em que atuamos. Ocorre, entretanto, que diante de uma organização social, cultural e histórica cada vez mais uniformizada, uma estruturação global que se pretende progressivamente positiva, objetiva e racional, sentimos crescer em nós o desejo de inaugurar uma maneira diferente de pensar, um modo de não aderirmos, pelo menos imediatamente, a denominadores comuns, a valores absolutos admitidos muitas vezes sem questionamento. E infere-se disso que, quando nos abrimos para a estumação da erradicação – rechaçando tanto a nostalgia quanto a ingenuidade, desterrando-nos para a subjetividade e tendo em mente que a linearidade e a objetividade somente irão nos levar de encontro aos mesmos velhos modelos existenciais a que estamos acostumados a reencontrar no embate ordinário que diariamente temos com o mundo –, estaremos nos afastando da antiga idéia de permanência, encetando um modo de reflexão aberto à divagação e, conseqüentemente, desobstruindo-nos para a experiência do casual e do transitório como espaços de questionamento das condições e situações que, de fato, fundamentariam nossa existência.

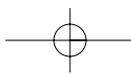
Sujeita-se, pois, que a peregrinação existencial, a qual nos entregamos cotidianamente, parece, outrossim, ter como uma de suas funções principais desmistificar o ideal comunitário e reavaliar os princípios paradoxais e contraditórios com que edificamos nossas tentativas de compreender nossa vida pessoal, coletiva, intelectual e espiritual. E é talvez por isso que a parcela de nossa personalidade que nos impele à errância nos mostra que não estamos totalmente adaptados à vida compartilhada ou que, ao menos, não estamos totalmente conformados com ela. Anelamos uma existência infinita; entretanto, cientes da impossibilidade de nos fincarmos na eternidade, não devemos temer sentir o vazio e o desamparo de uma resposta puramente subjetiva como elemento preparatório que nos capacitará para o encontro com aquilo que, para cada um de nós, será apresentada como a atividade existencial definitiva. Ademais, sabemos que na sociedade atual está em gestação o indivíduo que seremos amanhã; e que nesta transição, a parcela de nossa identidade capaz de se abrir à divagação e à transitoriedade pode se revelar um elemento definitivo na tentativa de entendimento daquilo que estamos por nos tornar – e, é também nesse sentido, que se pode, pois, indicar, que aceitar a *porção nômade* como elemento estruturante de nossa identidade é algo como inaugurar uma maneira de compreender o modo paradoxal com que temos atualmente tratado nossos anseios de arraigamento e necessidades de deambulação; uma tentativa de despolarizar nosso anelo natural de plenitude e parar de esperar de outrem uma resposta que haveríamos de dar individualmente às nossas questões plenárias.

Desterritorialização, despojamento, fragmentação, multiplicidade, ambivalência, equiponderação. Em sintomia, o dinamismo e a espontaneidade da *porção nômade* que ocultamos não estariam senão, justamente, em desejar o equilíbrio e aceitar a mutabilidade e a desconsideração de limites e possibilitar-nos a intensa vivência dos contextos alotrópicos e das situações heterogêneas. Baseado no que se levantou até aqui, poderia-se ainda dizer que por termos a errância na combinação específica de nossas qualidades originais – e por ser a errância uma porção identitária que comporta em sua própria essência uma intenção de extravio, de violação, de transgressão, de agir com excesso e imoderadamente – tendemos a romper com as múltiplas opressões e exigências das situações e condições estabelecidas. Nossa convulsão de erradicação nos desobriga do enraizamento, do controle, da integração e da fixação e estimula-nos o despertar para as manifestações de uma identidade própria e a abertura para uma verdadeira ampliação dos horizontes de uma consciência plena. Verifica-se, então, que é a personalidade inquieta e o desejo de transpor as fronteiras das determinações (propriedades – capazes de ampliar o nosso universo de indagações – da parcela errante de nossa realidade plenária) que cada vez mais são confrontadas com incertezas ou novas verdades sobre postulados por nós admitidos implícita ou explicitamente. E é nesse sentido que se pode, também, arriscar dizer que a pulsão errática da natureza do ente humano, quando metaforicamente percebida como um impulso de busca de equilíbrio e de superação de limites, pode nos levar a questionar a estabilidade dos traços e características que aceitamos como determinações, assim como a real integração que realizamos com os ambientes e espaços em que atuamos.

Através da reconstrução do pensamento individual que o ideário da errância suscita, as noções de solidez são trocadas pelas de fluidez e a ânsia de radicação dá lugar à aceitação do desarraigamento e da transitoriedade como bases para precisar a relação do homem com sua realidade última. E, de fato, denota que da mesma maneira que os povos nômades, que assumem a transitoriedade de suas vidas e cruzam as fronteiras de suas conjunturas, o peregrino existencial que cada um de nós interpreta – mesmo sedentarizado pela convivência nos ambientes comunitários contemporâneos – percorre sua realidade concreta, através de divagações e, muitas vezes, do acionamento de um pensamento ou raciocínio caóticos, procurando ultrapassar sua própria história a partir de experiências e vivências pessoais. Conseqüentemente, na caminhada que empreendemos em busca das respostas que irão desocultar os mistérios de nossa existência efetiva, a *porção nômade* de nossa natureza pode nos levar a inaugurar uma maneira de pensar que nos torne capazes de relativizar a visão estática e puramente racionalizada que normalmente usamos na compreensão do cosmos de nossas verdades físicas, biológicas, sociológicas, antropológicas, culturais, sexuais e emocionais – e, ao que já se afigura, no intento improvável de compreender os diversos fatos da realidade comezinha que acatamos, esse modo de pensar não precisa ser mais do que uma atividade de interpretação, uma precipitação de divagação sobre os fatos de nossa subsistência imediata.

Nesse sentido, pode-se dizer, outrossim, que a incontinência de derrelição que, por vezes, demonstramos frente a uma vida social rígida essencialmente pelo qualitativo e pelo quantitativo, a febre de quebrantar a acomodação e o compromisso de convivência que marcam grande parcela de nossa humanidade, parecem ser os fatores que mais diretamente nos impõe a necessidade da divagação, da deambulação, da digressão (elementos essenciais na integração das possibilidades de nossa personalidade) que, mesmo que não se demonstrem na ação – propriamente dita – de erradicação, podem, ao menos, ser vividos na inauguração de um pensamento sinuosamente orientado. Ocorre, basicamente, que a mobilidade proporcionada pela peregrinação e pela idéia de divagação nos indica que a eferescência da mutabilidade tende, no mínimo, a fortalecer e intensificar nossa vida mortal; e que, no anelo por integridade – e nisso também à imagem dos povos errantes – estamos sempre colocando nossos anseios de permanência contra a experiência de mudança e nos utilizamos tanto das digressões, das divagações, dos raciocínios caóticos e dos pensamentos desestruturados quanto da razão, da objetividade e da linearidade como elementos condutores da dinâmica de degredo e reintegração a que nos dispomos quando aceitamos a *porção nômade* que guardamos internamente. E já se ajunta, que, ao que parece, o que de fato importa em nossa tentativa de desocultar os fatores comprováveis e obscuros de nossa existência, são menos a acomodação e a estabilidade (incitadas pela vida social) e mais as divagações e deambulações que realizamos diariamente – e para as quais normalmente nem damos atenção –, e que, até por serem condições indispensáveis do progresso de nosso conhecimento, já se mostram como disposições para a busca de saber sem compromissos, preconceitos ou categorizações.

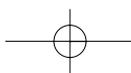
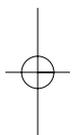
É fato que nossas digressões, divagações ou peregrinações possuem um valor perene; porém, não se pode deixar de admitir que elas são algo de muito vivo, prenes de significação existencial simplesmente porque exprimem alguns dos mais profundos níveis da disposição do raciocínio humano. A divagação, como uma manifestação vital que constitui nossa vida e que (mesmo se nos escorrendo a cada momento) nos é constantemente presente, é, para nós, de certa maneira, um ensaio de desorganização do pensamento e de elucidação do ser pelo resultado dessa desorganização; seu único compromisso parece ser com o desvio, o ultrapassar limites, o desconsiderar fronteiras; suas regras não são as regras da razão ou do raciocínio linear; os princípios que regem a organização do pensamento divagante são preceitos de desordem e imprevisibilidade – aparentemente reconhecidos hoje somente pelas noções de entropia e alotropia. A divagação figura como uma qualidade transversal de pensamento, aberta à necessidade epistemológica de romper os limites do determinismo e da simplificação, e é uma propriedade da estruturação da nossa atividade mental capaz de incorporar a insuficiência, o acaso, a efemeridade, a defasagem e a desarticulação como parâmetros de compreensão da realidade objetiva e subjetiva em que nos encerramos. Infere-se disso que a própria idéia de divagação, como qualidade essencial

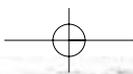


da parcela errática de nossa natureza pode, por si, já exemplificar bem as potencialidades latentes de algo que não se encaixa nos modelos do pensamento objetivado, da dúvida, da ambigüidade, da incerteza, da defasagem e da dissonância; e que aceder a divagação, também como parte essencial daquilo que nos constitui, parece ser, em última instância, propugnar o pensamento ou o raciocínio caóticos e eleger o delírio e a evasiva como diligência de compreensão de nosso afã de plenitude subsistencial. Deriva pois, que, principalmente por ter suas bases na anuição do pensamento divagante, o inato raciocínio errante que promulgo aqui já possibilita uma abertura para a tentativa de entender os fenômenos humanos em um processo cognitivo desarticulado – um respiradouro para a diligência de concentrarmos, em experiências que prescindam da linearidade, todas as potencialidades e expectativas de nossa personalidade, sejam elas racionalizadas, objetivas, acidentais ou factuais.

De certa maneira, podemos concordar que é a angústia e o desamparo que nos impõem a emergência da deambulação e do acionamento da *porção nômade* de nossa personalidade; é, talvez, apenas o nosso desamparo ontológico o que nos alenta a sairmos de nós mesmos, a nos alienarmos, em certo sentido, da realidade manifestada e dos valores comumente admitidos, para, como errantes, irmos buscar em outros territórios o sentimento de plenitude que tão veementemente aspiramos. Incitado diretamente por nossa subjetividade, esse movimento, por vezes, desperta uma vertigem e apresenta-se como uma verdadeira sucessão de desafios, obviamente sem garantia de êxito, ao impulso de inserirmos nossos atos individuais numa trama e num destino universais. Ocorre, então que, no anelo por compreendermos os fatos da realidade concreta que cumprimos, caminhamos sem rumo – como que chamados por um horizonte indefinido onde desamarramos o pensamento dos aspectos visíveis que compõem nosso caráter moral – e nos lançamos para a superação do que entendemos como os fatores invariáveis do conjunto de traços, partes ou qualidades distintivas pessoais que possuímos. E, nesse sentido, poderíamos, ainda, atrever-nos a indicar que por possuímos uma personalidade parcialmente errante, uma irrefreável tendência à divagação – por não nos contentarmos, na interpretação dos fatos da realidade imediata, somente com a razão objetiva – o real não se desvela para nós inteligível apenas porque é visto no processo operativo do sistema; e que o conhecimento, ou autoconhecimento, que adquirimos através das andanças por terrenos naturais, do ato ou efeito de nos afastarmos, de irmos para longe do lugar onde estávamos, de alterarmos os contextos em que nos inscrevemos, surge inteligível e transparente também quando nosso pensar (através de todos os seus sentidos e intuições) começa a efetuar as operações combinatórias de interpretação de nossa própria realidade (ou irrealidade) concreta.

Desse modo, figura essencialmente que é a sensação de que nos circundam inumeráveis ameaças de privação da plenitude a que aspiramos que faz com que tomemos conhecimento do conjunto das coisas e fatos reais, incertos e inseguros, no qual vivemos; que é também por revelarmos uma personalidade

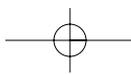






fragmentada, por desenvolvermos raciocínios entrópicos, pelos desvios, devaneios e flutuações de nosso pensamento, que adquirimos consciência, ou pelo menos uma parcial consciência, da *porção nômade* de nossa personalidade – bem como de sua aplicação no período de tempo em que nos passamos. Essa consciência parece, no entanto, nos atestar que as condições da existência em que nos mantemos, a própria vida, a natalidade, a mortalidade, a mundanidade e a pluralidade do mundo em que vivemos jamais podem explicar, salvo parcialmente, o que somos ou responder a perguntas sobre o que somos, pela simples razão de que não são capazes de determinar, com total precisão, nossa natureza ou existência efetiva. Somos movidos pela indeterminação, pelos conflitos, pela mutabilidade do mundo, das coisas, das pessoas e, principalmente, das relações; e as diversas dimensões do ente que somos, assim como a continuidade da existência que anelamos por compreender, parecem ser feitas justamente dessa indeterminação, dos múltiplos desvios a que tendemos, das incontáveis contradições que se manifestam em nosso corpo e em nosso espírito.

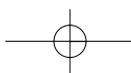
Há, portanto, que se condescender que, intimamente ligado à nução da divagação – que faz com que a parcela errante de nossa personalidade se oponha à estruturação do mundo em que atualmente vivemos, e que, incansavelmente, nos faz caminhar em busca do sentimento ou conhecimento que nos permitirá vivenciar, experimentar ou compreender, senão a totalidade, pelo menos alguns aspectos de nosso mundo interior – estão os enunciados da insatisfação, da dúvida e da contradição que, por não terem seus estados nascentes apenas na razão ou no raciocínio objetivo e nem sempre expressarem uma relação de incompatibilidade entre dois termos ou juízos (sem qualquer dimensão intermediária ou sintética que os concilie), parecem ser, também, marcas essenciais de nossa existência. E sob esse aspecto, na medida em que aparenta ser exortativo que incorporemos tais enunciações como elementos complementares da logicidade e da racionalidade, consagramos em reconhecer (e aceitar), em nosso universo particular de aspirações, o desconhecido, o incompreendido, o misterioso e o entrópico – fatores que, na realidade, são também motores fundamentais para as transformações objetivas e subjetivas no espírito humano e que se revelam, na própria mutabilidade de nossa personalidade, como elementos fundadores de uma hierarquia orgânica na qual muitas vezes as polaridades e contraditoriedades se fundem. O que também nos leva, no desejo de ampliação de nosso universo de indagações, a supor (com quase que absoluta convicção) que somente as divisas de equilíbrio, de complementaridade, da sobreposição de elementos – que se acrescentam para completar ou aperfeiçoar algo –, mostram-se capazes de integrar a natureza ordenada e evolutiva do mundo com sua parcela entrópica e fractal; e que enfrentar a complexidade daquilo que nos constitui em nossa própria espécie (ou aquilo pelo qual nos tornamos o que somos) parece significar, simplesmente, que devotamos olhar para as incompatibilidades e contradições que se nos apresentam como elementos complementares de nossa tentativa de entender – mas não apenas da forma dialética, polar e opositiva que estamos



habituaados – as variantes da constituição da personalidade que desenvolvemos e da estruturação do mundo em que atuamos.

Compreende-se, pois, que dada sua complexidade, nossa realidade hoje não pode (como talvez nunca tenha podido) ser entendida a partir de princípios simples e leis gerais, de oximoros insipidamente utilizados e de padrões aceitos sem questionamentos – fato que é agora encaixado, porquanto, ao lôbrego da vida, resulta que a inconformidade, a dúvida e a insatisfação estão sempre em pé de guerra com a certeza, o entrópico e a acomodação. Assim sendo, além de nos impelir à fuga – a uma relação direta com a alteridade, a viver plenamente a ambivalência hermética de nosso cotidiano compartilhado –, o que, em suma, a parcela nômade de nossa identidade parece nos indicar é que se realmente anelamos por não reduzir nossa existência à apenas algumas de suas possibilidades ou determinações parciais, devemos sempre estar abertos ao não racionalizável, ao entrópico e ao incerto, às contraposições paradoxais de razão e desrazão, de unidade e pluralidade, de ordem e desordem, de certeza e incerteza, que (sem distinção de valor ou importância) são componentes essenciais de verificação dos fundamentos objetivos e subjetivos de nossa realidade plenária. Os resultados e as conclusões podem ser discutíveis, entretanto, colocados tais pontos de vista, há que se considerar que enfrentar a complexidade dos fenômenos humanos não significa desembaraçar-se de certos aspectos da realidade, e sim aceitar os paradoxos e contradições, e acatar que mesmo a lógica e a razão (enunciados que aparentemente estamos tão acostumados a aplicar em nossa aspiração diária de compreensão dos fatos de nossa vivência integral) são elementos que, por constantemente excluïrem de seu campo de análise a subjetividade, a gratuidade e a improcedência, não podem se revelar mais do que respostas meramente parciais ao desafio de agnição dos fenômenos existenciais que conferem grandeza ao empenho de cada um de nós no entendimento do mundo e na realização de si mesmo.

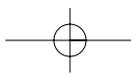
Disto, consagramos, por conseguinte, em assentir – na medida em que estamos, invariavelmente, premidos entre a vontade de estabilização e o desejo de errância – que nossa própria condição, ao mesmo tempo nômade e sedentária, já se revela uma antinomia. E que esse problema nos é imposto pela coexistência, no conjunto daquilo que somos, de duas posturas que têm por divergentes ou mesmo opostas, situações onde notamos uma tensão entre o compromisso de residência (próprio do sujeito inscrito nas sociedades sedentárias) e a exploração do indivíduo que (num rompante de dinâmica inquietação) deseja se abrir para novos terrenos de exploração de sua situação e condição. Advém, então, que para que possamos articular harmoniosamente os dois termos dessa ambivalência e, ainda assim, permanecermos abertos à evasão, à variação e a derrelição, será preciso repousar a pulsão de fuga que nos é própria, sobre a união dos contrários e levar em conta, em sua imprevisibilidade, a pluralidade dos fenômenos humanos. Trata-se, pois, não somente de atender à necessidade de nos afastarmos de tudo aquilo que nos é excessivamente familiar, da interrupção do enraizamento,



do desejo de fuga e de uma incansável busca de novos horizontes; nem tampouco apenas de sucumbir à vontade de encontrarmos descanso no estabelecido, de nos acomodarmos na imobilização e de encontrarmos harmonia na idéia de permanência das coisas; mas principalmente, de buscar equilíbrio entre situações aparentemente opostas, de tentar encontrar uma certa estabilidade, mesmo que não sem oscilações ou desvios, sobre a tensão dos elementos heteróclitos de nossa personalidade, do mundo e da sociedade em que vivemos; e de aceitar que a errância, como parte constituinte daquilo que somos, adquire todo o seu sentido na busca desse equilíbrio e na tentativa de não se deter diante das determinações, das certezas e, principalmente, das autocertezas estabelecidas.

Feitas as contas, pode-se dizer, ainda – se é que é realmente possível pôr em vigor um paralelo entre o movimento migratório das sociedades errantes e a inquietação que demonstramos ao confrontarmos-nos com a complexidade de nossa realidade ordinariamente orientada –, que mesmo que estejamos participando de uma comunidade formal, os nossos anseios mais íntimos mantêm correspondência com uma vida errante, isolada, desarticulada e desarraigada; o que já é sinal indubitável da necessidade de desapego dos valores políticos, ideológicos, sociais, individuais e morais, impregnados e obscurecidos pelo pensamento metodológico calcado, principalmente, na objetividade e na acomodação. Tal sabedoria – ainda que contumazmente negada pelo racionalismo progressivo que (talvez co-conscientemente) impede que a erradicação seja reintroduzida em nossa existência individual e coletiva – parece ser o elemento que irá nos permitir uma maior compreensão da espantosa vitalidade contida naquilo que Michel Maffesoli chamou de “dinâmica do exílio e da reintegração.”<sup>7</sup> O que significa, em suma, que aceitar a *porção nômade* que detemos no quadro de nossas potencialidades é, antes de tudo, uma tentativa de compreender a busca do estranho, do estrangeiro, do outro lugar, do sair de si, do errar, da intensidade do instante, da exigência espiritual de realização, do tornar-se atento à ambivalência das coisas; e que aceitar esses fatores como potenciais elementos de investigação de nossa história individual e comunitária é buscar o significado dessa história em sua estrutura corrente – na efervescência que marca a transitividade e a pluralidade dos fenômenos em que edificamos a busca de respostas aos problemas eviternos e imediatos de nossos propósitos essenciais.

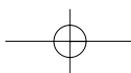
Deste modo, afora um quebrantamento tropológico do compromisso de residência e do enclausuramento em agremiações socialmente ordenadas, acatar o nomadismo como terreno onde se constituiriam as bases autênticas de nossa causa ativa é também um abrir-se às experiências, interpretações e divagações particulares das nossas vivências individuais ou coletivas; é, em suma, considerar uma distinção que nos permite uma ampliação da esfera de entendimento que podemos ter do mundo, da cultura, da sociedade e de nós mesmos. E, de resto, a aposta maior desta redação é a de que no deserto das inquietações que pomos em manifesto, no biocoro que se estabelece a partir dos conhecimentos, convicções, discernimentos e compreensões que apresentamos em nossa vida de cada

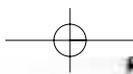


dia, ativemos um processo de adaptação ao desconhecido (daquilo que tomamos por consciente em nós mesmos) para que possamos adquirir progressivamente a capacidade de resistir a certos elementos do meio que nos cerca (bem como da edificação individual de uma personalidade) e, conseqüentemente, tornarmos aptos a viver em condições antes consideradas incompatíveis com a vida e a resolver problemas tidos como insolúveis – o que, ainda que não nos desse a certeza de possuímos um papel essencial na ordem existencial, poderia servir para nos fazer perfilhar o problema de saber se as aspirações que espelhamos desempenham, de fato, um papel intrínseco na existência que suportamos (ou se não passam de ilusões acatadas por nossa subjetividade).

Campear, grassar, avançar, cruzar, espargir, disseminar, irradiar, difundir, vogar: tender irresistivelmente à deambulação. É certo que as dissipações que, por acréscimo, estamos juntando – e sobretudo se forem compreendidas como constituintes de uma teoria objetiva – estampam-se evidentemente absurdas; entretanto, como dissemos mais atrás, podem se afigurar interessantes se vistas como tentativa de dar conta das múltiplas ocorrências que permitem a mobilidade própria das condições de nossa humanidade e natureza contingente. Assim, nos limites do que me propus a argüir neste momento, pode-se, pois, indicar que a aceitação desta *porção nômade* (desta irrefreável compulsão de erradicação) é algo capaz de se lançar como um elemento a mais na diligência humana de entender a constituição da identidade individual e a estruturação da vida comunitária. E esta circunstância se aventa, porquanto, mesmo que não queiramos criar conceitos, destacar ou, como fiz aqui, simplesmente nomear – segundo uma concepção particular – um mote do conjunto de nossos traços essenciais, não podemos negar que existe de fato uma parcela de nossa personalidade que nos impele à errância, à divagação, ao cruzamento das fronteiras da razão lógica e dos domínios das certezas políticas, ideológicas, sociais, profissionais, sexuais e culturais. Não há como contestar nossa natureza errante, não há como se recusar a admitir nossa irrecorrível tendência à divagação – ou, ao menos, não há porque se fazer isso –; e no que diz respeito ao anelo de desenraizamento que nos caracteriza como humanos, ao que parece, já nos basta a ciência de que alcançar a nução deste quinhão de nossa identidade faz parte hoje da problemática geral de conhecimento e reconhecimento do ser que somos e do mundo em que atuamos – reconhecimento este que também não parece ser mais do que um movimento de alargamento moral e emocional, uma desobstrução necessária de nossa consciência, que nos mostra a importância do equilíbrio e nos coloca prontos a assumir (ou, ao menos, tentar assumir) o desejo de fuga, e encarar a transitoriedade e o trânsito, também como fundamentos-base de nossa edificação ontológica.

Como sabemos, existem hipóteses que afirmam que a reação peculiar de um indivíduo em determinadas circunstâncias resulta de um processo causal de aprendizagem<sup>8</sup>; se transferidas para o translátício do nomadismo, tais conjecturas prestar-se-ão a múltiplas interpretações – e a mais importante delas é a que





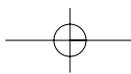
nos indica que, afora o processo ontogenético que conduz todo o membro de uma espécie viva a um estágio maduro de possuir competências, nem tudo o que é por nós aprendido, entendido ou acatado resulta de um ensino ou de uma instrução explícita. Desse modo, colocada ao lado de outras concepções contemporâneas de origem e destinação de um pensamento – pois figura que há uma enorme quantidade destas pesquisas que procuram vincular a forma e a estrutura de nossos raciocínios às relações divergentes com que os ordenamos –, pode-se pensar que a tendência de erradicação que manifestamos é, em sintomia, um modo de construção do sentir e do pensar; que se revela para nós, mormente, como possibilidade de sairmos de nós mesmos, de criarmos universos paralelos de especulação mental, de procurarmos interstícios nos sistemas lógicos, de nos envolvermos com outros contextos, outros pensamentos e outras realidades; enfim, de fazermos-nos outro, mesmo que apenas idealmente. E disto, já se converge, também, que ainda que aparentemos ser seres sociais, culturais, sexuais, psicológicos, biológicos e físicos, o nosso desamparo ontológico nos insta a deambulação, impele-nos a tentar compreender a estrutura que se reflete em nossos movimentos individuais e consociais, conduz-nos à ação de sair a caminho e tentar encontrar o princípio vital que vemos constantemente emergir – sob as mais diversas modulações e motivações – nos momentos em que, ainda que momentaneamente, necessitamos abandonar certezas e dogmas estabelecidos.

Afigura-se, pois, que mesmo que não sejamos sujeitos estáveis e que nosso comportamento sofra variações de acordo com nossos estados físicos e emocionais, todos os nossos movimentos não parecem se revelar mais que um contínuo e compulsivo caminhar em direção ao originário de nosso ser; um deslocamento convulsivo que tem ponto de partida na realidade imediata em que vivemos, mas que não possui destino final objetivado ou previamente determinado. E assim sendo, acionar a *porção nômade* de que dispomos no quadro de nossas propensões e potencialidade, além de metáfora de um movimento de digressão e designação da evasiva que impulsiona o ente humano para além de suas contingências, é também enunciado capaz de estimular a possibilidade de que os fatos de nossa realidade sejam vividos em equilíbrio, unidade e coesão. Nossa incitação errática, o anelo de abertura às infinitas contaminações possíveis pelos pensamentos formulados de maneira fragmentária que demonstramos diariamente, mostra-nos que é também através de nossas digressões (das caminhadas que empreendemos no dia a dia) que poderemos descobrir nossa personalidade, posição e função no concerto das coisas que compõem o universo imediato dos interesses que demonstramos; e que a divagação (principalmente por se apresentar como uma tentativa de estimular o pensamento desarticulado e aberto ao equilíbrio entre situações e fenômenos aparentemente polares) serve, além disso, como elemento adversário do raciocínio objetivo e da tendência de estabilização. E é talvez por isso que, relativamente à projeção de uma vida estável e confortavelmente sustentada em valores e determinações objetivas, consagramos aceitar que na busca de entendimento das múltiplas dimensões daquilo que

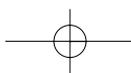
somos, alcançam-nos inapelavelmente as dúvidas e as perguntas, as certezas e as respostas que individual ou coletivamente arrecadamos ao longo da caminhada pelo intervalo da existência que nos é própria; e que na tentativa de nos aproximarmos, com certa liberdade, dos problemas de nossa humanidade, a parcela errante que portamos – como reagente de algum tipo de fenômeno capaz de determinar a presença dos elementos dissonantes de nossa identidade – leva-nos, muitas vezes, a abandonar as certezas do mundo concreto e a nos sustentarmos também em princípios metafísicos e leis contraditórias de interpretação dos fatos da realidade.

Nessa conjuntura (e mantendo a linha das reflexões, digressões e lucubrções espiraladas que iniciamos a expor) pode-se dizer – ainda que não pretendamos que a categoria de investigação alotrópica, divagante e estruturada de modo desconexo que (também por vias transversais) estaremos exaltando aqui, afigure-se como pretensa apuração totalizadora de conhecimento ou modelo de pensamento que simule abarcar um estudo amplo do homem contemporâneo, de suas expectativas, receios, realidades, contingências (embora, acredito, talvez porque pareça ser capaz de tangenciar, de modo natural e fluído, toda a escala da variabilidade humana, tal estrutura de ordenação de idéias já possa estar mais perto disso do que qualquer ramo seccionando das ciências e humanidades) – que quando caminhamos ou divagamos desordenadamente, ultrapassamos as fronteiras do conhecido e quebramos os limites do estabelecido; pode-se também indicar que a *porção nômade* que preservamos (quicá até por estar profundamente marcada em nossa estrutura psicológica; e mostrar-se sempre pronta a se revelar e nos levar a abandonar as certezas mais profundamente estabelecidas; bem como os mais diversos conformismos de nosso pensamento), reflete-se em nossa personalidade como liberdade de ação, de idéias, de atitudes e de costumes; como uma forma de realizar as potencialidades contidas na essência das coisas; ou, no mínimo, como uma maneira digressiva de perceber a inconsistência e, ao mesmo tempo, a consistência do ser que somos e que pode aí se revelar.

Tais alegações se levantam, agora, como uma espécie de ressalva, pois que, sem desejar sub-repassar as alegorias que, de forma mal-amanhada, inculquei nesta redação, somente o que espero que se mantenha dos devaneios imaginativos que até aqui compartilhamos são as lacunosas assertivas que nos prenunciam que, como errantes, temos a possibilidade de organizar o pensamento por estradas enviesadas, transversas e diagonais – lançando mão de fragmentos que não se encaixam no encadeamento lógico e rigoroso do discurso linear. São as retorcidas sentenças que nos recomendam que o indivíduo que se envolver e se comprometer com uma investigação plural dos fenômenos de sua humanidade, mas que não procurar basear seus processos de reflexão apenas em experiências direcionadas à auto-superação no campo de alguma investigação compartilhada, entenderá (assim como aquele nômade que cruza fronteiras e muda constantemente seu entorno específico) o desvio de caminhos, a diversidade, a alteração de contextos e o abandono de circunstâncias contingentes como



condições absolutas de sobrevivência. São as vacuosas seletas que nos mostram a conveniência da indicação de que aquele que se entregar, por meio de uma investigação heteróclita, a um sistema plural e desarraigado de intercâmbio, logo irá adquirir a consciência de predestinar seu espírito, sua ocupação, sua atenção ao instável e ao transitório. São as inusitadas máximas que nos asseguram que o abandono da especificidade e domínio das previsões técnicas nos possibilitaria o surgimento de um potencial de pensamento inovador; e de que, dispersos pouco a pouco em nossas atividades ordinárias, estes esforços de alcançar uma verdadeira interpenetração entre parcelas distintas da personalidade que acatamos serão capazes de afetar, ao mesmo tempo, os diversos domínios, situações e estruturas – sejam elas físicas, mentais, sociais, culturais, objetivas, sensoriais, coletivas ou individuais – da existência efetiva que sobrepujamos. E, por fim – para encerrar isto (que é uma espécie de preâmbulo para as divagações que daremos seqüência) e também para inaugurar nova excogitação citando mais uma vez Maffesoli –, creio que se pode ainda exclamar que “o fato de não se enraizar, de estar à vontade em múltiplas culturas, é uma proposta intelectual e existencial muito espalhada hoje em dia”.<sup>9</sup>





## 2 ·

## CONDIÇÃO TRANSITÓRIA

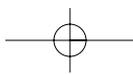
Transitividade, impermanência, infreqüência, instabilidade, inconstância, efemeridade, eventualidade: anuição da transitoriedade. Como afirma Jorge Luis Borges no prólogo de seu *História da eternidade*, “o movimento, ocupação de diferentes lugares em diferentes momentos, é inconcebível sem tempo; também o é a imobilidade, ocupação de um mesmo lugar em diferentes momentos do tempo”.<sup>1</sup> E, com efeito, projeta-se que qualquer tentativa que se possa envidar de especulação sobre as compleições de movimento, trânsito e transitoriedade, assim como de quietação, interrupção e imperecibilidade, para alcançar mínima concernência ou possibilidade de razoável diligência prática ou reflexiva, deve passar necessariamente por uma consideração sobre a maneira como entendemos o tempo ou os efeitos que compõem nossa percepção vária do que se convencionou chamar de fluxo temporal. Ao que parece, compreender o sentido dos movimentos, da necessidade de deslocamento ou mesmo da disposição para a caminhada nômade a que cotidianamente nos entregamos no decurso da aventura existencial que suportamos, revela-se como uma tentativa de abrir nova perspectiva de localização, não só no espaço de significação da dimensão de nossa humanidade, mas também no *continuum* temporal em que nos inscrevemos e que, desde eras remotas, não parece fazer mais do que nos recordar da transitoriedade de nossa própria existência e realidade imediatas.

A compreensão dos fenômenos do tempo – ou daquilo que podemos entender como o fluxo misterioso que nos mostra (ou nos ilude) que possuímos um passado fixo, um presente tangível e um futuro ainda a ser determinado – parece ser um antiqüíssimo enigma que nos foi legado por uma ancestralidade já há muito perdida, mas que, ainda hoje, ocupa as esferas biológicas, psicológicas, físicas, filosóficas e antropológicas de nossas indagações. O esforço em tentar decifrar esse enigma revela-se, assim como se deslindam as demais investigações sobre as obscuridades inerentes à essência e existência do ente humano, também um empenho de confrontarmo-nos com o ser concreto, integral, vivo e atual que somos. É certo que a maneira como lidamos cotidianamente com esse fluxo pouco tem a ver com as considerações científicas ou filosóficas a respeito do contínuo temporal, pois, mesmo sendo o tempo um mistério – um problema metafísico que nunca nos abandona –, em geral não acordamos pela manhã subitamente

debruçados sobre uma tentativa de compreender a distinção termodinâmica entre passado, presente e futuro, nem tampouco sobre uma concepção física de que nossa percepção do fluxo temporal esteja de alguma maneira ligada à mecânica quântica, ou, ainda, sobre uma investigação filosófica que nos levará a entender o tempo enquanto entidade abstrata. Para a grande maioria de nós, o tempo é uma importância “concreta” que rege quase tudo o que fazemos e que nos fornece a consciência de estarmos, de alguma forma, encaixados naquilo que entendemos como a *ordem temporal* das coisas.

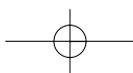
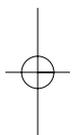
De uma maneira geral, o tempo atua como um todo sobre a vida humana. Na preocupação com os problemas de nossas origens, no desbravamento da realidade mutável e fervilhante que experimentamos, na tensão não satisfeita de ser e viver em plenitude, o tempo é para nós um fenômeno natural que traduz passado e futuro como os dois extremos de um mesmo intervalo onde se inscrevem nosso nascimento e morte. Na realidade mais ordinária que compartilhamos, orientada muito mais pela objetividade do que pela subjetividade, a temporalidade aparece como mero produto da acumulação de momentos contínuos; nos quais somente nos sentimos à vontade no instante em que chamamos de presente. Não obstante tentativas de compreendermos os vínculos existentes entre as diferentes formas de sentir o tempo – como a memória que portamos ou os relógios biológicos de que dispomos, por exemplo –, nossa razão nos diz que o passado é fixo, o futuro é indeterminado e a realidade é vivida apenas no presente. No que tange a situação paradoxal com que nos envolvemos com os fenômenos temporais, a objetividade a que nos apegamos quotidianamente parece insistir que esse presente é a única coisa real, a iminência inaugurada assim que um instante passa e finda logo que um outro instante começa a existir – o único momento em que estaríamos conscientemente inscritos no *continuum*.<sup>2</sup> Não parece haver controvérsia, entretanto, se assomarmos a estas sentenças cogitações temporais como as do poeta e cineasta Andrei Tarkovski – “o passado é muito mais real; ou, em todo caso, mais competente, mais recuperável que o presente; o presente se esvai como a areia entre os dedos, exigindo que o esperemos somente como memória”<sup>3</sup> –, havemos de voltar nossa atenção para o fato de que, em contraste, nossa percepção do tempo encontra-se, de fato, voltada para o passado; de que, principalmente por ser uma categoria espiritual e subjetiva, o tempo não pode aparecer sem deixar vestígios; e, principalmente, de que o tempo em que vivemos fixa-se em nossa alma como uma experiência colocada dentro do próprio tempo.

Desse modo, ainda que, objetivamente, a idéia primigênia e fundamental de tempo que levantamos em nossa realidade de cada dia seja somente o agora, o presente que está pressuposto nos outros dois tempos (passado e futuro) que acreditamos compreender e sem o qual estes dois tempos nem poderiam ser concebidos, nossos sentidos, no mínimo, asseguram-nos que o tempo flui para além da racionalização do seqüencial e que a percepção imediata que podemos obter do fluxo temporal se dá também através das esferas



biológicas e psicológicas do conjunto de elementos que constitui o ser que somos. Pressupõe-se, então, que a temporalidade seja uma experiência jacente na vida humana; uma agnição reconhecida simultaneamente nos estados intelectivos e emocionais que alternamos e nas sensações físicas e químicas que experienciamos. Entretanto, mesmo que, para nós, de um modo geral, todas as dimensões do tempo possam ser representadas por aquilo que podemos intuir, sentir ou perceber, havemos de estar cientes de que diversos argumentos científicos nos sugerem outras direções; e que, para a grande maioria dos pesquisadores que refletem sobre o tempo, não parece ser coerente definir a temporalidade como um fluxo incontrollável que nos arrasta de um instante a outro, ou eleger um único momento como sendo mais relevante ou capaz de resumir em um instante os diversos elementos contidos no que chamamos de fluxo temporal.<sup>4</sup> E é talvez por isso que – ainda que aneemos uma compreensão maior do tempo e que estejamos conscientes de que essa compreensão quiçá somente possa ser dada por uma investigação assentada em conceitos racionais e lógicos –, as especulações temporais baseadas em princípios isolados da matemática, da filosofia, da biologia, da psicologia, da antropologia ou da cosmologia freqüentemente nos pareçam distantes e, por que não dizer, um tanto estéreis.

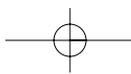
Ao que parece, a investigação do tempo, nos diversos campos onde é trabalhada, – assim como outras especulações sobre fenômenos que, por nossa própria incapacidade de compreendê-los, atestam-nos as condições incertas da humanidade que portamos – revela-se ainda extremamente compartimentada e suas enunciações cada vez mais fragmentadas e inconcebíveis como unidade. Aventa-se, por exemplo, que a impressão do fluxo temporal possa estar relacionada a processos quânticos capazes de aumentar, pelo acréscimo de informações, a entropia em nosso cérebro; que o tempo seria a distinção termodinâmica – intimamente ligada ao conceito de entropia – entre passado e futuro; ou ainda, que o tempo é a duração relativa das coisas que criam no ser humano a idéia de eternidade e de efemeridade. Também se indica o tempo como o período contínuo e indefinido no qual os eventos se sucedem infinitamente; como a comparação de dois lapsos de igual duração, desiguais em seus instantes e não suscetíveis ao cálculo; como um espaço que, apesar de matematicamente passível de ser quantizado em “cronons”, é unidimensional e contínuo; como a quarta dimensão, complementar às três dimensões espaciais; ou ainda, como uma dimensão extra, semelhante, mas não idêntica, a dimensão do espaço. São tantas as distinções, tão facionadas e tão específicas de seus campos oriundos de especulação, que se mostram incapazes de (mesmo parcialmente) nos desocultar o fluxo do tempo que nos envolve diariamente e que, conseqüentemente, ainda permanece para nós como um grande mistério. Conjectura-se, então, que por nossa própria necessidade de nos abirmos para a pluralidade das investigações sobre fenômenos que dizem respeito ao ser que somos ou à realidade em que nos inscrevemos, podemos concordar que distinções de tempo como essas são plausíveis e coerentes, mas também sabemos que fora da especificidade de campos que dificilmente



se comunicam entre si, elas são inverificáveis e, portanto, inaplicáveis às angústias temporais que nos assolam cotidianamente.

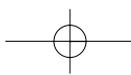
Obviamente que essa incomunicabilidade entre campos distintos do conhecimento não diz respeito somente à investigação dos fenômenos temporais, senão à tendência de compartimentação que as disciplinas humanas (malgrado algumas tentativas pouco exímias de interdisciplinaridade que temos visto serem diligenciadas), de um modo geral, têm demonstrado – e um bom exemplo disso, entre tantos outros, poderia ser dado com a Teoria Geral da Relatividade de Einstein: todos sabemos que o cientista descobriu algo muito importante que, tanto do ponto de vista físico quanto do filosófico, ou do imaginativo, revolucionou inteiramente a nossa concepção do mundo, do tempo e do espaço; entretanto, não é menos verdade (principalmente pelo fato de que a grande maioria dos livros sobre essa teoria, mesmo os destinados ao grande público, não soube fugir ao tecnicismo das expressões e fórmulas matemáticas) que essa reputação corre paralela à ignorância que o público médio ainda guarda em relação a tais conceitos; bem como a necessária alteração em nossos modos habituais de percepção como pressuposto para uma maior aproximação dos mesmos. Infere-se disso (visto que, de todo modo, a aparente falta de nexos da relatividade restrita só se nos afigura paradoxal porque não estamos habituados a sua perspectiva e porque nos acostumamos a aceitar como definitivos os princípios básicos, gerais e ordinariamente compartilhados que costumam orientar nossas ações e pensamentos), que no que concerne à constituição das diretrizes do raciocínio humano, as especulações logicizadas, racionalizadas e categorizadas parecem ainda relutar em ceder espaço para o relativismo, para aceitação de fatores aleatórios e subjetivos ou para a anuição da incognoscibilidade também como fato absoluto ou verdade plena. No caso específico das especulações do tempo, essa tendência aduz-se exemplar, pois, ainda que concordemos que cada investigação intente (legitimamente) nos desocultar aspectos particulares do enigma temporal, para sermos perfeitamente honestos, precisamos admitir que – quiçá até por se encontrarem obstinadamente fechados no saber parcial de suas disciplinas específicas – tanto cientistas como filósofos, artistas, antropólogos, biólogos ou psicólogos, até o momento, ainda não sabem ao certo o que é o tempo ou como se dá sua existência.

A física relativista nos ensinou que o tempo (separado do espaço) não pode ser considerado estritamente objetivo; e que somente o que é objetivo é uma mistura de ambos os conceitos, chamada de “espaço-tempo”. Desse modo, sem querer recapitular as razões que tornaram necessária a substituição destes enunciados, pode-se, ao menos, indicar que a antiga separação entre espaço e tempo (onde, calcado sobretudo na convicção de não haver ambigüidade nas afirmativas de que duas ocorrências em lugares distantes pudessem se suceder simultaneamente, acreditava-se poder descrever a topografia do universo em um dado instante baseado apenas em coordenadas espaciais) tornou-se relativa à percepção de um determinado observador – o que também não significa dizer que



não existe distinção entre tempo e espaço, mas apenas que a distinção é de categoria diferente daquela antes aceita. Mais precisamente: não podemos, por exemplo, declarar (ao menos sem obscuridade de sentido) que dois acontecimentos ocorridos em locais diferentes são simultâneos; pois tal declaração somente adquire significado definido em relação a um observador determinado – porquanto, se, para um corpo, dois acontecimentos são simultâneos, para outros um acontecimento sempre sucederá ou antecederá o restante. Assim, ainda que o mundo esteja coalhado de ocorrências periódicas e de mecanismos fundamentais que apresentam similaridade extraordinária em diferentes partes do universo, não se pode, pois – já que há, para cada corpo, uma ordem de tempo definida para os acontecimentos ocorridos em suas vizinhanças, a qual pode ser chamada (segundo Bertrand Russell) como o tempo *próprio* do corpo considerado –, admitir um tempo cósmico universal. O que nos indica, entre outras coisas, que – até por dependerem parcialmente de seu observador – os períodos de tempo, em geral, não são, de fato, ocorrências físicas objetivas; e que é somente a estreita conexão entre as percepções de um homem e as percepções aproximadas de outro (visto também que se não houvesse correlação entre as sensações físicas que interpretamos através de nossa experiência individual nada nos impediria de conceber e afirmar que não existe realidade alguma no mundo físico; mas apenas devaneios de criaturas distintas) o que nos faz acreditar em uma origem externa comum para as diferentes percepções do contínuo temporal.

Talvez o tempo seja um elemento abstrato ou então uma realidade física alicerçada que se desenvolve de maneira concreta; talvez seja uma importância absoluta ou uma suposição incompleta que, em si mesmo, nada é, carece de existência; talvez o fluxo do tempo seja simplesmente uma propriedade de estados existentes no mundo, e não uma propriedade do tempo em si mesmo; talvez o tempo, como já dizia Plotino, pertença, por uma parte, à natureza da alma humana, ou seja, um todo psicológico abstrato que somente nos afeta existencialmente quando aparece no âmbito direto de nossa consciência; talvez a consciência temporal de que dispomos envolva, realmente, processos matemáticos, termodinâmicos ou quânticos que nos dão a impressão de estarmos vivendo momento a momento ou, quiçá, mantenha-se simplesmente em uma seqüência de ritmos naturais recorrentes e relacionados unicamente com a realidade biológica fundamental do ente que somos. Assim, sem tentar entrar na quimera de reconhecimento e definição da dimensão temporal, creio que somente nos cabe indicar, com uma intuição emotiva matizada de elementos racionais, que mesmo que não saibamos exatamente o que é o tempo – mesmo que nenhuma das conjecturas que possamos aventar mostre-se capaz de fazer com que a concepção da temporalidade perca seu caráter enigmático –, é-nos ainda vultoso intentar uma explicação objetiva ou subjetiva da idéia de tempo. E, nesse sentido, resta-nos a indicação, aparentemente comum ao senso ordinário e à pesquisa específica, de que isso talvez tenha a ver com uma percepção particular ou, simplesmente, com a consciência do observador.



Do fato de entendermos que, à revelia de nossa vontade, o passado se alarga e o futuro se estreita, deriva-se que somos conduzidos arbitrariamente por uma corrente de acontecimentos em que um evento sucede o outro indefinidamente. Assim, se somos capazes de assentir que o tempo é intrínseco ao homem – é o homem que altera o tempo e o conduz – e também (e simultaneamente) algo independente do ente humano – é o tempo que transforma o homem e o orienta – podemos admitir que, num universo abarrotado de incertezas, todas as distinções temporais que se nos apresentam são, ou podem ser, verossímeis. É evidente que o entendimento que acolhemos, do mundo e das coisas, pode considerar uma ordem do tempo tão distinta e plural; todavia, para a grande maioria de nós, essas distinções não passam de distantes especulações, disquisições sobre fatos heterogêneos que passarão ao largo da consciência e, conseqüentemente, não irão nos suscitar interesse direto (pelo menos fora da especificidade de investigações cada vez mais compartimentadas) se não forem capazes de capturar aspectos importantes da maneira como a dimensão temporal é sentida ou intuída pelas pessoas em geral. Obviamente não se trata, aqui, de contestar a relevância das investigações científicas específicas em relação ao tempo – ou a qualquer outro assunto que trate dos problemas eternos ou imediatos do ente humano – mas sim de indicar que a compreensão do tempo é, em última instância, um processo mental individual; que cada um de nós tem uma relação muito particular com a temporalidade; e que, em suma, somente percebemos o tempo (assim como a maioria das coisas que nos dizem respeito direto) quando o sentimos fisicamente ou quando o relacionamos com alguma experiência ou problema imediato de nossa angustiada realidade concreta.

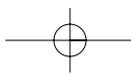
Com isso posto, podemos assentir que, da forma como entendemos sua passagem, o tempo (bem como alguns outros fenômenos que nos são necessários e indispensáveis – em natureza e essência – , mas que se encontram também introvertidos e igualmente obscuros) é provavelmente uma ilusão – uma conjectura irreal a qual, contudo, habitualmente nos apegamos com firmeza – e o máximo que podemos chegar em termos de compreensão de seus fenômenos é a oferecida por nossa subjetividade, onde, em última instância, não importa se o tempo possui uma realidade física fundamental, se o fatiamento do tempo pode chegar ao nanossegundo, ao picossegundo, ao femtossegundo ou ao attossegundo, se a assimetria entre passado e futuro pode ser explicada pela lei segundo a qual a entropia de um sistema fechado tende a crescer infinitamente, ou ainda, se a fórmula usada para calcular distâncias no espaço-tempo não é a mesma para calcular distâncias espaciais. Tudo o que parece nos importar na relação ordinária que experimentamos com o tempo são os fenômenos de permanência e transitoriedade (refletidos na comoção que nos traz e idéia de nascimento e na expectativa que alimentamos diante da idéia de morte) que invariavelmente ocupam nossas angusturas de aspiração à transcendência. Desse modo, e no corolário de não se poder compreender a noção de temporalidade e de que as especulações filosóficas, científicas, artísticas, biológicas, antropológicas, entre outras, parecem



ser enunciações igualmente insatisfatórias de explicação dos fatores temporais, havemos, contudo, de concordar que tudo o que nossa ordinária relação com o tempo parece nos mostrar é que aquilo o que começa, invariavelmente, um dia termina e que, mesmo no anelo por plenitude, nossa condição – assim como a condição de tudo o que podemos perceber no universo que nos circunda – é essencialmente transitória.

Trânsito, caminhada peregrinação, divagação, descompasso, desvio: dissonâncias em relação a uma ordem, aparentemente, ideal que faz vezes de regra. Hanna Arendt nos diz em seu *A vida do espírito* que “estar vivo significa viver em um mundo que precede à própria chegada e que sobreviverá à partida. Nesse nível de estar meramente vivo, o aparecer e o desaparecer – à medida que um segue o outro – são os eventos primordiais que como tais, demarcam o tempo, o intervalo temporal entre a vida e a morte”. Diz também que “o finito intervalo vital de cada criatura determina não só sua expectativa de vida, mas também sua experiência do tempo; ele fornece o protótipo secreto de todas as medidas temporais, não importa quanto essas mensurações transcendam o intervalo em direção ao passado ou ao futuro”.<sup>5</sup> Ajunta-se a essas afirmações que esse intervalo nada mais é do que o fluxo que comprime e intensifica a vida; a extensão da casualidade onde nos envolvemos com a efemeridade, a fragmentação, a arbitrariedade e a avassaladora mudança caótica que nos é imanente; o contínuo das coisas transitórias e fugidias, onde a percepção vagueante que possuímos de nossos atos e motivos individuais – assim como a instável consciência que temos, de nós mesmos, do ser que somos e do mundo em que atuamos – parecem realmente nos atestar que o estar neste mundo não é mais do que mera passagem, que a existência que tanto anelamos por entender não é senão um intervalo fortuito entre estarmos vivos e estarmos mortos.

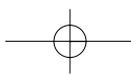
E, com efeito, somos constantemente lembrados da efemeridade da vida que sustentamos pela mutabilidade do mundo e pela espreita da morte. Nascemos e morremos em um mundo de coisas vivas e mortas, naturais e artificiais; um universo ordenado, simultaneamente, pelo objetivo e pelo subjetivo, pelo casual e pelo intencional, pela neguentropia e pela entropia; uma realidade onde a transitoriedade e a efemeridade se impõem, onde somos também um elemento passageiro, onde as certezas estabelecidas se provam frágeis e mesmo os mais profundos anseios de permanência já não se revelam possíveis de serem concretizados. Afigura-se que no âmbito mesmo das circunstâncias que se inscrevem entre as extremidades do entreato da vida humana já nos está dada a expectativa imediata do trânsito, do efêmero, do finito – que não são meras possibilidades remotas mas ameaças certas e delimitantes –, sempre presentes para nos lembrar da brevidade da existência que mantemos. Podemos concordar que somos seres essencialmente transitórios, entretanto, deve-se indicar que, no que tange a realidade ordinariamente orientada que compartilhamos (ainda que já não nos assustemos com a peremptoriedade da vida que se reorganiza sofrendo



interna e externamente o caráter desestruturador da efemeridade), aceitar a transitoriedade como ocorrência concreta não é tarefa fácil; posto que o simples fato de pensarmos que o real é também inconstante, nos será, sobremaneira, profundamente desestruturador – principalmente enquanto basearmos nossa estabilidade identitária no pensamento instituído, nos valores comumente admitidos, nas autocertezas ideológicas e em uma noção de subsistência em crescente uniformização.

Ao que parece – desde que temos a racionalização como principal prerrogativa de entendimento do mundo em que vivemos – não nos sentimos seguros até que tenhamos encontrado a solidez, a permanência e a duração das coisas que compõem o universo imediato dos interesses que demonstramos. No obstinado incremento do passado e na célere consumpção do futuro, encontramos-nos em constante tensão frente ao fortuito e ao passageiro; no progressivo estreitamento do intervalo da existência, sabemos que somos finitos, entretanto, por ser-nos extremamente difícil aceitar a idéia de término, amparamos nossos atos individuais, especiais e concretos na ambição de nos enxergarmos como uma entidade infinita e plena. Expresso de maneira similar, estamos convencidos de que vivemos entre a aceitação da mutabilidade e o desejo de permanência. Contudo, podemos concordar que parece ser ainda no conceito de duração que depositamos esperanças de nos inserirmos na continuidade indefinida de nossa história particular ou comunitária; e ainda que tenhamos consciência da transitoriedade da existência, acreditamos que quando cessar a vida no tempo, o destino último que nos aguarda é a eternidade. Assim, intuitivamente sabemos que tudo o que podemos supor ser eterno naquilo que somos não irá jamais nulificar nossa essência transitória; no entanto, em nossa realidade imediata, parecemos, de alguma forma, subordinar a busca da plenitude a um princípio racional ou instintivo que nos diz que o permanente é, de alguma forma, superior ao efêmero ou que é na permanência e não na transitoriedade que mais facilmente encontraremos o sentimento de plenitude que almejamos. Afigura-se, a partir disso, que ainda que sejamos conscientes de que a transitividade, se nos é aplicada compulsoriamente, não queremos que a aspiração ao eterno seja apenas uma ilusão produzida por nossa subjetividade; e que mesmo que a transitoriedade nos imponha suas conseqüências – e não parece ser equivocado afirmar isso –, é ainda na idéia de permanência que buscamos acomodação para a angústia de percebermos a vida como um simples intervalo onde assistimos a matéria de que somos feitos, render-se, envelhecer, decompor-se e morrer.

Tais comportamentos – pode-se dizer até que um tanto quilialistas – nos indicam que, em face do temporal, anelamos por uma existência plenária e absoluta e experimentamos uma profunda inquietação – que já se revela uma manifestação muito clara do afã de plenitude que possuímos em parte de nosso caráter ôntico – frente à certeza da finitude. No que tange ao anelo que desenvolvemos pelo absoluto, figura essencialmente que nos rebelamos frente ao transitório (rechaçando a contingência e a morte e aspirando ao ilimitado e ao eterno)



por carência de um sentimento de plenitude perfeita; e que, no acaso da organização de nossa humanidade, no especial ritmo da existência plenária que sobrevivamos, perseguimos esse sentimento na transcendência, na evanescência, das situações e contingências dos momentos que nos são, ao mesmo tempo, presentes e jacentes. Pode-se dizer, portanto, que desde eras remotas baseamos ações e movimentos concretos na ambição de construir o perdurável e de encontrarmos conforto no imóvel e no imutável; pode-se indicar também, que desde tempos longínquos – ainda que em uma reorganização instável e efêmera –, calcamos nossa vontade de encontrar a plenitude na idéia de solidez, na permanência das coisas, na duração das formas e no caráter aparentemente definitivo das relações. E de fato (como uma utopia essencial em que nos assentamos), constitui que por sermos peregrinos existenciais, por possuímos esse insuperável apelo de eternidade – por não nos debruçarmos somente sobre os problemas da realidade imediata – mas também sobre os óbices eternos da essência e existência do ser que somos –, afastamos a convicção real de que a experiência vital no tempo sempre foi fugaz e admitimos (ainda que saibamos que racionalmente isso não pareça coerente) que no fundo da nossa consciência sempre contamos com a possibilidade de encontrar um modo de alcançar a eternidade que acreditamos nos ser subjacente.

Com a cupidez – também propriamente humana – de tornar tudo razão, de organizar as coisas, de construir o perdurável e de encontrar conforto no imóvel e no imutável, buscamos uma consciência total e plena (atividade, contudo, invariavelmente fadada à decepção) das manifestações vitais que constituem a experiência temporal da efemeridade em nossa realidade efetiva. Circunstância que se coloca, porquanto, na união, separação, acumulação, dissipação ou solução das dúvidas, problemas e mistérios que nos são eviternos, parece ser mesmo o indecifrável enigma temporal (aonde também são insuficientes as ciências, métodos, sistemas e estruturas de continuidade engendradas pelo homem) que nos adverte que a ordem inteira do humano no mundo é delimitada, estreita e finita – não porque aspiramos à eternidade e à plenitude, mas porque estamos (irremediavelmente) inscritos na transitoriedade. Desse fato, deriva-se, de maneira direta, que no âmbito de nosso instante presente inserem-se de modo indistinto o passado que abandonamos e o futuro que aguardamos e que, conseqüentemente (no acercamento do fluxo temporal que comprime nossa existência), ainda que sonhemos com a permanência e fuçamos da efemeridade, devemos conceber que entre passado, presente e futuro não existe nenhum abismo; que nada do que foi antes se perde por completo no agora ou no depois; que assim como a vida é feita de situações contínuas e objetivas, ela também se revela a partir de situações cambiantes e subjetivas; que toda situação que vivemos nos orienta de algum modo na continuidade anímica da existência e que, no fim das contas, todo conjunto das situações que dizem respeito à inscrição do homem, no mundo e no tempo, flui num horizonte transitivo, representado tanto pelo cenário objetivo, racional e ordenado quanto pelo fundo do mundo subjetivo, digressivo e disperso.

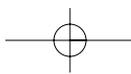
Há uma aspiração existencial na alma humana, a de que só importa aquilo que tomamos por essencial – “qualquer que seja sua origem e sejam quais forem seus fins”.<sup>6</sup> E parece ser justamente essa aspiração que confunde nossas acepções dos enunciados temporais, fazendo com que o anelo da permanência se sobreponha à aceitação da transitoriedade. Não há dúvida de que é, para nós, forte a tentação de focalizarmos atenção apenas no conato da permanência e nos problemas concretos da realidade objetiva; porém, isso significaria esquecer que além do universo imediato dos interesses que demonstramos, existe o mundo dos rejeitos, da matéria morta, dos corpos, das coisas que se transformam seguindo um ritmo que não pode ser precisamente determinado; ao menos por nossa natureza de seres racionais que buscam constantemente um significado, um objetivo ou uma motivação consciente para cada ato. Consagramos, desse modo, em concordar que, ainda que em meio às mudanças e modificações aspiremos à grandeza, à perfeição, à plenitude, à felicidade e à eternidade, quando nos descobrimos finitos, quando tomamos conhecimento da situação concreta para a qual nos encaminhamos, invade-nos um profundo sentimento de perdição; mesmo quando buscamos encontrar a solidez e fugir de uma realidade fascinada pelas promessas de imaterialidade, essa mesma realidade parece se encarregar de nos demonstrar que aos impulsos de eternidade e continuidade também correspondem apropriadas e convenientes interrupções. Infere-se disso que (ainda que os bens efêmeros não aquietem nossa aspiração de plenitude subsistencial, ainda que nosso espírito anele pela permanência e tenha a eternidade como modelo arquétipo da temporalidade) parece ser mesmo na transitoriedade que mais facilmente podemos sincronizar a variabilidade de nosso tempo individual, com a eventualidade das coisas que nos cercam.

Sendo assim, se concordamos que somos entes temporais e temos o valimento de desejar tão avidamente a transcendência, não podemos eludir a consideração da transitividade na circunstância histórica que nos toca viver. Devemos, conseqüentemente, assentir que as próprias condições de nossa humanidade já nos indicam que as diversas situações a que estamos sujeitos podem ao mesmo tempo ser instantâneas ou duradouras, permanentes ou inconstantes, programadas ou casuais e que em um mundo fascinado pelas promessas de imaterialidade – ainda que não haja consenso entre os sentidos, intuições e racionalizações que manifestamos e as diversas teorias científicas que tratam o tempo como realidade abstrata –, a revalorização do aspecto sólido das coisas pode se dar mais facilmente por intermédio da experiência do efêmero, pelo resgate da transitividade. Podemos concordar, inclusive, que a concepção de que a realidade é essencialmente transitória é fator que intensifica os momentos insubstituíveis e irrepetíveis em que nos inscrevemos diariamente; e que, no condão mesmo de entendermos a realidade obscura em que nos conservamos, as acepções de trânsito e transitoriedade (entre os diversos fenômenos que acompanham as condições de nossa passagem como homens pelo mundo) apresentam-se como os elementos que com mais facilidade se acomodam e se adequam à fatalidade fundamental de

nossa existência e realidade abissais – posto que atuam como um todo sobre a vida que sobrelevamos e desempenham papel alicerçador na tentativa de desocultar os mistérios da origem e finalidade do ente que somos.

Afigura-se também que, no atual estado das coisas – visto que a realidade humana hoje é ambígua, polissêmica e parece cada vez mais aberta à indecisão, à casualidade, à entropia, à finitude e à derrelição – já não necessitamos da estabilidade congelada, da racionalização compactada ou das definições precisas e funcionais que eram próprias da modernidade. De um momento imediatamente anterior, aparentemente fixado, passando pelo momento tangível que supomos poder perceber ao conjunto de fatos e acontecimentos que pensamos estar por vir, nossa *condição transitória* nos faz sentir como se o tempo fluísse inexoravelmente – o que nos dá a nítida sensação de estarmos encerrados em uma sobreposição de ritmos abstratos recorrentes, ou em uma seqüência de eventos muitas vezes cíclica e não linear. No contexto cambiante em que nos inscrevemos, no total dos dados das situações imediatas em que nos fincamos, constituíse, ainda, que a transitoriedade parece ser o elemento que nos põe conscientes de que o mundo das certezas rígidas, no qual se apoiavam os padrões de interpretação do real, não existe mais e que hoje ele deu lugar a um mundo corrente, onde a permanência da que tanto necessitamos não pode mais se basear na duração das formas, na inércia da matéria e no caráter aparentemente imutável de modelos, já obsoletos, de interpretação do mundo que habitamos e dos seres com quem convivemos. Infere-se disso, de maneira compelativa – na medida em que a transitoriedade talvez seja nossa única experiência concreta no tempo e que este fator quiçá seja justamente o determinante que nos traz a noção do prosseguimento, do seguimento e da continuação, ou ainda da finitude, da efemeridade e da transitividade – que é justamente a nossa *condição transitória* que nos aproxima da mundanidade das coisas e nos mostra que o anelo de plenitude (quando calcado somente no conato da permanência) talvez não seja, jamais, suficiente para assegurar uma compreensão mais abrangente dos fenômenos temporais que nos envolvem.

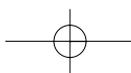
Amanha-se essencialmente que a transitoriedade por si, já parece ser uma idéia que contradiz experiências racionais, fragmenta determinações intencionais e juízos definitivos; e que a convicção de que somos seres essencialmente transitórios intensifica nossa existência, dá pressa e iminência à sobreposição de situações objetivas e subjetivas, temporais e intemporais, racionais e irracionais que nos inserem na sucessão de fatos do mundo e nos despertam para as ressonâncias e movimentos especiais de nossa intimidade pessoal. Concebe-se, em certa medida, que a transitoriedade, assim como a pulsão de erradicação que simulamos, parece estar inscrita na própria estrutura de nossa natureza e o dinamismo da personalidade transitiva e errante que possuímos parece nos indicar que nossa vida não é apenas unívoca e racional e que para vivermos, concretamente, algo de universal, devemos deixar espaço, outrossim, para o trânsito, para a caminhada, para o acaso, para a efemeridade, para a subjetividade, para a emoção



e para a ausência de razão. No que concerne à anuição do efêmero como parte essencial daquilo que nos constitui – e à despeito de que o anelo de eternidade que sustentamos talvez não se instaure com o intuito de negar ou fugir da efemeridade, mas, quiçá, apenas para colmar o sentido de urgência que a transitoriedade nos incita e que acompanha tantas de nossas atividades ordinárias ou excepcionais – parece ser inelutável aceitar que a transitoriedade nos pertence como parte estruturante de nós mesmos e que ainda que nossa razão deseje construir o perdurável e materializar o absoluto, os nossos sentidos, ao mesmo tempo (e invariavelmente), conduzem-nos ao efêmero e dão-nos uma aparência mutável e transitória.

Desse modo, na inter-relação de circunstâncias que acompanham os fatos ou situações que dizem respeito à nossa realidade ordinariamente orientada, a transitoriedade é, ao mesmo tempo, um estágio primordial da atividade racional e cognitiva da espécie que representamos, uma corrente temporal que revela a natureza cambiante da personalidade do homem e um fluxo entrópico que alternadamente estimula e interrompe a continuidade do humano no inter-regno da existência. No conjunto de conhecimentos, crenças e pressuposições subjacentes aos enunciados pessoais de que dispomos, a transitoriedade se revela, em certa medida, fator que nos leva ao abandono (mesmo que por breves instantes) do afã de permanência e nos faz admitir que a realidade também se instaura a partir do movimento e da mutabilidade. Na esfera das atividades humanas, aparenta-se ainda, que a eventual aceitação da transitoriedade já é capaz de nos envolver em uma implacável ruptura de nossas ações presentes e motivações precedentes e nos fazer aceitar e viver a existência em toda a plenitude possível. E nesse sentido, figura essencialmente que assumir nossa *condição transitória*, não parece ser senão (e isso se aplica também à compreensão dos fenômenos temporais) um modo de nos abrimos para a transitividade, para a mobilidade e para a transversalidade, que, em última instância, parecem ser elementos capazes de nos impelir à mudança, ao estranho, ao inexplicável, ao inesperado que se nos pode defrontar quando aceitamos a efemeridade e alteramos a maneira como nos relacionamos com os instantes seqüentes e passageiros que compartilhamos – iminências que, em suma, parecem servir exclusivamente para nos indicar que não somos sujeitos estáveis e permanentes, idênticos a nós mesmos na extensão ou nos extremos do intervalo temporal em que nos fincamos.

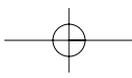
Dispersão, degradação, desagregação, desordem, desassossego, disfunção, desestabilização. Talvez caiba já elucidar que, assim como as demais lucubrações que vimos compartilhando, as considerações sobre o tempo que até aqui apresentei – e que, até esse ponto, culminaram na indicação de que a transitoriedade parece ser o enunciado temporal que melhor se adequa ao espírito mutável e errante que manifestamos – também não se pretendem conclusivas, mas, ao contrário, aduzem-se insatisfatórias (e mesmo um tanto redundantes, irregulares, confusas, pronunciadas por vozes díspares e dissonantes) na intenção direta de indicar que



especular sobre o trânsito e o tempo, assim como divagar abertamente sobre qualquer assunto que, voluntária e particularmente, julgemos conseqüente, é uma atividade basilar de nosso espírito, um empreendimento fundamental de nossa movimentação intelectual, capaz de nos fazer suspeitar do raciocínio que se sustenta apenas nas bases convencionais da racionalização especializada. E, nesse sentido, ainda que nosso assunto nesse momento esteja girando em torno dos enunciados temporais de transitoriedade e permanência, bem como de sua relevância na conformação da *porção nômade* de nossa personalidade, o que se estende aqui, em suma, é uma reflexão sobre a possibilidade de nos voltarmos para as digressões do pensamento, para a deambulação do espírito ou para a des-polarização do raciocínio – seja nas especulações sobre o tempo, sobre o espaço, sobre o trânsito, sobre a vida, a morte ou qualquer outro assunto que nos desperte atenção mais imediata.

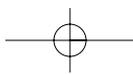
Remonta-se, também, que tais cogitações são levantadas como uma aposta de que a conciliação do pensamento prático com o raciocínio abertamente especulativo possa ser uma ponte no abismo entre a objetividade (onde, na empresa de ser direto, o intelecto cognitivo não aceita perder tempo com lucubrações vagas) e a divagação (onde balbuciamos soltar o pensamento e não mais nos preocupamos com finalidades e culminâncias coerentes); não importando se essa ponte é construída de maneira espontânea ou como reação a alguma situação ou circunstância contingente. Na prática, isso significa, simplesmente, não esquecer que em adjacência com a busca de motivos que implacavelmente dissolve nossas divagações, encontra-se a frequência surpreendente com que deixamos de julgar que o pensamento voltado somente para o encontro de uma resposta objetiva, ou de uma culminância racionalizada e polarizada, pode estar conduzindo nossas questões de maneira defeituosa. E nesse sentido, as investigações dos enunciados temporais se mostram também ilustrativas; pois se afigura que nos colocamos frente ao temporal com a mesma alternância de consciência e inconsciência com a qual nosso espírito inquieto nos levou a trilhar caminhos sinuosos e confusos nas investigações sobre a natureza, essência e existência do ser que somos.

Percebe-se então, feitas as contas – na medida em que a relação imediata que desenvolvemos com os fenômenos do tempo parece estar diretamente associada à idéia de permanência (enunciado polar do transitório), onde entendemos o tempo apenas como uma continuidade eterna de momentos seqüenciais, como o espaço determinado, porém infinito, dos acontecimentos, das circunstâncias ou dos fenômenos que podemos perceber –, que nossa idéia de temporalidade primordialmente alicerçada parece também esconder incoerências decorrentes de uma análise insatisfatória de sua estrutura interna; discrepâncias (involuntária e invariavelmente construídas no substrato de nossa percepção) que parecem se refletir, substancialmente, na polarização entre enunciados como a perenidade e a durabilidade. Em agudo contraste com o raciocínio divagante, essa idéia de *polarização* que se congemma não só nas indicações temporais, mas



na própria estrutura de nosso pensamento, é fator que revela as oposições e conflitos originados pela avidez de contraposição na qual frequentemente calcamos as diversas diligências, vulgares ou excepcionalmente orientadas, de entender as questões que tomamos por originárias e essenciais em nossa vida. Infere-se disso, *lato sensu*, que nossa experiência mental e sensorial ordinária (haja visto os diversos procedimentos intelectuais e lingüísticos que se baseiam na contraposição de opostos e na contraditória relação de incompatibilidade entre dois termos; em que a afirmação de um implica a negação do outro e reciprocamente) não se mostra muito aberta à idéia de complementaridade e parece perceber o mundo exclusivamente através da oposição; como se tudo fosse antinomia; como se o pensamento somente concebesse que as coisas existem – e nesse caso seria mais correto dizer coexistem – pela acepção de algo que se apresente como seu contrário. Fato que se levanta, pois, em certa medida, se afigura que qualquer investigação baseada apenas na polarização (entendida aqui como a centralização de pensamentos, energias ou esforços em torno de um único ponto) nos torna incapazes de apreender a dinâmica do equilíbrio entre fatores que nem sempre se confirmam polares. Assim, na medida em que temos consciência de que somos mutáveis, mas, paradoxalmente, anelamos o imutável; de que a mortalidade nos circunda (e circunda o mundo em que vivemos), mas contraditoriamente é em seu diverso que tentamos encontrar sentido e descanso; devemos concordar que mesmo os fenômenos temporais são por nós inquiridos (talvez erroneamente) – na base da contraposição de enunciados.

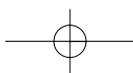
Não há dúvida de que – ainda que tenhamos consciência de que nem o anelo pelo imutável e nem a consciência de nossa *condição transitória* são capazes de representar, isoladamente, a essência do que somos ou da realidade em que vivemos – nossa racionalidade parece ainda tratar da permanência e da mutabilidade como polaridades, como correntes separadas e até mesmo opostas. Qualifica-se que nos colocamos diante do tempo – e também de outros fatores que dizem respeito direto a uma compreensão mais abrangente daquilo que somos – como que orientados prospectivamente em uma dimensão cambiante onde as relações paradoxais (como a certeza e a incerteza, o entrópico e o neguentrópico, a casualidade e a intencionalidade) se sobrepõem às diligências da busca de equilíbrio. No que concerne exclusivamente às acepções de tempo que acatamos em nossa vida pungente (e frente a falta de conformidade das situações paradoxalmente consideradas), somos, invariavelmente, levados a assumir o caráter contraditório de duas atitudes talvez apenas supostamente opositivas: viver no tempo tentando negar a efemeridade e a finitude para encontrarmos conforto em uma ilusão de permanência; ou viver no tempo assumindo nossa *condição transitória* para, a partir dela, tentar melhor ressaltar a eternidade que desejamos nos ser subjacente – oblóquios que (na razão proporcional em que a obsessão pelo perdurável invariavelmente nos leva à consciência da efemeridade; e que a aceitação da transitoriedade é também uma tentativa de transcendência), poderiam ser



mais bem entendidos se tratados como complementaridades ou, no mínimo, como possibilidades.

Denota, outrossim, que mesmo em uma análise do conjunto de conhecimentos relativos ao passado da humanidade (que nos foi legado por ancestrais remotos – talvez *pré-humanos* como nos diz Bertrand Russell<sup>8</sup> –) podemos já notar, claramente, uma tensão paradoxal entre os enunciados temporais. E, com efeito, no que concerne à polarização dos agravos do tempo, o compêndio histórico nos indica que o homem (quer as tenha buscado pelo estável ou pelo transitório) sempre anelou a plenitude e a transcendência; e daí o culto dos mortos e os monumentos que ainda hoje são erigidos sobre suas sepulturas. Na obsessão pelo permanente, parecemos ter constantemente nos empenhado para afastar a idéia do efêmero, porém, talvez pelo incoercível desejo de transcendência que caracteriza o ser que somos, assistimos também algumas culturas abordarem a realidade essencialmente pelo viés da transição e da mutabilidade – temos, no caminho traçado pelo Egito, pela Grécia clássica e pela Roma antiga, seguida pelas catedrais da Cristandade e pelas mesquitas do Islã, claramente materializada, a ambição, peculiarmente humana, de transcender o tempo, de materializar o absoluto, de construir o perdurável; porém, notamos, ao mesmo tempo, que filosofias, religiões ou doutrinas como o animismo, o hinduísmo e o budismo aceitaram o efêmero como uma via de acesso ao intemporal e assumiram a transitoriedade como maneira de melhor ressaltar a eternidade que à vida é subjacente. Cumpre-se, então, que esse testemunho histórico universal, quer provenha da razão ou quer tenha sua origem numa revelação primitiva, não pode ser senão uma prova a mais da coexistência, em nós, do eterno e do transitório; pois nos indica que, de certo modo, um templo antigo e um ritual religioso fugaz aparecem como duas vertentes de um mesmo anseio de transcendência; e que, conseqüentemente, tanto a permanência quanto a mutabilidade constituem-se como partes essenciais da construção da consciência que temos, de nós mesmos, do mundo em que habitamos e do ser que representamos.

Tais contraditas nos mostram que, com contumácia, anelamos pela permanência, porém nos vemos, invariavelmente, sujeitos a considerar a mutabilidade como fato concreto – o que também nos coloca em meio a uma interpenetração estreita (e, do mesmo modo, paradoxal) desses dois conceitos. Podemos concordar que, ao contrário do que os preceitos científicos nos indicam, vivemos a realidade temporal em que nos inscrevemos de forma profundamente compartimentada, mas entendemos, outrossim, que essa realidade não se nos oferece como experiência pura ou plena e que, em nossas aspirações de transcendência, o anelo de eternidade e a acepção da transitoriedade (mesmo que numa relação contraditória) aparecem ligados. Nesse sentido, da mesma maneira que observarmos a tensão entre esses enunciados na ressunta de nossa história, parece também importante sublinhar que tais problemas já foram tratados com muito mais acuidade no âmbito do pensamento filosófico. E não deixa de ser interessante notar que, ao que parece, já na época do surgimento ocidental da filosofia o cafi-



estava posto: enquanto Parmênides acreditava que o mundo verdadeiro era o mundo das essências imutáveis, sem contradições, oposições ou transformações, Heráclito formulou – obviamente de forma bem mais densa do que a aduzida aqui – isto o que venho chamando de *transitoriedade*, afirmando que somente a mudança era real e a contradição, a lei racional da realidade. Este último, vindo de tal modo mudarem as coisas, proclamou ser tudo mudança e nos conduziu à nossa própria *condição transitória* por princípios metafísicos, tratando da realidade como uma eterna mutação ou *vir-a-ser*. Dizia o filósofo de Éfeso: “O mundo é um fluxo perpétuo onde nada permanece idêntico a si mesmo, mas tudo se transforma em seu contrário”; pensamento que se opunha ao do pensador de Eléia que afirmava que o fluxo de contrários não existe, é irreal ou, no máximo, mera asserção aceita por nosso espírito; mera opinião que formamos somente porque confundimos a realidade com nossos estímulos internos e externos, com nossa capacidade de aprender por meio dos sentidos ou das reminiscências de nossas experiências.

Infere-se disso que também para os gregos e romanos a constância e a mutabilidade – assim como a contradição e a identidade – pareciam pervivir justamente no antinomismo de seus termos. Pressupõe-se, outrossim, que quando consideramos o nascimento da filosofia podemos notar que os primeiros filósofos já se preocupavam com os paradoxos da origem e da transformação; pode-se dizer até que toda sua história – a despeito de alguns enunciados que dizem que a filosofia é a “obtenção da imortalidade”<sup>9</sup> e de outros que dizem que filosofar é “aprender a morrer”<sup>10</sup> – a filosofia parece ter se baseado em um grande esforço de provar que esses conceitos coexistem e podem ser pensados conjuntamente. Acusa-se, contudo, que é somente no que é considerado o apogeu da filosofia ocidental que se oferecem as duas enunciações mais importantes para a acepção conjunta das aparentes contraposições; é somente com os enunciados da dialética e da lógica – embora sejam asserções baseadas, em certa medida, também na polarização – que se inaugura o pensamento de que a lei do movimento e da transformação pode se dar na união dos contrários ou na conciliação das diferenças. Assim, sem entrar nas questões centrais dessas filosofias, creio que nos cabe, no entanto, indicar que Platão e Aristóteles (tidos como os fundadores do racionalismo ocidental) já falavam em aceitar, como parte essencial do ser que somos, a constância e a perenidade – Platão considerava que a idéia de eterna mutabilidade estaria correta no que se referia ao mundo sensível de nossas sensações, percepções e opiniões, bem como no mundo natural, material ou físico, pois a matéria estaria inegavelmente sujeita a contínuas mudanças e oposições internas; Aristóteles, seguindo uma via diferente, considerava desnecessário separar realidade e aparência em dois mundos diferentes; para o filósofo existiria um único mundo no qual coexistem essência e aparência, mudança e permanência. Cumpre, deste modo, que mesmo oferecendo soluções distintas para o problema, a *dialética platônica* e a *lógica aristotélica* pareciam também concordar que nossa realidade seria composta tanto de permanência quanto de mutabilidade e

que somente o equilíbrio entre estes fatores nos garantiria um caminho para o encontro da plenitude subsistencial que anelamos.

Há que se relevar aqui (mesmo que isso abrolhe nova interrupção nessa seqüência, já tão contribada, de divagações) que embora esteja ciente de que nos encontramos carentes de incentivo para um envolvimento mais estreito com epítomes históricos e ementários filosóficos – e que, ao perpassar minhas cogitações por tais terrenos possa estar afastando um pouco minha coata digressão do que se refere à experiência ordinariamente orientada que compartilhamos; e, desta maneira, talvez sublinhando um imbricamento (ainda que precário) com um raciocínio especializado que não ambiciono dominar ou levar adiante –, não pude me furtar a tais apontamentos; mas não no intuito de alicerçar minhas especulações em teses ou doutrinas consolidadas; e sim no cometimento de indigitar pontos de tangência para uma excogitação que, sem produto externo ou tangível, tem seu fim apenas em si mesma. Desse modo, sem tentar enaltecer ou aviltar o valor dos ensinamentos, juízos ou prognósticos, inegavelmente úteis para o desenvolvimento de nossa maneira de compreender os fatos de nossa existência plenária que a história e a filosofia nos legaram, tenciono – ao aproximar de minhas disquisições objetos agudamente discutidos em instâncias que também não tenho a cupidez de abarcar – apenas estabelecer inter-relações, sem dúvidas pessoais, entre campos distintos de conhecimento e indicar a necessidade de admitirmos que herdamos um conjunto de conceitos (lei da contradição e harmonia) que, integrados, podem servir de base para a edificação de um sistema de compreensão, senão da temporalidade humana, pelo menos da realidade que mais imediatamente nos alcança. E isto se justifica, porquanto, bem entendidos, esses conceitos não transformam apenas as especulações históricas e filosóficas, mas também as investigações artísticas, antropológicas, sociológicas e psicológicas; e vale dizer que até mesmo as disquisições científicas – onde o que sempre foi visto apenas como contradição ou polaridade (problemas que, segundo Edgar Morin, foram por muito tempo considerados “impertinentes”)<sup>11</sup> parece estar sendo já admitido, dialogicamente, como conciliação de contrários, união de conceitos contraditórios e aceitação da compossibilidade dos opostos.

Assim sendo, figura essencialmente – pelo dinamismo da personalidade que demonstramos, por nossa tendência a entrar em novas combinações, por sermos ao mesmo tempo perpetuação e transitividade, por habitarmos simultaneamente os pólos de uma mesma essência mutável e imutável – que, na esfera das atividades humanas, os oblóquios que manifestamos (tanto no senso comum quanto nas investigações especializadas), jamais nos condicionam de modo absoluto e que a linearidade de raciocínio que se contenta em encarar tudo como oposição e reflete sobre a existência sempre optando entre pólos opostos pode, por vezes, nos dificultar o reconhecimento do que poderíamos chamar de harmonia consciente do nosso ser absoluto. E é, nesse sentido, que parece ser exato dizer que a ideação, o raciocínio e a volição que põe em manifesto nossa vida intelectual, nos atestam a necessidade de encontrar um ponto de convergência

entre fatores aparentemente opostos, e nos indicam que já não podemos supor que o entendimento da realidade plenária em que nos fincamos possa se dar pela mera oposição ou pelo raciocínio edificado em contraposições – que muitas vezes aparecem conjuntamente em nossa realidade cruciante e se apresentam como partes complementares de uma mesma vontade estruturante daquilo que somos. Isso posto, pode-se dizer ainda (no que pertence ao próprio mecanismo de nossa existência) que, em seu relativismo, a objeção de fatores contrapostos (como constante dinâmica da estruturação de nosso raciocínio) não deve ser necessariamente entendida como polarização, incoerência, discrepância, falta de nexos ou de lógica ou ainda como mera oposição, objeção e desacordo às opiniões, idéias e sentimentos de outrem; mas – na medida em que se apresentarem em equivalência com uma maneira divagante, especulativa e não objetiva de pensar e demonstrar parecença com experiências de digressão cognitivas –, podem também ser encaradas como tensão, diversidade, conflito ou incompatibilidade (de natureza lógica e ontológica) presentes tanto no âmbito do pensamento como no das coisas materiais que compõem nossa realidade contígua.

Trazendo mais perto essa análise, havemos, portanto, de anuir, baseados principalmente em nossa intuição (mesmo que acatassolada por argumentos históricos, filosóficos ou científicos específicos), que a temporalidade aparece sempre sob essas duas faces aparentemente distintas porém complementares: a face da permanência e a da mutabilidade; onde uma é como o anelo da eternidade que se julgando racional traz com ela a vontade de liquidar a efemeridade; e a outra é a liberdade e a abertura, é a vontade que nos conduz à enunciação temporal do *continuum* onde os eventos se sucedem indefinidamente. Também se pode acrescentar (ainda na linha das lucubrações que estão aqui sendo tão insistentemente expostas), que quando tratamos de transitoriedade e eternidade, a despeito dos moldes em que estes conceitos se nos são apresentados, estamos sempre nos referindo a uma espécie de interdependência, pois, estas duas idéias, embora apareçam como distintas, por se oferecerem sob aspectos diferentes, são, no fundo, similares; parece impossível que ao tratarmos de uma não esbarremos na outra, ou que ao nos determos nesta, não nos voltemos de algum modo para aquela. Desta feita, já parece ser exortativo – se desejarmos nos livrar dos paradoxos falsos que nos estimulam o pensamento polarizado – que incorporemos a transitoriedade e a mudança como elementos complementares e essenciais de nosso estar no mundo – visto que, ao que tudo indica, de nada adiantaria (em um contexto de mudança perpétua) apoiar-se apenas nas formas estabilizadas e institucionalizadas de interpretação do real; pois a estabilidade favorece a fixação e a imobilização que (longe de serem marcas do encontro de uma situação ideal) podem, muitas vezes, indicar apenas sintomas de fechamento, de arraigamento e de negação de parte indispensável daquilo que somos.

Despolarização, contraposição, desestruturação: descentralização de pensamentos, energias ou esforços em torno de um ou mais pontos. Talvez coubesse ainda

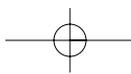
– para que não se afigurasse que estamos, de certa maneira, desviando-nos de nosso assunto principal (que é o impulso de desarraigamento que por vezes nos assola e nos leva à inauguração de uma espécie de consciência errante na vivência, experimentação ou compreensão de aspectos ou da totalidade de nosso mundo interior) – levantar algo sobre a relação entre a aquiescência da transitoriedade (que parece nos indicar que o provisório, o precário, o efêmero nos são essenciais como reflexo das condições naturais de nossa própria humanidade) e o ideário da peregrinação – que consiste em fazer do movimento de caminhada uma ação voluntária que não se contenta apenas em tentar definir o que deve perdurar e o que deve mudar, em aceitar a perda de sentido e a ordem entrópica das coisas que equilibram nossa existência e em abandonar a segurança das instituições e o fechamento de nossas convicções identitárias. Mas, por enquanto, guardemos apenas que asseverar que possuímos uma natureza errante e que nossa condição como humanos é essencialmente transitória, em suma, significa afirmar que possuímos múltiplas dimensões, ou o que se poderia chamar de um *continuum* dimensional no complexo de nossa humanidade; e que compreender a diferença aparentemente mínima contida na seqüência de elementos que a erradicação e a transitoriedade representam é compreender os elementos cruciais que diferem o que só dura certo tempo; o que é breve, passageiro, transitivo; o que pervive somente no intervalo de um estado de coisas a outro.

Assim – detendo-nos um pouco mais no que cumpre aos exames sobre o temporal –, denota que se concordarmos com o conteúdo das derivas aqui expostas, podemos indicar que, de todas as especulações possíveis sobre o tempo, a transitoriedade (como objeto lógico ou conceito) é, em suma, o nosso único tempo real, isto é, o tempo absolutamente fluido e contínuo – ainda que perceptível unicamente através de nossa intuição – que antecede e origina o tempo construído intelectualmente pela ciência; o tempo mensurável e divisível, fragmentado em medidas preestabelecidas e quantidades determinadas. No que cabe ao universo interno das reflexões, sensações, sentimentos e volições que manifestamos, a transitoriedade (como elemento essencial na regência de nossa consciência) é aquilo que nos leva – através da abertura para a aquiescência da transitividade e da nução do finito intervalo que habitamos – a entendermos que não podemos deter nossas vivências e nem as acumular; que o movimento, o trânsito e a caminhada são as formas de experimentarmos as potencialidades contidas em nossa essência; que a mutabilidade (como parte do conjunto complementar da *porção nômade* de nossa personalidade) é a maneira de experienciar as diversas facetas de nosso pensamento e as múltiplas personalidades a que tendemos – o modo de concebermos que o complexo dimensional que nos constitui não é feito somente de iminências antagônicas e contraditórias, mas também do equilíbrio de instâncias complementares.

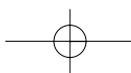
Resulta disso que desconsiderar a ruptura imposta pela modernidade às representações do efêmero e buscar o intemporal pela experiência de trânsito é, em suma, enfrentar a acomodação e fugir da estabilidade do pensamento

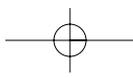
institucionalizado e aceitar o desarraigamento como motivação essencial e existencial; é entrever que a efemeridade, a transitividade, a mutabilidade, a inconstância não se revelam apenas em nossa humanidade, mas também no universo físico em que nos encontramos, no caos e no cosmos onde se agitam os princípios de dispersão e aproximação, de degradação e restituição, de ordem e desordem, e que refletem os fenômenos vitais, progressivos, regressivos, evolutivos e declinantes onde simultaneamente – como indivíduos, sociedades e espécies – nascemos e morremos. O que significa, por extensão de sentido e ainda na relação tropológica com que nossos assuntos vêm sendo tratados nesse espicilégio, que aceitar o pensamento não-cognitivo e não-especializado como axioma de nossa existência, não parece ser mais do que uma tentativa de elencar contraposições e incertezas no modelo da fragmentação e da disciplinarização; um anelo por enfrentar os paradoxos e contradições que fazem parte hoje da problemática global do conhecimento humano; um exercício de se entregar a enunciados (como a entropia, a dialógica, a memética, a lógica paraconsistente e multidimensional) capazes de alterar todas as nossas medidas e conceitos; uma diligência de retomar a capacidade de contestação e de nos aproximarmos novamente da meditação e da experientiação como maneiras de criar condições autônomas para nossos pensamentos e ações.

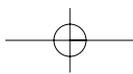
Desse modo, nos limites do que me propus a esquadrihar aqui, pode-se ainda dizer que a experiência condutora de aceitação da premissa da transitoriedade – como *modus operandi* que nos permite abordar a realidade em que nos inscrevemos através do pluralismo de lógicas alternativas –, nada mais é do que um abrir-se para a reflexão sobre a lacuna entre o que já desapareceu e o que ainda não apareceu; sobre a mudança constante que a própria idéia de tempo já implica; sobre o movimento inexorável de choque entre o que já não é mais e o que ainda não é; sobre a relação entre ser algo em um instante e não ser mais em outro, sobre o que existe e cessa de existir para ser de outra maneira, sobre a sucessão de ser agora e não ser depois, sobre o ser e o não ser intercalados; sobre o deixar de ser o que se era, para ser o que vai se ser. Correndo esta diretriz, creio que se pode, outrossim, indicar que conceber a transitoriedade como parte essencial daquilo que somos ou vivemos, parece ser, simplesmente, entrever que a continuidade de nossa existência é feita de multiplicidade, da pluralidade, da comunhão com o mundo, da abertura para a alteridade e da procura de equilíbrio entre situações muitas vezes opostas ou aparentemente polares; é compreender que, ainda que possamos imaginar os diversos coeficientes de duração que possuem as situações em que nos inscrevemos, não podemos imaginar nenhum que seja constante ou que valha como algo absoluto diante de todos os outros; é perceber – por necessário que seja (na intenção de serenar nosso *afã de plenitude subsistência*)<sup>12</sup> nutrirmos uma expectativa de constância, de continuidade e de firmeza – que olhar o tempo somente sob o prisma da permanência, excluindo a idéia de sucessão de coisas anímicas é, de algum modo, suprimir o temporal da própria noção de tempo. E seguindo, ainda, tais suposições – quaisquer que



sejam as implicações das distinções que aqui tratamos –, pode-se finalmente indicar que a aceitação dessa *condição transitória* – em uma relação complementar com a propugnação daquilo que chamei de *porção nômade* do ente humano – apresenta-se como mais um elemento capaz de conferir grandeza ao empenho de nos desapegarmos do fechamento, do amestramento e da tendência a normalização que limita indagações e restringe nossa realização existencial a uma culminância polarizada, estável e meramente funcional. Como epítome, fica que se, de fato, estamos cientes de que a vida morre, que o universo em que nos fincamos está em decomposição, se é verdade que a humanidade progride para o caos, o que nos resta é transcender as fronteiras do confinamento de nosso pensamento, procurando brechas na idéia de permanência e no ambiente de certezas da condição mundana para que seja possível a construção de um sistema já não tão maciço de desenvolvimento de nossas indagações temporais e existenciais.





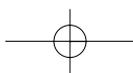


## 3.

## ENTRECRUZAMENTO DE FRONTEIRAS

Circunvizinhança, proximidade, cercania, marco, raia, linha divisória, fronteira, cercadura, contorno, comarca, perímetro, extremo, barra, margem, orla, baliza: sinônimos e variantes de limite. Assim como na natureza – força ativa que estabelece e conserva a ordem e o equilíbrio do mundo físico, onde tudo é percebido em uma relação direta de igualdade com seu contrário, onde tudo faz parte de um ciclo perpétuo de criação e destruição, de organização e desorganização, de nascimento e morte, onde nada é permanente e o efêmero se faz regra –, percebemos no movimento dos indivíduos ou sociedades errantes – no qual a diversidade, a mutabilidade e a capacidade de adaptação são também condições absolutas de sobrevivência –, uma das relações mais equilibradas que o homem já estabeleceu consigo mesmo e com seu ambiente de atuação e exploração. Por exercerem suas atividades em contextos freqüentemente hostis, as sociedades migrantes sempre souberam garantir sua perpetuação e sua autonomia e justamente por sua capacidade de adaptação e de renovação, de desconsideração de limites entre áreas contíguas, desempenharam um importante papel na história da humanidade; contribuindo inegavelmente para a evolução das técnicas e formas de exploração e entrecruzamento dos espaços.

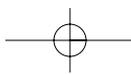
Pode-se dizer que o deslocamento errante é um movimento que se particulariza, principalmente, pelo não confinamento em limites artificiais e fronteiras arbitrariamente traçadas. Porque vêm de outros lugares, porque vivem de forma diferente, os nômades são vistos por toda parte como intrusos inconvenientes, adventícios imprevisíveis, estrangeiros de caráter impulsivo, antevieiros sempre prontos a romper com as motivações ordinárias e convenções habituais da acomodação sedentária. Em algumas regiões, contudo, a peregrinação – como característica de um organismo que procura tornar possível a sobrevivência em um determinado ambiente – distingue-se por um grande poder de adaptação aos espaços nos quais exerce suas laborações e pela enorme diversidade das atividades produtivas de suas sociedades; demonstrando, outrossim, a capacidade de os seres vivos ajustarem-se aos mais adversos contextos onde se encontram. A maioria dos povos nômades constitui comunidades culturais homogêneas que se deslocam em um espaço distribuído entre vários estados e, apesar de apresentarem diferenças em suas manifestações, em geral, demonstram traços



comuns (como uma combinação de mobilidade e flexibilidade), o que lhes permite enfrentar as sociedades dominantes com as quais estão em contato permanente. Os errantes atuam em terrenos transfronteiriços e seus deslocamentos são fortemente marcados pelo envolvimento com amplos espaços; como são constantemente obrigados a se mover, os povos nômades desenvolveram um tipo de vida peculiar, movendo-se por desertos, florestas, lagos e estepes, internando-se em vastas paisagens, em uma seqüência de embate e envolvimento com territórios e ambientes hostis. Por assegurarem uma parte não-negligenciável de sua auto-suficiência, a atividade errante constitui comunidades culturais homogêneas que constantemente entrecruzam cercanias. Sem poder ser fixado, integrado e controlado o deslocamento dos povos migrantes desconhece fronteiras políticas e geográficas e escapa à lógica das convenções contemporâneas que somente reconhecem e atuam sobre o que é localizável, previsível e programável.

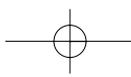
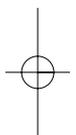
Analisada sob um ponto de vista estritamente científico, antropológico ou sociológico, a maioria dos interesses que as atividades migrantes poderiam suscitar parece residir na observação das tensões, nas seqüências de aproximações e afastamentos e na corrente alternância de contextos que distingue seus hábitos. Entretanto, se combinadas a especulações de cunho mais filosófico, psicológico ou mesmo com experiências artísticas (práticas ou reflexivas), a imagem das migrações desses povos pode sugerir, além da idéia de transitoriedade que seus movimentos suscitam, uma lucubração mais geral sobre nossa própria atividade essencial, sobre o envolvimento com os espaços em que atuamos, sobre os caminhos que escolhemos, sobre nossa própria fragilidade como caminhan-tes, sobre a efemeridade de nossa realidade concreta, e mesmo da coerência de nossa tentativa de encontrar – nas faculdades seccionadas do conhecimento que possuímos – algum sentido maior para nossa vida ou existência efetiva. Os migrantes vivem a experiência do transitório e o reflexo de seus movimentos parece nos por em contato com certos aspectos ocultos da personalidade cambiante que acusamos, da consciência digressiva e divagante que evidenciamos, do pensamento desquietado, vago e inconstante que descerramos; mostrando que existem relações precisas entre as necessidades de deslocamento, os traços característicos que apresentamos, as contingências que aceitamos e os contextos em que escolhemos viver. E infere-se disso que, quando tropologicamente empregado como elemento componente da estruturação da personalidade do homem, o movimento errante conduz a um intercâmbio intenso com os fundamentos físicos, biológicos, culturais, sociais, sexuais e psíquicos das condições de nossa humanidade; afetando nossa consciência e ampliando, sobremaneira, todo o arcabouço emocional e conceitual de que dispomos.

Assim é que com a continuidade da existência em que nos encerramos sendo feita de estradas acidentadas e polifurcadas em múltiplos desvios, parece ser justamente a convulsa pulsão de desarraigamento que originalmente sustentamos em certa parcela das qualidades essenciais que simulamos que nos mostra que a vida pode ser por nós assumida de maneira múltiplice. Em outras



palavras, parece ser a errância inata ao conjunto de características específicas que portamos aquilo o que nos indica que possuímos uma sensibilidade voltada para o intemporal e que, como migrantes inquietos, tendemos a vagar pelo mundo – com emoção e intuição – sempre tentando evitar que a vida se reduza ao consumo materialista ou a algum dos diversos poderes instituídos pelas motivações racionalistas. E, de fato, como divisamos mais atrás, ocorre que a restauração da mobilidade e a aceitação da impermanência das coisas, suscitadas pela *porção nômade* que guardamos no quadro de nossa existência integral, são fatores que nos indicam que para além das convicções usuais e das motivações racionais que demonstramos, somos também peregrinos existenciais, caminhantes inquietos que vagueiam pela transitoriedade fugindo da domesticação e procurando um sentido para a permanente jornada que empreendemos. Resulta disso que, com a pluralidade estrutural da realidade objetiva nos impulsionando para uma espécie de erradicação (tanto sobrenatural, quanto corporal, sexual, social, política, cultural e existencial) lobrigamos guardar em nós a possibilidade de nos abirmos para os valores espirituais, para a força do imaterial e, conseqüentemente, para o abandono do enclausuramento individual – afastando-nos de todas as convicções estabelecidas, alargando os horizontes da realidade sensível e nos desligando, mesmo que momentaneamente, das motivações racionalizadas mais sedimentadas. Percebe-se, pois, que em sintomia, o que o nomadismo (como condição ou modo de vida capaz de evocar aventura e tolerar o conjunto de transformações sugeridas por elementos exógenos às nossas alçadas imediatas) parece outrossim nos mostrar é que algumas experiências como a transitoriedade, a entropia, o câmbio, a troca e a busca de equilíbrio entre situações polarizadas, têm sido tão excluídas da nossa vida – ainda que por uma inconsciente defensiva cotidiana a fatores que ameaçam as leis gerais que estabilizam e amoldam o convívio comunitário – que talvez seja já hora de nos aproximarmos novamente dessas experiências.

Prenuncia, então – na linha das reflexões que estamos seguindo – que encomiar o nomadismo é, em certo sentido, aprender a lidar com as implicações das porções fragmentadas de nossa herança conceitual e espiritual. Augura-se também que associar a figura livre do errante às atividades de nosso pensamento é algo como um marchar rumo a considerações sobre o que orientaria nosso pensar se já não nos impuséssemos a empresa utópica de decretar os critérios com que devemos agir, atemperar normas de conduta, atribuir funções (cognitivas ou instrumentais) ou mesmo julgar os eventos que se passam em nossa vida *prática e compartilhada* – e aqui os grifos são justificados com a intenção de novamente assentar que em nossa homossocibilidade não existimos apenas como criaturas individuais; e que, mormente, somos partes de uma grande comunidade que (ainda que formalizada de maneira abstrata) dirige-nos, oferece-nos apoio e conforto. Passa-se, contudo, que – no contexto de nossos questionamentos acerca das características universais e das variações do indivíduo e da sociedade humana – pode-se dizer que não existe um fator único capaz de explicar a singularidade



do homem; e que talvez pela personalidade cambiante que demonstramos (que cada vez mais parece abranger todas as formas do pensamento e do comportamento manifestados pela reciprocidade comunicativa que exteriorizamos), muitas vezes não estamos de acordo com as imposições consociais arbitrárias e, por consequência – repetindo aqui outra ressalva já feita anteriormente –, nem sempre adotamos a posição tradicional de observadores comprometidos com julgamentos sumários dos objetos que investigamos.

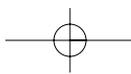
Efetivamente, ocorre que a estrutura errante (que concreta ou abstratamente sustentamos em certa parcela de nossa identidade), no lugar de nos impulsionar a realizar uma determinada vocação, faz-nos agir de acordo com as próprias inclinações, qualidades e possibilidades que elegemos, mais ou menos condicionalmente, pelas circunstâncias dos desejos e anseios, arraigados ou momentâneos, que manifestamos. Calha que o próprio ideário da errância – que ao longo dessa acumulação de digressões vem sendo tratado como uma metáfora para o movimento capaz de facilitar as estratégias da invisibilidade, da fluidez, do descomprometimento e da disposição migratória que permite que nos esgueiremos por entre as brechas da realidade sociocultural em que nos inscrevemos – parece ser particularmente importante para o fortalecimento de nossa avulsão de cruzar os limites arbitrariamente impostos pelo persistente hábito de considerar as coisas sempre com o apoio da tradição e do senso comum (ou mesmo por alguma espécie de compromisso com o determinismo doutrinário)<sup>1</sup> que tão frequentemente demonstramos em nossas consociações atuais. Afigura-se, ainda, que – como programa de ação, conjunto de aspirações ou espírito de uma agremiação qualquer –, o que aqui temos chamado de *porção nômade* de nossa personalidade divagante, bem como o que vimos apontando como a *condição transitória* de nossa humanidade assuada e incerta, são asseverações que sugerem que tanto uma vida de rotina, quanto uma existência de aventuras podem surgir de acontecimentos e consequências imprevisíveis. E é nesse sentido que, ademais, também se pode arriscar dizer que quando tropologicamente admitidas como valor modal predicativo (positivo ou negativo), o dinamismo e a espontaneidade do nomadismo são asserções que nos conduzem a duvidar das leis do comportamento individual e da integração comunitária; enunciados que prestam com que nem sempre correspondamos à emergência de estabilidade do mundo no qual vivemos – um mundo onde tudo e todos têm uma função precisa, uma vocação determinada que deve ser exercida com constância para que não saíamos da órbita de nossa realidade de seres objetivos, culturais, sociais e racionais.

Há, definitivamente, algo de libertador na idéia de erradicação. Contudo, como lobrigamos anteriormente, não se pode olvidar que existe certa contradição no anelo por acatar a errância como conduta existencial; e que essa contradição está, principalmente, na evidência de nos encontrarmos inscritos em uma consociação organizada e sedentarizada. Em nossa pulsão de errância, encoimamos a transitoriedade, sobalçamos a perenidade e nobilitamos a mutabilidade; todavia, de maneira simultânea, em nossa parcela albergada, sentimos-nos



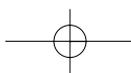
empurrados por uma força que avassala nosso espírito e nos diz que sobre o mutável deve haver algo permanente, incomutável, eterno, onde o ser integral, com todas as suas contradições e anseios, encontra sentido e descanso. E, ao que parece, não há modo de fugir de tal discrepância, pois ainda que almejemos uma existência desterritorializada que nos impele ao cruzamento de fronteiras individuais, ideológicas, comunitárias, civilizatórias ou religiosas, é fato de que nos encontramos, muitas vezes, presos a uma concepção de mundo puramente funcional da qual somos, de certa maneira, dependentes. Dito de outra forma, ainda que a evasão se faça necessária e que a mutabilidade seja característica essencial na empresa de nos possibilitar sair do fechamento de nossas certezas mais solidamente cimentadas, precisamos estar também cientes de que os movimentos que empreendemos em busca da acomodação e do arraigamento – mesmo que aparentemente impossíveis de serem concretizados – não são certamente de todo incoerentes ou totalmente privados de senso e razão, e que sua coerência provém muito mais de uma unidade de sentimento do que de regras lógicas.

Assim, sem que possamos esconder tais antinomismos (principalmente por serem decorrentes da alotrópica estruturação de nossa personalidade), resta-nos assentir que somos ao mesmo tempo mobilidade e acomodação – situação que mesmo em sua aparente falta denexo pode ser encarada como uma espécie de paradoxo essencial, capaz de despertar nosso imaginário e o tornar receptivo tanto a uma vida errante quanto aos hábitos sedentários. Infere-se disso (na medida em que concordamos que tanto a lei do movimento e da transformação quanto os princípios de unidade e inter-relação de todas as coisas e eventos consistem essencialmente na união dos contrários, na conciliação das diferenças ou em uma efetiva supressão da idéia de polaridade) que a coalizão e interpenetração entre condições e objeto do conhecimento (ao contrário da separação opositiva comumente utilizada na tentativa de estabelecer uma compreensão mais imediata dos pensamentos humanos e dos fenômenos do mundo material) é assim feita de cumplicidades e convergências; e que ao tentarmos unir as parcelas fixas e móveis de nossa personalidade, estamos, de certa maneira, tratando muito mais de inter-relação do que de contradição – e assim é que é preciso compreender a penetração do nomadismo nas esferas mais íntimas de nossa consciência: como uma tentativa de revelar a compossibilidade de sermos simultaneamente seres culturais (preocupados com os compromissos familiares, laborais e sociais) e peregrinos existenciais em uma eviterna busca de colmar o quebra-cabeça incompleto em que se resume nossa vida. Denota, portanto, que o ideário da erradicação e o do assentamento (como conformações da mais flexível de nossas faculdades, que é o pensamento) parecem constituir modulações intercambiáveis e compossíveis da estruturação de nossa identidade – e talvez daí o caráter insurgente (ainda que o bom senso aconselhasse a moderação dessa sublevação) com que temos aludido, ao longo desse artigo, a aceitação, sem questionamento, de modelos gerais ou do raciocínio categorizado.



Vaticina-se, portanto, que na perfilhação do nomadismo ecoa não somente o apelo fenomenológico de um retorno às coisas mesmas, mas também o rogo de integração dos aspectos singulares, evolutivos, acidentais e factuais da natureza do homem e do mundo – fatores que, em suma, produzem uma conciliação de mão-dupla (onde tudo aquilo que transforma é ao mesmo tempo transformado) entre as motivações resolutas e irresolutas que evidenciamos (nos termos do qual o “resoluto” transforma e complementa a matéria-prima essencial a partir da qual se constitui o “irresoluto”, e vice-versa). Deste modo, uma vez que estamos já conscientes de que considerar as coisas como possibilidades é oportunidade de apreender (de forma, no mínimo, mais abrangente) os fenômenos que abruptamente nos assaltam cotidianamente, é que se pode indicar que acatar a pulsão de desarraigamento como instância complementar da vida sedentária que sobrelevamos é, pois, uma tentativa de criar novas condições de liberdade e autonomia para nossas ações e pensamentos – fato que, em suma, nos indica que somente poderemos ir até o fundo da existência e vivermos a relação com nós mesmos, com nosso ambiente e com o outro se aceitarmos as múltiplas implicações da diversidade contraditória de nossa própria identidade (assim como da realidade individual, social, política, científica e cultural em que nos inscrevemos) e registrarmos nossa odisséia intelectual tanto na evolução de uma nova consciência de cruzamento das fronteiras entre as faculdades do nosso empreendimento e do nosso conhecimento, quanto na busca efetiva de alteração dos traços distintivos que tratamos por compleições (sem excluirmos nada, nem mesmo o mais estranho e enigmático, aceitando todas as coisas como algo vivo e preche de significados plurais e potencialidades capazes de fornecer perspectivas intercambiáveis um pouco mais coerentes com o atual estado de consciência – simultaneamente categórico, perplexo, mutável e intercambiável – da humanidade que representamos). De resto, embora esteja ciente de que falar de maneira tão redundante e insistente sobre tais certames, muitas vezes afigure-se apenas como relutância de abandonar conceitos e seqüências de pensamentos esquematizados e construídos como uma rede semântica de idéias justapostas; mas a fim de levar um pouco mais adiante os tópicos esboçados nestas sentenças, creio que caberia ramificarmos um pouco mais nossas dissipações – pois, no contexto dessa redação, semelha que é justamente nesses elencamentos e nessas reiterações que poderão estar contidas as pistas que temos para descobrir o que, de fato, pode vir a significar a inter-relação de modalidades cognitivas que começamos a sugerir.

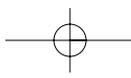
Deriva, busca, averiguação, diligência, multivagação, deambulação, errância: desconsideração de comarcas e cercanias arbitrariamente impostas. No aforismo de número quarenta e um de seu livro *Humano, demasiado humano*, Friedrich Nietzsche nos apresenta a seguinte assertiva: “Que o caráter seja imutável não é uma verdade no sentido estrito; esta frase estimada significa apenas que, durante a breve duração da vida de um homem, os motivos que sobre ela atuam não arranham com profundidade suficiente para destruir os traços impressos por



milhares de anos. Mas, se imaginássemos um homem de oitenta mil anos, nele teríamos um caráter absolutamente mutável: de modo que dele se desenvolveria um grande número de indivíduos diversos, um após o outro. A brevidade da vida humana leva a muitas afirmações erradas sobre as características do homem.”<sup>2</sup> E, efetivamente – ainda que talvez nos coubessem aqui algumas considerações acerca do que, de fato, significa a completiva “brevidade da vida humana” no contexto do pensamento nietzscheano, ou de como se dá essa mensuração em suas abordagens acerca das questões da metafísica, da moral, da religião, da arte, da literatura, do amor, da política, e das relações entre os sexos e entre os indivíduos –, havemos de concordar com sua asseveração de que nosso caráter, ou, se preferirmos, o conjunto dos aspectos morfológicos ou fisiológicos que nos distinguem como sujeitos, não é, em verdade, imutável.

Todavia – ainda que se possa também perfilhar que, de certo, uma existência absurdamente prolongada provavelmente produziria em um mesmo indivíduo uma seqüência de seres absolutamente distintos –, não nos parece irreto-cável o asserto de que, no entreato (verdadeiramente finito) em que nos recalci-tramos, estejamos, já e previamente, condenados por um conjunto definido de traços comportamentais persistentes o bastante para determinar nosso caráter ou destino. Assim, sem pretender emendar a sentença de Nietzsche – sobretudo por se tratar de máxima de um livro excelso que, devido, principalmente, a sua estrutura,<sup>3</sup> reflete o pensamento inquieto e multifacetado do pensador alemão –, creio, no entanto, que talvez fosse mais exata a prenúncia (a despeito do que se puder cogitar sobre a extensão, concisão ou laconismo da personalidade humana) de que embora saibamos que nossa vida é, de fato, extingüível, também nos pertence a agnição de que nela cabem todas as nossas alegrias, sofrimentos, aspirações, realizações, frustrações e conseqüentes transformações. Em outras palavras, ainda que as manifestações vitais em que nos aferramos ora se nos pareçam presentes e ora se nos escorram deliberadamente – não obstante o caráter (sem dúvida provisório e alternante) dessas vivências –, não se pode conceber nossa humanidade como uma máquina que, deliberadamente, imprime-nos traços determinados de origem, natureza e demais circunstâncias.

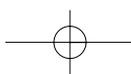
E, com efeito, ainda que saibamos que não podemos controlar, deter ou mesmo coligir de forma ordenada as vivências que coacervamos, ainda que em determinadas ocasiões nos pareça um atrevimento a tentativa de penetrar no âmago obscuro da consciência que traduzimos, ainda que muitas vezes sejamos levados a crer que não nascemos senão para morrer definitivamente, passa-se que não nos encontramos mais em condição de esboçar nosso existir (ou, como diria Basave del Valle, nosso *afã de plenitude subsistencial*) como algo arbitrário ou adventício – visto que se trata de algo que nos é consubstancial. Embora encerremos uma ascendência fimbria, embora por vezes sublevemo-nos contra nós mesmos, embora seja para nós, em certas circunstâncias, pesaroso sentir a contingência e a miséria da condição carnal, o fato é que, a cada momento de nossas vidas, procuramos construir para nós mesmos um novo sentido para nossa



realidade objetiva, encontrar uma motivação diferente em nossas experiências subjetivas e vislumbrar um novo caminho, uma outra ramificação na polifurcação das rotas em que nos movemos. Como vindiços impulsivos, parecemos sempre prontos a colocar em jogo (mesmo que disso sobressaiam-se as conjunturas mais catastróficas) a totalidade da existência que portamos. Como nômades intentando a libertação de uma vida castrada e tediosa, como errantes que caminhem acatassolados pelo entreato finito que sobrelevam, tencionamos avidamente por remodelar a matéria de nosso imaginário e entrecruzar as fronteiras entre aquilo que tomamos por intercadente e incontingente – situação que parece se refletir de modo cada vez mais direto em nosso anelo por colocarmo-nos de maneira total diante do tempo e do fenômeno; em nossa eviterna busca por incorporar (como componentes de uma análise existencial mais abrangente) o particular e a alteridade, o singular e o geral, a parte e o todo, o cognoscível e o incognoscível; e, principalmente, na utopia de integrar nossa natureza única à natureza acidental e factual do mundo em que nos conservamos.

Descerra-se, portanto, que mesmo em ocasiões em que sentimos nossos horizontes se estreitarem, nas circunstâncias em que nossos cometimentos se deturcam, ou ainda quando nossos ânimos se ocultam e não encontramos albergue na vida consabida – quiçá até por nos recusarmos a crer na impossibilidade de conduzir os sentimentos ou veleidades de nossa consciência interna; por manifestarmos, nos recônditos metafísicos do ser que somos, um constante esforço de luta entre a niilidade e a plenitude; ou ainda por falta de um rizoma consistente que nos convença da invalidade de sustentarmo-nos ou amotinarmos no abismo de nossa existência –, algo sempre será capaz de nos fazer romper as cercanias da realidade habitual e assomar ao nosso espírito sobressaltado um novo e infinitamente alargado horizonte, capaz de alterar não apenas nosso caráter, como também as especificidades das relações ou circunstâncias que nos acompanham. Efetua-se, desse modo, que a mutabilidade (escopo imperioso para a seqüência das especulações que, tão insistentemente, vimos aludindo ao longo deste ensaio), muito mais do que um traço insigne, revela-se propriedade ativa das capacidades inerentes ao caráter reflexivo de nossas atividades constitutivas – uma distinção indispensável à sobrevivência humana, cuja importância maior revela-se não na convicção de não sermos pálidas cópias de alguma espécie de matriz originária; nem tampouco na diligência de estarmos, de certa forma, habilitados a transformar arquétipos ou módulos de comportamento; mas sim no fato de ser uma característica eviterna que nos leva a constantemente redefinir os sistemas de valores em que nos apegamos e a suportar as mudanças, qualidades e propriedades dos contextos em que nos aviltamos.

Sobeja-se, entretanto – e talvez fosse exatamente a isso que Nietzsche procurou fazer referência ao asseverar que os motivos que atuam sobre a nossa vida não são capazes de nos marcar com profundidade suficiente para destruir traços já há muito compelidos –, que todas as diligências das qualidades, conhecimentos, habilidades e vivências que externamos (sejam elas próprias ou compartilhadas)

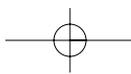






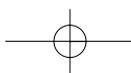
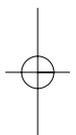
surgem em meio a uma série de peculiaridades, contingentes, compossibilidades e potencialidades relacionadas não somente com nossa individualidade, como também com o sistema de coexistência participada em que nos perpetramos. Vaticina-se, pois – e essa é uma questão que não se parece poder evitar (ainda que nosso desejo, aqui, fosse o de tratar da mutabilidade simplesmente como resultado de uma gravitação existencial de nosso caráter ôntico) –, que (ao menos enquanto estivermos vivos e nos encontrarmos transitando pelo fugaz interstício em que parece se resumir isto a que chamamos existência) são, efetivamente, os agrupamentos comunitários em que nos perpassamos que nos transmitem os interlocutores, instrumentos intelectuais, objetos de reflexão, conhecimentos, valores e ferramentas que constituem o contexto heterogêneo a partir do qual nossos pensamentos, consciência e caráter confundem-se, conectam-se, expandem-se e transmutam-se. Prefigura-se, portanto, que vivemos em um conjunto de elementos – concretos, abstratos, hipotéticos ou logicamente verificáveis – fundamentados na alternância das correlações interindividuais e intersociais (praticamente indistintas) que nos proporcionam mudanças adjetivas entre tudo aquilo o que – como objeto de exercício, espaço de investigação ou tema de estudo –, apresentar-se pertinente. E, não obstante, se considerarmos as principais características de nossas atividades sempiternas (e aqui importa deixar novamente assentado que tanto a comisseração das contingências que relacionamos quanto a aspiração de integridade subsistencial que apresentamos são, não somente vivências originais, como também angustias ontológicas que compartilhamos não apenas com outros indivíduos, mas também com a realidade agremiada em que nos acravamos), havemos de conciliar que não nos é possível exercer nosso caráter polifrontal – bem como qualquer outra de nossas faculdades superiores – senão em função das relações inexoráveis que mantemos com as heranças, conflitos e projetos das consociações em que nos perpetramos.

Não há controvérsia, todavia, mesmo que sejam motivações também eviternas que nos conduzem à comparticipação organizada, há também que se convergir que existe em nossa relação com essa coexistência participada, todo um sistema de intercâmbio e de sondagens recíprocas que fazem parte da busca de uma estruturação global das idéias e das intenções de inauguração de um campo uberoso para as especulações que se realizam em torno da instabilidade e da volubilidade de nossa personalidade. Ocorre, pois – e ao contrário do que muitas vezes se nos possa parecer –, que ainda que as condições de nossa humanidade configurem-se também como alteridade; que as ambitudes de nossa existência transcendam as contingências concretas de nossa realidade individual; ou que física e moralmente nos inclinemos para a vida em sociedade, nossa situação perante a realidade consocial que aparentemente nos domina não é inóxia. Passe, inclusive (e isso é dado essencial para a seqüência de nossas dissipações), que – mesmo que se possa também pensar que a realidade social mostra-se muitas vezes irracional, involuntária e sem sentido para o seu dependente (principalmente porque, no conjunto aglomerado das personalidades irresolutas, nossa



individualidade muitas vezes não se encontra em conjuntura de vir à tona no coronal de sua singularidade, originalidade ou excentricidade) –, é justamente o sujeito que representamos que dá as diretrizes e estabelece os fundamentos destas agremiações. E, de fato, pela concreção circunstancial de nossa vida consabida; pelo crescimento conjunto das contingências da realidade objetiva em que nos afincamos; pela formatação da totalidade das situações e contextos que nos são concernentes, afigura-se que somos nós mesmos que constituímos as etiologias materiais, espirituais, institucionais, convenientes e peremptórias das agremiações em que nos inscrevemos; que conduzimos e amoldamos seus contextos; e que (direta ou indiretamente) as subordinamos às nossas necessidades físicas, morais, religiosas e intelectuais de subsistência. E é nesse sentido que se pode dizer – ainda que isso se nos afigure, novamente, como fragmentação, desanexação e dispersão – que os conjuntos agremiados em que nos perpassamos são, em suma, estruturas que se organizam com base em conjuntos de unidades inter-relacionáveis e através das quais procuramos vivenciar todas as potencialidades e possibilidades que caracterizam nossa humanidade e que, nada obstante, gravitam no âmbito de uma confrontação de nossos atos internos como uma unidade em meio à pluralidade de fenômenos que também nos são concernentes

Assim é que, tratado de modo conspectivo, havemos de assentir que, em sintomia, o caráter mudadiço, intervalável, descontínuo e caduco da personalidade do homem, apesar de estar estritamente ligado com os contextos de inscrição socioculturais, não depende de estruturas de controle, de limites ou de condições prévias para a ação; mas sim de escolhas setoriais (atestadas principalmente por uma consciência interna) realizadas no complexo de todas as ações, pensamentos e objetos de investigação do humano. Possuímos, efetivamente, cunho intercadente; todavia, espelha-se – apesar da têmpera (inegavelmente irresoluta) da origem que manifestamos; e também a despeito do fato de que cada mínima alteração em nossa personalidade (ou o simples exercício de uma tentativa efetiva de mudança em nosso caráter ou consciência), teria seu reflexo mais direto não somente no conjunto de qualidades que nos inspiram individualmente, como também nas instâncias históricas, culturais e antropossociais onde nos insculpimos – que a existência que agitados não se apresenta como condição que depende exclusivamente dos coeficientes evolutivos, práticos ou corporativos de um sistema de propósitos arbitrários; mas sim como consequência da ação conjugada de diferentes fatores (reais ou ideais) que se circunscrevem não apenas na realidade consocial imediata em que nos ancoramos; mas também nas esferas biológicas, espirituais, volitivas, míticas, científicas e cosmogenéticas que nos competem. E, nesse sentido, colma-se, ainda – e esse é talvez o dado mais importante na sustentação dessas apreciações sobre o caráter interino que nos cabe, por vezes, revelar –, que havemos também de convergir que para que nos seja possível alcançar um conhecimento mais abrangente, de nós mesmos e do universo em que estamos imediatamente registrados, para que possamos empreender um mergulho mais profundo no caráter mudadiço de nossa própria consciência e



personalidade, para que nos habilitemos a operar transformações concretas na realidade anosa que nos circunscribe, dependemos integralmente de um intercâmbio policêntrico entre os dramas e vivências que são análogos não somente a nossa vida comezinha, como também à existência de interações anárquicas e espontâneas entre o ser que somos e o universo em que nos assomamos.

Mirifica-se, outrossim, que no pluriverso em que nos inscrevemos – onde mesmo a física tradicional cada vez mais incorpora concepções metafísicas, onde lógicas alternativas se oferecem como contraponto ou complemento à lógica categórica clássica; onde cada vez mais se pensa a ciência e a técnica em contornos ambivalentes, ou a partir da coexistência ou aparição simultânea (na relação com o mesmo objeto) de tendências e atitudes opostas –, talvez nada nos arrebate tanto quanto nossa própria tendência à mutabilidade e a infinita pluralidade dos fenômenos que gradualmente vêm expandindo (para incorporar conceitos cada vez mais abstratos) as fronteiras murais de nossas certezas mais solidamente cimentadas. Prenuncia que, ao mínimo gesto que realizamos, estamos em dinâmica interação com nós mesmos e com o universo em que estamos inseridos; e embora a maneira com que examinemos nossa própria natureza e a natureza do mundo que nos envolve seja sempre precedida de considerações preliminares sobre argumentos e teorias que muitas vezes apenas encobrem nossas experiências mais autênticas, devemos assentir que o conhecimento – tanto de nosso caráter indeliberado, quanto de nossa realidade apostada – somente existe plenamente em um ponto de equilíbrio, ainda que instável e precário, entre a relativa agnosia que temos em relação a tudo aquilo o que almejamos por ter maior ciência e a atinente ignorância das condições e potencialidades de intercâmbio desse conhecimento. E isso é posto, pois, segundo consta, são questões como essas (refletidas em inúmeras indagações; e detonadas por nossa diligente tentativa de lançar uma fundamentação empírico-teórico-metodológico para a coexistência, em conexões entrópicas, sinestésicas e fractais, do diverso) que cada vez mais tem se apresentado como uma espécie de “mola propulsora” das mais profundas volições que manifestamos, das mais angustiadas meditações que caracterizamos e das mais energéticas ações que tornamos evidentes.

Bosqueja-se, portanto, que embora aparentemos ser todos de certa maneira, substâncias resultantes de uma elaboração histórica compartilhada, ou ainda, meros co-produtos das condições socioculturais de fundação de nossos contextos imediatos, já se pode acolher – ainda que, em diversas ocasiões concentremos nosso desejo de saber somente sobre determinados núcleos de interesses – que a essência de nosso pensamento (assim como todo o direcionamento do conhecimento que demonstramos) é estruturalmente plural – mesmo que essa pluralidade não seja modelo arquetípico e, segundo creio, esteja também diretamente ligada ao conhecimento que se obtém através das experiências de intercâmbio. Nesse sentido, passa-se, já, que na tentativa de anuirmos a *porção nômade* da personalidade voltívola que demonstramos e de abrangermos a *condição transitória* de nossa natureza atabalhoada e equívoca, a questão precípua

que nos acomete quiçá não seja tanto a de constatar que possuímos uma essência mutável ou uma estrutura inconstante (ou mesmo a verificação de que as vivências se nos apresentam, basicamente, como alternância e oscilação) e mais uma tentativa de compreensão do sentido das relações de intercâmbio e entrefecundação que estabelecemos com a pluralidade de nossa realidade última e com a existência passada, alterável e intercambiável que comprovamos. Desse modo, colma-se, ainda, que acordadas como investigação fundamental que aponta as linhas diretivas a lucubrações sob os aspectos fragmentários do ente humano – como partes constituintes de um todo unitário –, semelhantes dissipações (sobre a eviterna mutabilidade de nossa personalidade e sobre a sempiterna pluralidade da consciência que apresentamos), cada vez mais se afiguram como considerações proeminentes capazes de nos revelar a importância de estarmos desde já cientes de que (para além da parcialidade da vida individual ou consocial em que nos apegamos) não nos apreendemos senão como uma *Gestalt* – ou como uma configuração das totalidades organizadas, indivisíveis e articuladas, de todos os fenômenos (sejam eles: físicos, biológicos, psicológicos, sociológicos, artísticos ou cosmológicos) que nos são atinentes –; e que tentar alcançar a plenitude de nossas vivências e desempenharmos (em um mesmo entreato existencial) a inomogeneidade de nossas potencialidades, é, em suma, transitar em uma estrada aberta para a união do indivíduo com o todo, como um todo.

Dá-se, então, que independentemente de nos enxergarmos como seres apartados da vida comunitária, ou como componentes de um todo consocial organizado – malgrado também a idéia de evolução (ou progressão) por acréscimo de verdades ou por eliminação de erros, em que (por decisão ou perplexidade) baseamos nossa vida intelectual –, havemos de aceitar que estamos inscritos em um universo plural de inter-relação (onde tudo faz parte de uma mesma teia estrutural do todo cósmico). Prefigura-se, outrossim, que ainda que sejamos seres contingentes, não compomos uma consciência independente; separada do mundo material e fenomenal em que nos obstinamos; representamos, sobretudo a união dos componentes ônticos da humanidade e das estruturas cosmológicas do universo ou, se preferirmos – para acatar uma noção metafísica já há bastante tempo incorporada à física pura –, do *multiverso* como um todo. Somos todos um só; todos estamos em estreita conexão e interação; intimamente ligados em um fluxo de permanente transformação – fato que, por si, já reflete a infinita capacidade humana para a associação, para a circulação de experiências e idéias; e que nos mostra que tanto o exercício dos aspectos volitivos de nosso caráter, quanto à prática do entrecruzamento das fronteiras de nossas aspirações e potencialidades, é, sobretudo, um meio de tornarmo-nos um com o todo da realidade, como um caminho do indivíduo para a plenitude, para o mundo em geral, como expressão do desejo do indivíduo de se identificar com aquilo que ele não é. E, nesse sentido – bem se presume –, cursa ainda que é justamente a nução de que já não há como excluir das experimentações e observações tão diversamente matizadas que nos concernem

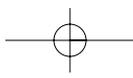
nem o sujeito, nem o que seriam seus objetos (visto que tudo é um), bem como a estranha e inconceptível sensação (pela qual, segundo creio, somos por diversas vezes acometidos) de defrontarmo-nos com algo parecido com o ponto que contém todos os pontos de que nos fala Borges em seu *O Aleph* – e onde, com vertiginosa nitidez, temos a sensação fugaz de ver (e aqui talvez fosse melhor dizer, de ser), de forma simultânea e em uma relação fractal, o todo e o detalhe infinitesimal –, as assertivas que melhor refletem nossa mutabilidade e pluralidade, e mais facilmente nos conduzem a esse intercâmbio efetivo entre nossas aspirações subjetivas e os domínios científicos, filosóficos, biológicos e antropossociológicos em que nos perpassamos.

Deriva disso, mais concretamente, que independentemente de ser abarcado pelo ponto de vista científico, místico ou filosófico, o universo plural em que nos encontramos mostra-se, de fato, um terreno híbrido onde transitam, entrecruza-se, choca-se e se complementa tudo o que (como possibilidade, estado latente ou realidade) é-nos atinente. Neste contexto, ao que parece, encontramos-nos já na situação de conciliar que talvez nosso anelo essencial seja, em muitos sentidos, uma espécie de rompimento ou, no mínimo, uma tentativa de alargamento das cercanias de nossos limites individuais; e que quiçá a principal via que se nos abre para esse quebrantamento ou para essa adjunção de nossas comarcas efetivas, não é outra senão a vereda do intercâmbio, da troca, da transação; a senda da união do sujeito cognoscente com o unísono dos outros seres e do cosmos. Demais, creio que se pode também indicar – ainda que nem sempre possamos avaliar o potencial de transformação que temos sobre a vida que levamos e sobre os contextos em que nos inscrevemos – que somos hoje, ao mesmo tempo, as testemunhas, as vítimas e os executores integrais de uma já imperativa mudança no nexos e na ordem lógica do mundo em que vivemos e da própria estruturação de nossas potencialidades individuais e coletivas. Uma mudança que (na medida em que aparenta apoiar-se em especulações sobre o abismo que existe entre as idéias ou percepções que temos a respeito da realidade em que vivemos e entre o que seria, de fato, essa realidade) parece vir para nos oferecer um terreno alargado e aberto para a mistura de pensamentos, disciplinas e fenômenos que nos são subsecutivamente atinentes; um campo fecundo para uma ordenação indistinta dos acasos, eventualidades, desordens e complicações da realidade heteróclita em que nos aviltamos.

Manifesta-se, pois, que tudo o que se pode hoje conceber como natureza, indivíduo, realidade histórica, contexto social, nada mais são do que elementos – ou subdivisões – da totalidade; ocorre, conseqüentemente, que quando refletirmos mais profundamente (ou um pouco menos superficialmente) sobre a essência do que somos e sobre a realidade em que vivemos, estaremos já, e de maneira imprecata, anelando por unir o nosso eu limitado com todas as faculdades da existência humana, desmoronando fronteiras entre postulados tácitos, transformando nosso caráter, aviltando oportunidades, estimando

realidades diferentes, estipulando novos desafios e avaliando as potenciais transformações que (consciente ou inconscientemente) acreditamos existir como resultado de cada ato ou pensamento que – individual ou coletivamente – produzimos. Desse modo, embora as assertivas que estamos aqui aquinhoando não sejam, obviamente, irrefutáveis, pode-se conciliar que, em certo sentido, é a isto que nossa inclinação ao nomadismo – refletida no caráter intercadente que, por vezes, apresentamos – parece, outrossim, avezar-nos: a nução de que no mundo em que vivemos, além da parcialidade da existência individual, nada existe como elemento ou entidade isolada; o comprazimento de que tanto nossos pensamentos quanto a edificação de nossas qualidades distintas não se dão no nível individual, mas sempre no caudal de uma interlocução ou de um multidialogo, concreto ou imaginal; o alvedrio de que tudo e todos fazem parte de um imenso e inextricável entrelaçado de interações e entrecruzamentos que (consciente ou inconscientemente percebidos por nós) formam a estrutura do conhecimento cognitivo humano. E são estes os princípios que, igualmente, nos indicam que somente quando entendermos que podemos aspirar à estabilidade das coisas, à permanência das relações, à continuidade das instituições e, ao mesmo tempo, desejarmos o movimento, buscarmos a novidade do sentimento e alterarmos o que parece muito estabelecido, poderemos desenvolver uma correspondência entre nossas tentativas de racionalização e a aceitação do acaso, da efemeridade e da ordem entrópica das coisas. Além disso, efetua-se, ainda, que já não há a mínima estranheza ou embaraço em asseverar tais conspectos; visto que, como se sabe, assertivas semelhantes também não são novas; e que falar de inter-relação, de eventos, coisas, fenômenos, de unidade entre o ser e o cosmos, entre o ser e outro ser, além de ir ao encontro de descobertas da física, da metafísica e da cosmologia contemporânea, é característica fundamental da visão oriental.

Deslizamento, descontrole, não-mensuração, quebrantamento, desterritorialização, abandono de julgamentos e conceituações prévias. Seguramente não estaremos prejudicando a já tão conturbada seqüência de divagações que estamos compartilhando se, neste momento, perfizemos nova interrupção para patentear que – ainda que de certa maneira nosso assunto esteja (de fato e intencionalmente) sendo então desviado para uma especulação acerca de uma espécie de união (em uma só lógica ou em um mesmo denominador comum) de todos os fatos, diligências, motivações e movimentações que são imediatamente tangentes à nossa cultura, sociedade, história e humanidade; para indagações sobre o caráter mudança que apresentamos e as perspectivas que podem se abrir através da criação de condições de maior autonomia e liberdade para o pensamento, a ação; e, conseqüentemente, também para questionamentos acerca da eficácia das aplicações (no senso comum) dos fundamentos que excluem paradoxos e inconsistências – o centro de nossas lucubrações continua sendo, não tanto uma reflexão sobre o já evidente surgimento de



novas estruturas organizacionais para os conjuntos de unidades inter-relacionáveis que compõem os terrenos da especulação do homem; e mais a relação que se pode estabelecer entre os deslocamentos desarraigados do nômade e as possibilidades e condições de formação de uma comunicação circular e complementar – nas esferas físicas, biológicas, culturais e antropossociais – de nossa realidade ordinária.

Em sintomia, o que se tem procurado levantar aqui – talvez de forma demasiado oblíqua, fragmentada e confusa – é simplesmente um paralelo entre a idéia de liberdade (suscitada pela imagem do nômade) e a visão de mundo estritamente mecanicista que tão marcadamente se destaca nos ambientes contemporâneos de agremiação; e – ainda em uma relação topológica com o movimento transfronteiriço do errante – assinalar a possibilidade de uma abertura (a partir de nossas motivações, desassossegos e potencialidades individuais) para um conhecimento sólido, porém um pouco mais abrangente, das situações e condições de nossa humanidade. Todavia, no que diz respeito aos debates sobre os ensejamentos dessa abertura, ocorre que nos será forçoso diligenciar pensamentos – obviamente que não em moldes categorizados ou hiperespecializados – sobre o indivíduo, a sociedade e a cultura como um todo de conectividade e compossibilidades; que se nos afigurará oportuno questionar o ainda imperativo modelo da fragmentação e da disciplinarização; e que se nos apresentará, sobretudo, necessário tratar da flexibilização do pensamento (ou do que a partir daqui chamaremos de *entrecruzamento de fronteiras* do conhecimento e empreendimento humano) como modo de se compreender, ou ao menos de se aceitar que os paradoxos, contradições, lógicas, racionalizações, mistificações são compossíveis e podem ser pensados para além da polarização categórica. E isso é posto, mormente para que se deslindem que, encaradas de forma sistêmica, as operações – perceptíveis ou não – que nos fazem agir sobre a conectividade, montar redes, abrir portas e difundir informação, além de se afigurarem como um movimento de reação à sempiterna insatisfação humana, nos incitam a questionar as linguagens, os valores, os afetos, as imagens e as representações em uso.

Desse modo, apesar de drasticamente vacuosa e dramaticamente lacunar, esta apresentação busca ser, sobretudo, uma tentativa de tornar patente – isso, é claro, se pudermos fazê-la sem operar a redução – a seriedade que tais enunciados devem, de fato, ganhar. Demais, considero, sobremaneira, relevante levantar, aqui, tais adversões, principalmente para que as lucubrações que estamos compartilhando (mesmo quando estiverem sendo estendidas sobre alguma espécie de mudança conceitual nos diversos campos do saber e sugerindo ligações e relações entre essas mudanças) não passem por uma tentativa de palestrar sobre problemas de transdisciplinarização ou interdisciplinarização – ainda que estes sejam objetos cardeais das atuais discussões, mediações, críticas e especulações da contemporaneidade. Ressalvo isto, pois, obviamente, não me seria possível ilustrar aqui, mesmo esquematicamente, as

inúmeras virtualidades, nem as várias concepções (em parte coincidentes, em parte divergentes) deste gênero de análise; até porque tal empreendimento, para ter alguma relevância, demandaria uma cuidadosa análise de volumosas literaturas específicas; assim como a procura de um ponto de tangência entre pensamentos tão plurais que (além de se tratarem de capitulações mais da competência de epistemólogos, antropólogos, cibernéticos e sociólogos), somente seriam viáveis através de uma estreita colaboração com pensadores que partilhassem de uma vontade de hibridização de seus saberes – o que, com efeito, afasta-se, em muito, de nossos objetivos de simplesmente divagar sobre tais certames. No entanto, transportando-nos para o plano da máxima generalidade, seremos capazes, creio, de tocar alguns aspectos essenciais ou, no mínimo, tangentes a algumas destas questões.

Assim é que (se nos for indeclinável pensar nossos contextos imediatos em amplos circuitos de ambivalências e complementaridades), havemos precipuamente de assentir que nos encontramos inscritos em um mundo em hiperbólica e permanente transformação; mergulhados em uma realidade de céleres movimentos simultaneamente contínuos e fragmentados; entalhados em um universo em constante desvanecimento de fatos, substâncias, vivências, possibilidades, potencialidades, concretudes, singularidades, insuficiências, compossibilidades e finitudes – onde tudo e todos tendem a um intenso e ubíquo intercâmbio entre as generalidades e especificidades que nos constituem; e onde cada mínima ocorrência em qualquer ponto do cosmos parece ecoar (ou escoar) também em todos os cantos do ecúmeno. Sobrexistimos, com efeito, no contexto de uma consciência global que já é capaz de entender o universo como um todo e perceber cada uma de suas partes como partes da essência do que nos constitui. Nossa realidade, hoje, é a de uma incessante e antropossófica confrontação de nossas ações e pensamentos com os mais discrepantes e inauditos contextos onde nos inserimos. Vivemos um período embrionário onde a visão coerente do mundo já não é pressuposto necessário ao norteamento dos princípios e ações que nos são atinentes, onde tudo parece afundar-se no finito da existência e onde são cada vez mais rarefeitas as possibilidades de fundação, apoio ou acomodação em valores objetivos e regras gerais. E, talvez por isso (e também pelo fato de posuirmos uma espécie de “universalidade empírica”<sup>4</sup> que nos traz a consciência de estarmos inscritos em uma realidade cada vez mais mudadiça e instável), é que sentimo-nos também cada vez mais instigados ao envolvimento com toda a sorte de conexões e inter-relações; com qualquer espécie de ligação que se mostre capaz de nos abrir para um outro tabuleiro de especulação – uma gleba diferenciada que seja capaz de unir todos os fatos em uma só lógica e que seja também, suficientemente ampla para a entrefecundação, das complexidades, generalidades e especificidades da situação global da atualidade.

Redunda, pois, que na realidade cada vez mais plural, no mundo cada vez mais fragmentado e diversificado – e, na mesma proporção, cada vez mais interligado – em que vivemos, o que temos visto é o surgimento de uma enormidade de

pensamentos, atividades, gestos e realizações, que não são possíveis de serem classificados em categorias tradicionais. Com o aparecimento e a difusão de novas tecnologias de informação (que misturam genética, neurologia, antropologia, sociologia, filosofia, geografia, arte, cosmologia, entre outras), juntamente com nossa atual – e aqui talvez fosse mais correto dizer eviterna – pré-disposição para o esgarçamento de nossas comarcas existências, sociais e culturais, tem-se notado (e de forma cada vez mais veloz) as fronteiras disciplinares se delgarem e, conseqüentemente, romperem com a própria idéia de unidade e de integridade de nossa consciência e de nossa personalidade; transfigurando, outrossim, os próprios alicerces aonde temos sido impelidos a edificar nossa identidade. Passa-se, portanto, que a estruturação de nossos raciocínios já não pode ser concebida senão como um desdobramento ao mesmo tempo sinestésico, entrópico e fractal das interações, ao mesmo tempo materiais, espirituais e cosmológicas, das condições de nossa humanidade; ou, segundo Pierre Lévy, como “um hipercórtex que se reproduz de maneira semelhante em diferentes escalas de grandeza, passando por psiquismos transindividuais de pequenos grupos, almas individuais, espíritos infrapessoais”<sup>5</sup>. Ademais, havemos de concordar que no anelo por conectarmos alotropicamente as definições de tempo e espaço, de vida e morte, de mobilidade e acomodação, de objetividade e subjetividade, de individuo e sociedade – assim como na tentativa de atravessarmos transfronteiriçamente os diversos terrenos do alicerçamento do nosso pensamento e de configurarmos novas balizas flexíveis da investigação dos fenômenos de inscrição de nossa humanidade na realidade que nos é imediatamente atinente –, estamos, desde já, tornando-nos agentes (ainda que nem sempre conscientes) da implementação de uma espécie de transdução – onde se sobrelevam contrapontos ao pensamento peremptório, objetivo, logicamente categorizado e modelado sob a égide da parcialidade – de tudo aquilo que nos é concernente.

Em agudo contraste com os princípios concebidos na ordem do determinismo e da simplificação (e a despeito dos arquétipos clássicos da categorização, do dualismo e da alienação) que tão veementemente dominam as esferas das agremiações contemporâneas, há que se abraçar que uma espécie de resmuda entre fatores aparentemente heterogêneos das práticas e do conhecimento humano – baseado em experiências individuais ou coletivamente orientadas – é, hoje, exercício vital para a compreensão das relações, cada vez mais plurais, que se estabelecem em nosso cotidiano imediato. Sabe-se, já há muito, que para qualquer organismo, seja social (sistema ou conjunto de elementos materiais ou ideais organizados e inter-relacionados), cultural (conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos e costumes que distinguem um grupo social) ou humano (representação do que é essencial, inerente ao homem, da relação que nele existe entre corpo e espírito), a diversidade, a variabilidade e a contraposição são condições indispensáveis de subsistência. Do mesmo modo, sabe-se – desde que temos aceitado,

como instrumento de previsão válido, eficiente e confiável, enunciados como o da entropia e o da lógica multidimensional e teorias como a da física ondulatória e da mecânica quântica,<sup>6</sup> por exemplo –, que mesmo enunciações de incerteza, de falta de determinação ou de ausência de definição não devem ser vistos como esquivas da verificação de certos fenômenos de nossa realidade factual; e sim como maneiras flexíveis de se entrever que nossas volições, ações e indagações – assim como tudo aquilo que delas resulta – não são de todo (ou não são de modo algum) determinados ou previsíveis por causas ou fatos antecedentes. Todavia, não se pode também olvidar que (como qualificações aparentemente despropositadas) tais enunciações – assim como as diversas teorias, lucubrações e dissipações que tem se ocupado da transversalização dos saberes e da tentativa de trabalhar os paradoxos e inconsistências impostos pelo pensamento lógico categórico – permanecem sendo encaradas apenas como referências residuais na problemática geral do conhecimento de que dispomos.

E, efetivamente, ainda que tenhamos anelado avidamente por exceder as limitações da lógica categoricamente estabelecida em que baseamos muitos de nossos pensamentos e ações; ainda que tenhamos assistido a crescente ansiedade com que se procuram novas maneiras para enfrentar a complexidade de nossa realidade imediata, notamos (talvez até por certa desconfiança do que seriam os fundamentos de um novo paradigma complexo)<sup>7</sup> que existe certo temor – oriundo principalmente dos partidários da especialização e da burocratização dos saberes – diante da nução do incompreensível, do irresoluto, do impreciso, do indeciso e da entrefecundação das motivações, pensamentos, percepções, práticas e gnosés humanas. Entretanto (como nos mostram as mais diversas diligências interdisciplinares que se nos tem apresentado ultimamente), concebe-se que, em geral, todos estão de acordo em considerar que o entendimento humano é um domínio de investigações plurais que se multiplicam em vários gêneros de representações mentais; e que, não obstante os enunciados peremptórios e reducionistas, a questão que se nos impõe nesse momento já não parece ser se *há* uma relação entre as diversas formas de manifestação do raciocínio ou do conhecimento humano, e sim descobrir *qual* é o elo preciso entre eles – o que não significa, em nenhuma hipótese, que as distinções e as especializações não tenham mais razão de ser e que devam ser fagocitadas por um modelo utópico de interdisciplinaridade; isso significa, simplesmente, que um princípio associado de raciocínio parece estar sabendo se impor e que os partidários do domínio da especialização e da compartimentação, ou mesmo de uma versão reformulada destes, estão já condenados a envolverem-se numa disputa de terreno com todos os que se apegam ao paradigma clássico da categorização e que se trancafiam em seu saber parcial, reivindicando sobre ele direito de propriedade.

Efetua-se ainda, que, na atualidade, mesmo os jogos de racionalidade e a busca incessante da objetividade instauram-se como processos de racionalização

diferenciados, heterogêneos, conflituosos e regulados por matizes diversas. E, nesse sentido, quer optemos por uma cisma espargida perante os paradigmas, quer nos apeguemos ao desmembramento do conhecimento irrefletido e das formações generalizadas de reflexão, quer sustentemos que a única atividade a que vale a pena entregar-se é, em verdade, a exploração dos significados de nossas experiências de troca, resta-nos que o pluralismo das convicções ao mesmo tempo contraditórias e complementares incita-nos a uma caminhada errante por entre as fronteiras do conhecimento de que dispomos. De fato, perfilha-se que em tudo o que somos, em cada partícula fractal daquilo que nos compõe, vivemos um embate paradoxal entre as desordens, as eventualidades e as confusões que se proliferam no núcleo composto pelas contradições e indecibilidades inerentes a nossa humanidade – e, ao que parece, é também a convicção de que habitamos a mutabilidade (e de que nossa realidade mais concreta parecer ser mesmo a impermanência) que nos impõem a necessidade de nos adaptarmos ao enfraquecimento das crenças, à fragmentação das ideologias e à instabilidade dos raciocínios. Calha, pois, que é, justamente, na tentativa de enfrentar a incompreensão lógica e racional de talvez sermos meras partes de uma rede inseparável de interações, bem como de fundamentar novos modelos complexos capazes de ampliar (e aqui talvez seja melhor dizer associar) os horizontes do nosso conhecimento, que temos chegado – como uma espécie de ponto de tangência onde se encontram as potencialidades da estruturação multidimensional de nosso pensamento – a inevitável busca por um raciocínio que seja ao mesmo tempo objetivo e subjetivo, lógico e ilógico, que saiba introduzir a incerteza na certeza mas que ao mesmo tempo não se restrinja apenas a isso.

As alternativas comunicam-se entre si – ainda que seja apenas por via controversa –, e mesmo do ponto de vista dos objetivos programáticos já há muito se impõe a liberação de acatar o enraizamento e de procurar determinar um fundamento absoluto para o conhecimento humano. Ainda mais: denota que na medida em que se sabe hoje que a racionalização efetivada segundo modalidades compartimentadas não pode dar imagem nem suficiente nem exata dos fenômenos que assolam o ser que somos, pode-se pensar que mesmo os modos de legitimação tradicionais (como os do mito ou os da religião, por exemplo) já não mais apelam para outra legitimidade que não seja a dos valores inerentes à organicidade das formas de intercâmbio. Espelha-se, pois, que com a viragem da compartimentação das disciplinas para a interpenetração de pensamentos, tem-se ganhado um domínio autônomo para a investigação do conhecimento humano e para processos de pensamento onde simultaneamente haja lugar para uma análise lógica categórica e também para uma explicação de inclinação empirista. E, de fato, boqueja-se que nos tempos atuais já não parece haver mais espaço para princípios fechados, para pontos de vista ou conjunto de princípios adotados como doutrinas apenas em um determinado ramo do conhecimento, para teorias isoladas e supostamente fundamentas em fatos (ou pelo menos

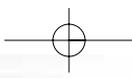
não por estas invalidadas) e que tem o apoio ou a sanção de uma autoridade em determinado assunto – o que faz com que já não nos pareça ser insustentável (ou meramente supositício) afirmar que a lógica categórica (devido, mormente, ao número das condições que aparentemente consagraram a racionalidade instrumental e o recuo dos ideais) parece agora enunciado apenas capaz de tratar de situações simplificadoras calcadas, sobretudo, na compartimentação. E, nesse sentido, afigura-se, ainda, que – mesmo que a análise lógica taxativa (por ser ao mesmo tempo cabalmente técnica e peremptoriamente específica) pareça ainda servir para nos proteger da trivialidade de uma hibridação descontrolada dos saberes –, por não ser capaz de enfrentar, sozinha, a complexidade das relações de ordem e desordem, de organização e desorganização (tratando tudo através da polarização absoluta) a lógica clássica cada vez mais abre espaço para lógicas alternativas capazes de conceber as situações em complementaridade, em comunicação e, sobretudo, em intercâmbios – e é talvez por isso que hoje notamos que os estudos de *lógica para-consistente*<sup>8</sup> (que parece admitir, em alguns casos, que conclusões sejam obtidas através de contradições ou de premissas contraditórias) ou de *lógica Fuzzy*<sup>9</sup> (que utiliza variáveis lingüísticas no lugar de variáveis matemáticas) têm sido alvo de estudos de pesquisa em diversas áreas; fundamentando procedimentos alternativos aos tradicionais no tratamento de bases de dados que contenham inconsistências.

Deriva disso, que questionamentos plurais, lógicas opcionais e volições multidimensionais (provenientes de todas as áreas do conhecimento e empreendimento humano), têm sabido se incorporar aos raciocínios compartimentados e categoricamente orientados com que estamos tão acostumados a estabelecer relações entre as coisas e fatos de nossa realidade imediata – levantando indagações díspares e engendrando pensamentos, ações, conhecimentos, motivações e, conseqüentemente, mais indagações, sobre a empresa desesperada de delimitar nosso conhecimento, levantar comarcas entre nossos pensamentos e traçar fronteiras entre nossas motivações. Adjetiva-se, outrossim, que no contexto em que vivemos nenhuma discussão ou argumentação (na perspectiva de uma compreensão recíproca) se pode conceber apenas no horizonte das convenções e das razões que são autoridades apenas num dado momento – e que as pretensões de validade que nelas se exprimem pressupõem uma distinção essencial entre o que pode ser reconhecido como válido, segundo uma posição racionalmente motivada, e o que pertence à pura convenção. E, talvez por isso – e também por termos experimentado (através da fragmentação e da velocidade impostas pela vida compartilhada) uma mudança célere no nexos entre nossas ações e pensamentos –, é que tem se tornado tão evidente esse anelo por unir as potencialidades do ser concreto e sensível que simulamos e por confrontarmos-nos de maneira cada vez mais aberta com os paradoxos de ordem e desordem, da parte e do todo, do singular e do geral, da identidade e da alteridade.

Efetua-se, desse modo – e sobretudo por nos encontrarmos inscritos em um contexto de inter-relação de circunstâncias que acompanha cada fato ou situação da existência factual que atravessamos –, que já não há mais como negar que, isolados, tanto os nossos sentidos quanto todo o nosso conhecimento intelectual são enunciados insuficientes para preencher o vazio de nossa aspiração à plenitude; e que é somente a nossa tendência a nos interessarmos pelas essências dos seres e das coisas que faz com que formemos uma só unidade com o mundo em que vivemos; uma união entre nosso ser, nossa natureza e nosso destino. A partir disso pode-se, pois, verificar (tomando por base as funções universais de tais associações) que, em nossa eterna busca pela diversidade, pela pluralidade, pela mutabilidade, desejamos ser algo mais do que apenas nós mesmos – fator que, inadvertidamente, faz com que, em nossa aspiração de plenitude, ansiemos sempre por nos apoderar daquilo que potencialmente nos concerne; e (havemos de concordar) o que entendemos como potencialmente nosso inclui necessariamente tudo aquilo que a humanidade em sua totalidade é capaz; ocupam nossas divagações (simultaneamente) as investigações sobre nossa condição humana e, portanto os estudos antropológicos, filosóficos, biológicos, sociológicos e artísticos, entre outros, fundindo (ao mesmo tempo e em uma mesma reflexão) essência, existência, pessoa, vida, tempo, liberdade, valor, sociedade, história, morte e religiosidade. E, ao que parece, é justamente essa compleição de absorção, integração e concentração – que se manifesta precipuamente em nossa propensão à dispersão, em nossa inclinação à flutuação por variáveis aleatórias – o nosso maior condutor para um alargamento das possibilidades de associação e diálogos entre as coisas; de conceber-se complementaridades e compossibilidades; de misturar conhecimentos e, principalmente, de não se abraçar servilmente os ranços que nos impedem de conceber a fragmentação dos valores, a heterogenia, o policulturalismo, e uma espécie de cruzamento, combinação ou sinestesia de todas as nossas sensações, pensamentos e realizações.

De mais a mais, pondo-se de lado algumas outras questões que poderiam ter se apresentado relevantes, resta-se que, diferentemente das argumentações tradicionais que permanecem solidárias de um reconhecimento implícito e de uma legitimação vulgar, o enunciado da inter-relação ou entrefecundação dos fenômenos, do conhecimento e do empreendimento humano apóia-se em um conteúdo não-normativo cujo princípio não se limita ao horizonte do provável ou de ser dotado de um alcance simplesmente prático. Nesse sentido – e também no que diz respeito ao relativismo mais geral das coisas –, pode-se, pois indicar que compreender a essência do *entrecruzamento de fronteiras* entre as motivações, pensamentos, percepções, práticas e gnosés humanas parece consistir, simplesmente, em reconhecer que certos objetivos (como o de edificar um conhecimento universalizado, perquiritivo, autêntico, coerente, célebre, insuspeitado e evolutivo) é não só utopia mas, pior, está em contradição com tudo aquilo que se concebe hoje acerca do conhecimento humano e de





sua evolução. E, como remate, pode-se, ainda, salientar a conveniência de que – ao menos como alternativa à essa noção apodítica da estruturação de nosso conhecimento –, cumpre deixar-se contaminar pelo princípio da incerteza racional; compete considerar-se ser legítimo e interessante, propor explicações plurais do conhecimento humano (mais precisamente de certos aspectos deste) que sejam o mais simples possível e acomodem também o melhor possível dados, fatos ou intuições sobre esse mesmo conhecimento – mas isso, obviamente, se formos suficientemente indulgentes com o vocábulo “conhecimento” para permitir que ilações heteróclitas, compostas simultaneamente por exames ilógicos, lucubrações divagantes, especulações intuitivas e aviltamentos diletantes, sejam também denotadas por esse termo.

Depolarização, integração, aproximação, não-diferenciação, encontro, incorporação, confluência. Mesmo que se possa dizer que a explanação que se começou aqui a fazer pareça estar – talvez por não se tratar das asseverações de um epistemólogo e sim das lucubrações oblíquas de alguém que se esforça por alcançar a ramificação das veridicidades – dando-se no âmbito exclusivo das generalizações e que para se impor como evidência viável (e não apenas como mera especulação descartável) tal exposição ainda necessite de inúmeras correções e complementações, talvez possamos conciliar – e creio que assentarão comigo ao menos aqueles que puderem olhar para tais dispersões como um delírio de repúdio às auto-certezas, às conclusões aparentes e à ordem muitas vezes apenas provisória dos sistemas acabados –, que o *entrecruzamento de fronteiras* ou, se preferirmos, o quebrantamento das comarcas entre ramificações, disciplinas, representações, métodos, tecnologias e campos do conhecimento é, por si, enunciado capaz de nos ajudar a reexaminar os fenômenos e os elementos casuais e intencionais e sua função em nossa realidade espiritual, racional, volitiva, psicológica e consensual. Assim sendo, ainda que nada do que estejamos tratando se possa tomar como guia infalível; ainda que o balanço entre as indagações que estamos fazendo e as respostas parciais e bastante gerais que conseguimos apresentar sejam desproporcionais; ainda que, para muitos, essas meditações, ou essa vontade de dividir algo que cada vez mais toma aspecto de uma sobreposição (talvez um tanto cansativa) de anotações pessoais, afigurem-se desviantes daquilo que parecia nosso propósito inicial, julgamos que cabe ainda estendermos um pouco em mais algumas considerações acerca das possibilidades de situar a realidade concreta do humano fora dos postulados metódicos das compartimentações e categorizações – não como corolário, mas como prolongamento mesmo das dissipações que alinhávamos mais acima.

Desse modo, ainda que as asseverações que estejamos apresentando (talvez por se tratarem de especulações diletantes onde a ausência de regularidade já se tornou marca indelével) não nos permitam apresentar provas concretas, exemplos analisados, ou mesmo um estalão claro dos comentários que expomos; mesmo que nossas lucubrações estejam mais calcadas em possibilidades de alterações contextuais a partir de transformações psicológicas – e, talvez

por isso, careçam de uma análise um pouco mais apurada sobre as incontingências fisiológicas que, como espécie, nos são também atinentes –; creio que nos cabe, ao menos por enquanto, continuar nutrindo o conjunto especulativo de opiniões que montamos para asseverar que não existe um núcleo invariante nas operações de edificação de nosso caráter e de distribuição dos diversos compostos de partes e elementos de nossa natureza heteróclita. Entretanto, antes de começarmos novamente a discorrer sobre enunciados ventureiros que não se sustentam senão nos desvios do quadro de referências que orienta nosso senso comum, penso que seria oportuno levantar, uma vez mais, uma diferenciação entre os enunciados recônditos que propomos e os postulados já tão consignados de interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade (que, nada obstante, ascenderam, decisivamente, sobre este texto); e relevar que, não sendo programáticas, as assertivas que estão sendo aqui apresentadas não serão desenvolvidas ou arrematadas; elas apenas nos servirão, se quisermos, como indicativos para os caminhos que o tipo de reflexão ambivalente, divagante, ambígua e errante que propomos pode então palmear. E para aqueles (guardiões ferrenhos do cartesianismo, da categorização ou da objetividade) que puderem observar nessas dissipações a presença de uma ferrugenta cantilena típica da crítica abstrata e inconsistente; de uma desvirtuação de pesquisas sérias; do desfiguramento de qualquer referência à objetividade; ou ainda a insuflação do irracionalismo para dentro de campos importantes da cientificidade corporativa – porquanto nossos conspectos, de fato (ainda que baseados em uma tentativa de compreender o mundo por raciocínios transversais), edificam-se, sobretudo, em uma transigência, de certo modo leviana, para com as práticas pseudocientíficas, e não indicam concretas raízes histórico-científico-sociais dos problemas que tangenciam – talvez caiba, também, novamente, exaltar que minhas lucubrações não se edificam no intento de combater as posturas positivistas, em suas mais diversas e específicas conformações, mas sim no de tentar compreendê-las como passíveis de flexibilizações, entrelaçamentos e conexões múltiplas e alternativas.

Assim é que, se desejarmos refletir sobre o esforço generalizado de entendimento das questões que envolvem a atividade humana como um todo de articulações intercambiáveis, havemos, primeiramente, de assentir que é uma espécie de processo de “heterogeneização do humano” o que parece mais adequadamente caracterizar o período histórico em que estamos agora assentados. Como dito mais atrás, vaticina que vivemos um momento peculiar da história de nossa humanidade.; um momento dito globalizado, onde já é visível uma mudança na idéia que se tinha, faz bem pouco tempo, dos enunciados de tempo, espaço, relação e inter-relação; um período histórico onde todo o planeta e todos os indivíduos parecem cobertos por uma teia (não apenas imaginal, mas real se considerarmos, por exemplo, que palavras como “ciberespaço”, “interconectividade” e “virtualização” que faziam parte apenas do glosário da ficção científica agora são incorporadas ao léxico da contemporaneidade

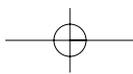
e, conseqüentemente, ao nosso vocabulário mais corrente); um momento peculiar onde tem se tornado indispensável a idéia de troca e intercâmbio; e onde tudo e todos tendem a tornarem-se globais e a anelarem pela inter-relação com os demais – fato que, se não estiver equivocado, também não é hodierno; pois parece ser apenas a culminância de um processo de universalização e interdifusão (detonado talvez pelo desejo de comunicação), entre pessoas, povos e países, que teve início no período mercantil dos séculos dezessete e dezoito, expandiu-se com a industrialização e ganhou novas bases com a grande indústria do final do século dezenove. Ocorre, contudo, que, além da já evidente constatação de que contribuíram, também, para essa crescente tentativa de intercambiamento e dissolução de fronteiras, diversas circunstâncias que hoje já nos soam lugar-comum – como as crises com que a razão, e juntamente com ela os valores e o sujeito, tiveram de medir-se, a dúvida que marcou e marca ainda as iniciativas fundacionais, a queda de uma visão de mundo que afirmava a coerência do universo e os efeitos muitas vezes nocivos do poder que acompanham o desenvolvimento das técnicas –, há também que se pensar que tal situação não é, pura e simplesmente, reflexo do progresso técnico obtido em razão do desenvolvimento científico ou da produção e difusão globalizada de informação (ou mesmo de uma mudança no senso lógico e objetivo do ente humano), e mais uma necessidade de questionamento efetivo dos anelos eviternos que marcaram a edificação do espírito intercadente e plural da humanidade; da qual – apenas por estarmos vivos neste momento – somos os atuais representantes.

Em certo sentido – e isso é dado essencial para uma compreensão abrangente desta heterogeneização, inter-relação, ou entrefecundação, das práticas e fenômenos concernentes ao humano –, parece ser uma espécie de deflagração das mitologias e das idéias autojustificadas que nos impõe a necessidade de entrecruzarmos as fronteiras de nossa razão objetiva, assim como o reconhecimento dos limites dos sistemas lógicos categóricos de interpretação e atuação em nossa realidade imediata. Colma-se que, como partes da cosmologia que reflete os valores da época atual (e isto sim, talvez seja reflexo do progresso tecnológico obtido através do desenvolvimento científico que cada vez mais facilmente torna possível a difusão instantânea do conhecimento do que se passa em cada canto do planeta), todos os nossos pensamentos, ações e volições parecem já adquirirem uma intensidade capaz de dar cada vez mais valor ao esforço de se aprender, apreender, pensar e compreender em toda a amplitude possível as possibilidades de inter-relação. E, de fato, ainda que pareçamos estar ainda dispostos a pensar em nossa realidade como uma estrutura sólida e logicamente ordenada – e, na medida em que sabemos que essa estrutura está edificada sobre um terreno movediço (por desnecessário que seja manter esse tipo de dualidade), há que notar que isto também já se afigura paradoxal –, tais meditações devem ser tornadas patentes; visto que já há muito, deixou-se de levar a sério o gênero de argumentação parcial e compartimentado, próprio da abdicação de uma compreensão plural (ao

mesmo tempo metafísica, religiosa, científica e intuitiva) do real; e que no anelo por estabelecer as bases para a investigação dos inegáveis fenômenos de hibridação de todas as coisas, também já há muito se reconhece que se debruçar somente no raciocínio cartesiano, ou na lógica categórica, é uma empresa desesperada e fadada ao insucesso.

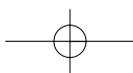
Verifica-se, pois, que todos podemos entender o caráter polimórfico da personalidade do homem, bem como a disposição do agente humano para o entrecruzamento dos campos de conhecimento, para a heterogeneização das mais diversas áreas de pensamento. Todos nós conhecemos (e por experiência própria) o contágio das emoções e sua intensificação pela participação do outro ou do grupo – muito embora (e como bem nos lembra Ralph Linton), “os mecanismos responsáveis por estes fatos estejam ainda muito imperfeitamente compreendidos”<sup>10</sup>. Todos cultivamos que mesmo nas operações mais objetivas e de aparência definitiva, entra sempre um componente, frágil e interrupto, que nos impele a indagações cada vez mais firmemente calcadas na dispersão e na divagação. Todos sabemos, outrossim, que os fenômenos são cada vez mais fragmentados e que se pretende hoje, talvez como nunca se tenha buscado antes, impor a ampliação dos horizontes das explicações científicas, artísticas, biológicas, cosmológicas, culturais e sociais e, a partir disso, alcançar-se um gênero de explicação que não promova teorias de tal modo inconsistentes que possam passar por ser simplesmente fantasias – e que também não sirvam apenas como um calão para explicar as trivialidades que são patrimônio do senso comum; ou mesmo as especificidades do pensamento categorizado. Desse modo, em sentido lato, e também como uma reflexão não restrita sobre o que se desdobra nas esferas constituídas de indeterminação e dos fins que estão ligados a compartimentação, podemos também concordar que qualquer investigação que se deseje um pouco mais abrangente, da realidade e dos problemas do homem, precisaria compreender outras faculdades, outros interesses, outras realidades, outras expectativas e outros conhecimentos. E, nesse sentido, como, efetivamente, nos atestam as diversas tentativas de elaborar uma forma de interação entre diversas áreas do saber (onde aspectos da psicologia, da literatura, da sociologia, da medicina, da biologia, da economia, da história, da física, da matemática e da geografia, poderiam fundir-se na construção e elaboração de um pensamento capaz de abranger instrumentos do método histórico e do estatístico, do raciocínio filosófico e científico, das investigações antropológicas, literárias, musicais e teológicas), já não parece haver dúvida de que somente uma combinação flexível entre disciplinas hoje setORIZADAS, do conhecimento global (bem como a disposição do agente humano em limitar seu papel e deixar-se determinar por fatores dos quais não possui nenhum controle) nos induziria ao encontro de equilíbrio na investigação dos fenômenos e epifenômenos de nossa natureza objetiva ou subjetiva.

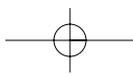
Com efeito, passa-se que hoje os estudos da fragmentação do conhecimento (refletido principalmente no combate à célere compartimentação de



disciplinas que se enclausuram em suas especificidades e pouco se comunicam com outras disciplinas) é algo que tem levantado posições radicais na discussão contemporânea. Das canções de Leonard Cohen – “coisas estão escorregando, escorregando em todas as direções/não serão nada/nada que se possa mensurar novamente”<sup>11</sup> – passando pelas justaposições de física e misticismo dos depoimentos de Fritjof Capra – “integrar idéias de diversas disciplinas na vanguarda da ciência num arcabouço conceitual coerente foi um empreendimento longo e laborioso (...) concebi a tarefa como parte de minha prática taoísta (...) passei muitas horas em intensas discussões com alguns dos mais importantes cientistas de nossa época; explorei diversos estados alterados de consciência (...) convivi demoradamente com filósofos e artistas; discuti e experimentei toda uma gama de terapias, físicas e psicológicas; e participei de inúmeras reuniões de atividades sociais onde a teoria e a prática da transformação social eram discutidas sobre as mais variadas perspectivas e por pessoas das mais diferentes formações culturais”<sup>12</sup> – pelas idéias de Milton Santos sobre globalização e cidadania – “Pela primeira vez na história, o novo deixa de ser apenas uma referência ao amanhã; ele é também constituído do que hoje ainda não se realizou, mas a partir de possibilidades atuais concretas; tudo o que nos rodeia, aqui e em outras partes do mundo, sugere a possibilidade de realizações viáveis, mas ainda não presentes”<sup>13</sup> – até as indagações epistemológicas de Edgar Morin – “o que é um conhecimento que não se pode partilhar, que permanece esotérico e fragmentado, que não se sabe vulgarizar a não ser em se degradando, que comanda o futuro das sociedades sem se comandar, que condena os cidadãos à crescente ignorância dos problemas de seu destino?”<sup>14</sup> –, para citar apenas alguns exemplos, são muitos os que questionaram e questionam a unidade dos métodos, os inúmeros postulados concernentes às disciplinas específicas e a intensa procura pela formalização e pela especialização.

Desse modo, há que se convergir que, na realidade, os postulados de transdisciplinarização ou interdisciplinarização estão cada vez mais rapidamente sendo processados entre os membros da sociedade. E este fato é, em verdade, celebrável; visto que, conforme podemos engendrar, quanto mais idéias, emoções, intuições, dúvidas e divagações forem partilhadas por todos os componentes das agregações em que nos inculcamos, mais facilmente se dará o desenvolvimento de uma consciência individual desarraigada; e, conseqüentemente, a unificação das vontades e capacidades de ação voluntariamente conjugadas. Ocorre, contudo, que ao propiciar o diálogo e buscar a promoção de interações e articulações com os diversos fenômenos que dão sentido ao nosso cotidiano, o ideário da interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade – programas que quando não estão calcados na soberania territorial de alguma disciplina específica, afiguram-se, de fato, decisivos para o combate à estagnação intelectual – tendem já a aparecer como alicerce absoluto e solução salvadora para todos os problemas que se solidificam em nossa realidade (factual ou especulativa) contingente. O que é, obviamente, uma utopia; um asserto imaginativo que se afigura, no





mínimo, equivocado; pois ainda que os aspectos comunicacionais que estão implicados em tais doutrinas possam, com efeito, dar mais coesão e maior abrangência para as bases de nossas organizações individuais, culturais e antropossociais, não se deve esquecer que as exigências, as potencialidades e as aparentes impossibilidades que delas fazem partes parecem concentrar-se, ainda, numa interrogação da qual a lidimidade de postulados que, teoricamente, seriam implícitos a todas as disciplinas, continua a se mostrar pólo decisivo. Afigura-se, então – e posso conjecturar internamente que isto talvez não seja apenas uma impressão particular –, que embora as alternativas implicadas nessa interdisciplinarização possam ser diversamente descritas e pensadas, embora muitos pensadores desejem de fato desmoronar as fronteiras do pensamento categorizado; toda a finalidade das investigações a que nos entregamos (sejam elas científicas, filosóficas, artísticas ou antropossociológicas) parecem estar ainda ligados com a pertinácia, a utilidade, as conseqüências programáticas, a valorização, o impacto e a incorporação – como patrimônio histórico, cultural ou societal –, que mesmo inconscientemente, almejamos como corolário de nossos pensamentos e ações. Ademais, mesmo que uma revolução interdisciplinar decisiva esteja já arrastando nossa humanidade para as possibilidades efetivas desse intercâmbio, o fato é que ainda estamos nos tempos das divisões, das categorizações, das polarizações.

De fato, verifica-se que toda a história de nossa humanidade foi, e ainda é, atravessada por uma luta interna entre a adequação e a necessidade de sobrelevação das contingências do senso comum. E, nesse sentido, pode-se dizer que, ainda que desejemos nos ver como agentes questionadores das fronteiras de nosso próprio conhecimento e empreendimento, ainda que a parte de nossa personalidade que nos impele à errância e à peregrinação nos incite a sairmos de nós mesmos, a nos enxergarmos como uma personalidade infinita e plena e a encontrarmos força na perspectiva de uma vivência invulgar, permanecemos ainda na superfície (e aqui talvez fosse mais correto dizer, em uma tentativa de aprofundamento) de nossa vida cediça e das virtualidades de nossas qualidades constitutivas. Dito de outra forma, ainda que seja considerável o esforço que vimos demonstrando de conhecer as coisas de um modo menos categorizado, não se pode negar que, de um modo geral, existe uma preferência pelo global sobre o pessoal, pelo permanente sobre o efêmero, pelo linear sobre o entrópico, pelo concreto sobre o abstrato – fato que é até justificável; na medida em que entendemos que tanto a lógica e o raciocínio categóricos quanto as especializações e mesmo a compartimentação das disciplinas parecem ainda nos ser essenciais para que sejamos capazes de regularizar o que não está de acordo com certas formalidades, para que se reconheça algo como autêntico, verdadeiro; para que se admita algo como justificável, como tendo razão de ser. E, ao que parece, isto apenas reflete que existe, de fato, um descompasso entre a articulação intelectual de interação e o sentido que esta interação ganha no cotidiano; uma ausência de medida ou regularidade que em vez de nos abrir para as possibilidades de intercâmbio,

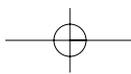
parece, em suma, nos conduzir a questionamentos sobre qual será o tributo a pagar pela tentativa de mascarar a importância do que se joga no campo diversificado das práticas que as sociedades modernas integram no seu desenvolvimento e refletir sobre até que ponto a busca de um diálogo multidisciplinar que semelhe como apenas superficial – e refiro-me aqui, exclusivamente, a uma certa noção, que me parece corrente, de que a interdisciplinaridade seria simplesmente um método de reunião de um determinado número de postulados implícitos a todas as disciplinas do pensamento –, não serve apenas para oferecer sobrevida a um arquétipo moribundo de justificação e validação das coisas.

Assim é que, diferentemente da abordagem de transdisciplinaridade ou interdisciplinaridade que atualmente tem sido apregoada – ainda que, como admitimos, muito do que está sendo aqui aviltado tome por base certos preceitos dos estudos epistemológicos, antropossociológicos, filosóficos, cosmológicos e cibernéticos, de alguns pensadores da pluralidade –, o ponto crucial do que estamos decantando consiste basicamente na nução de modalidades divagantes de reflexão e indagação sobre nossa capacidade de subtrair a ética ao subjetivismo do princípio do qual ela foi instalada; e de levantar lucubrações que escapem aos excessos e às conseqüências do racionalismo crítico, bem como às certezas, muitas vezes falsas, das teorias do consenso. Efetua-se disso que, em sintomia, o ideário do *entrecruzamento de fronteiras* (como componente do conjunto de aspirações que estamos aqui relacionando) visa ser patenteado apenas como uma possibilidade de meditação voltada para as experiências; como um espaço de reflexão onde a razão objetiva não imponha barreiras ou limites de nenhum tipo; ou como uma ponte para um envolvimento direto e desinteressado com o que não podemos explicar, entender ou mesmo nos envolver de forma meramente prática ou racional. Demais, passa-se, também, que nossas questões – talvez por se afigurarem, precipuamente, como divagações acerca da relação que se pode estabelecer entre o movimento de desconsideração de fronteiras do errante, e a realidade dispersiva, o espírito inquieto e a existencialidade intercambiável que se pode notar no indivíduo socialmente acomodado que representamos – não são tanto as de reforçar as bases para a edificação de um novo formato interdisciplinar relevante para as múltiplas lacunas de nosso conhecimento, ou mesmo para modos de interação que não mais sejam conduzidos apenas pelas necessidades e especificidades de um campo determinado do saber (visto que, de todo modo, por enquanto figura que estamos apenas engatinhando nesse sentido), e mais as de entabular uma forma aberta e simples de inter-relação dos pensamentos, volições e ações do sujeito – cada vez mais tencionado entre o enraizamento e a fuga – que hoje representamos.

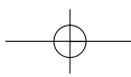
Surge, pois – e isto também se afigura incondicional para o cometimento de nosso chorrilho –, que a heterogeneização, o intercambiamento ou a entrefecundação que estamos, de certo modo, promulgando (e que, como dissemos, parecem ir de encontro com os novos epistemes propostos), não pressupõe cardinal-

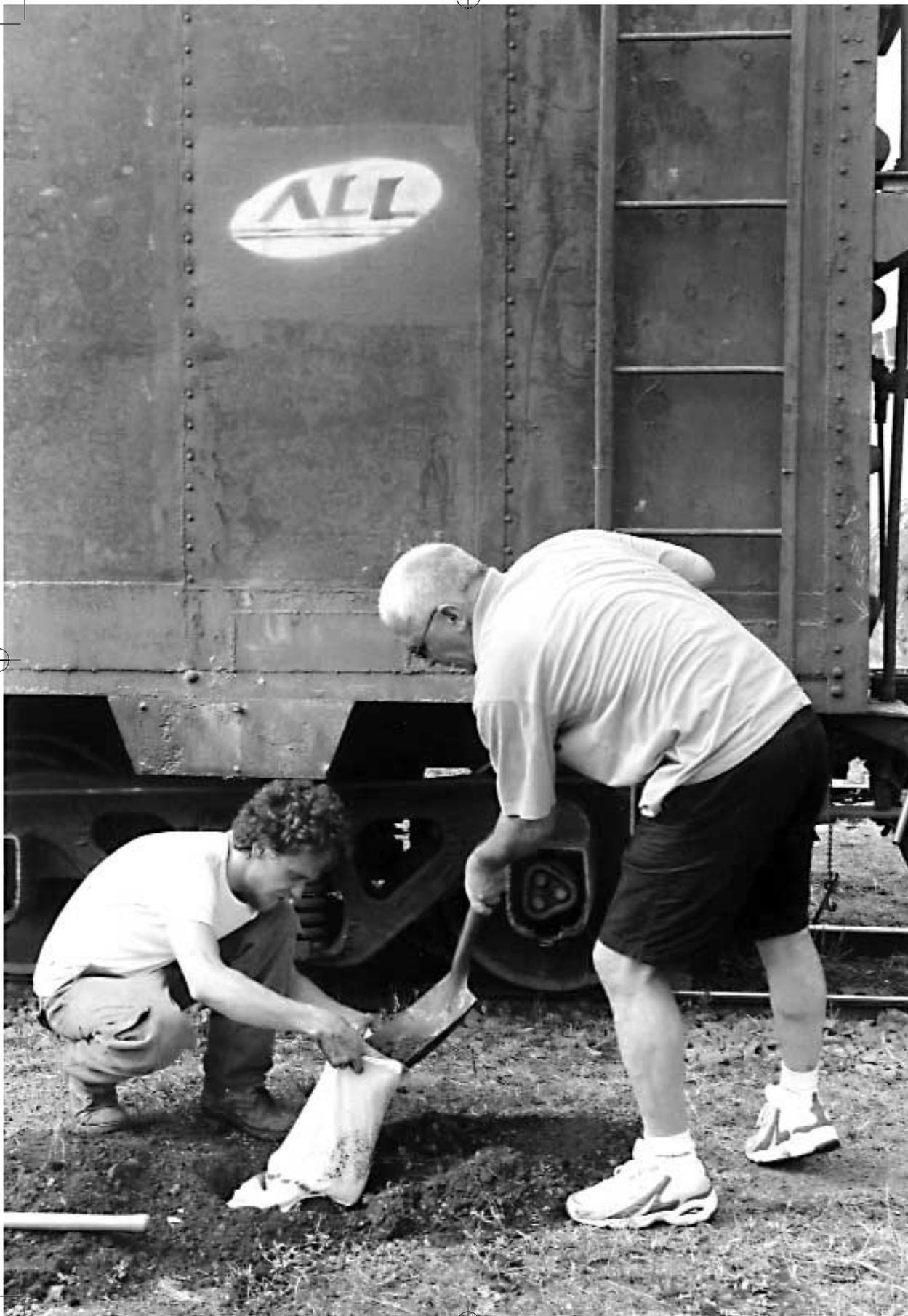
mente a desconstrução de uma estruturação básica de raciocínio calcada em nossos campos de interesses mais imediatos, e sim uma abertura (por pequena que seja) para uma inevitável supressão das fronteiras da estruturação do pensamento (principalmente como um estímulo a questionarmos e requestionarmos nossas próprias identidade e consciência, não com base apenas na especificação, mas num estado de deambulação, proliferação e entrepassamento de indagações) – ocorrência que, estou ciente, não é tarefa que, para nós, compreenda-se sem esforço (visto que, pressupõe uma inevitável tentativa de reconstrução imaginativa de hábitos mentais que se encontram já fixados); e que, como bem nos indica Bertrand Russell, “somente parecerão espontâneas para as gerações que crescerem com elas”.<sup>15</sup> Passa-se, outrossim, que o *entrecruzamento de fronteiras* que estamos sugerindo – embora não seja antinomia para os ideários de entrefecundação multidisciplinar – é um enunciado que não trata de descobrir métodos para se tentar sintetizar ou administrar a massa de informações que cada vez mais imediatamente nos é acessível e que não cessa de nos assediar; mas de procurarmos sentir as transformações que ocorrem cada vez mais rapidamente e de anuir que nosso desenvolvimento não se efetua por acumulação dos conhecimentos, mas por transformação dos princípios que organizam esse conhecimento. E é nesse sentido que, creio, podemos ainda nos arriscar a dizer (mesmo que tal assertiva seja também parcial e bastante geral) que o ideário do *entrecruzamento de fronteiras* entre as diversas faculdades de nosso conhecimento e empreendimento (apesar disso também não ser um guia infalível), em suma, ensaja-nos a reconhecer e analisar – menos como a descoberta audaciosa com que os epistemólogos têm tratado de tal assunto e mais como uma edificação longa e laboriosa de novas bases de não-restrição e não-insujeição para o senso comum – as dimensões complementares, semióticas, axiológicas e energéticas que determinam o sistema aberto de representações, imagens, signos, de todas as formas e de todas as matérias que circulam no espaço das conexões que nos são potenciais.

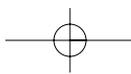
Finalmente, há que se verificar – novamente tomando tal indicação sob o prisma (agora invertido) das relações que, notadamente, ainda mantemos com as diligências migratórias –, que diferentemente da peregrinação dos povos nômades (que, em verdade, trata do movimento de não fixação e desarraigamento característico de um organismo que procura, sobretudo, tornar possível a sobrevivência de seus apostos), essa miscigenação de experiências, esse entrecruzamento de conhecimentos, essa transdução de características e percepções que estão sendo aqui exaltadas não visam oferecer ao espírito inquieto uma espécie de habitat seguro para a empresa utópica de determinar a essência e estrutura do homem em sua unidade e integridade; elas esquadriham apenas servir para memorar que somos essencialmente possibilidade de inter-relação, equilíbrio e comunhão (com os seres, com as coisas, com o universo) e ementar que na tentativa de realizarmos essa comunhão, de alcançarmos esse equilíbrio, de efetivarmos essa inter-relação, estaremos, de certa



maneira, atendendo ao chamado para uma abertura de horizontes capaz de nos conduzir, ou reconduzir, ao que entenderíamos por um apelo originário e essencial do mundo em que atuamos e do ser que somos; realizando as potencialidades mutáveis de nosso caráter e experienciando, no espaço limitado da existência que nos cabe, a heterogeneidade latente das personalidades e consciências cambiantes que nos arpejam. De resto, obviamente que estes são desa- gravos também muito vagos (e que podem acabar, com efeito, por afigurarem-se meros elogios irracionalistas); entretanto, acredito que justificados (pelas próprias características digressivas de nossos enunciados), na medida em que, a esta altura, de nada adiantaria mesmo (para tentar elucidar uma estrutura de conhecimento ao mesmo tempo entrópica e neguentrópica, convergente e alo- trópica) valer-se de princípios utilizados no conhecimento da realidade objeti- va e que se caracterizam, principalmente, por métodos analíticos (próprios às ciências da razão) inaplicáveis às especulações empíricas, flexíveis e inacabadas das concepções dinâmicas da vida.



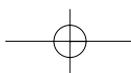




## 4 · CONSCIÊNCIA ERRANTE

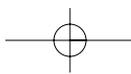
Bioma de baixa diversidade, frequência ou movimentação; zona árida, despovoadada, desabitada; ermo que se encontra ocasional ou temporariamente vazio; ausência total de alguma coisa. Para a maioria das pessoas, a palavra *errância* evoca a imagem de alguns nômades vagando na imensidão, no ermo de algum deserto. E, com efeito, por sua nudez, por seu vibrante vazio, o deserto – onde além do apelo de transcendência também se manifestaria um apelo de fim de tudo e ainda um apelo de repúdio, de desprezo ao mundo e a uma sociedade inelutavelmente condenada a sucumbir aos infortúnios cotidianos – sempre atraiu aqueles que ansiavam viver fora das regras, longe do mundo, da convivência social, ou em busca de respostas para suas indagações pessoais e existenciais. Em metamorfoses e contrastes, lentidão e leveza, ritmo e silêncio, grandeza pungente e voluptuosidade, o deserto parece resumir (tropologicamente) o essencial da vida. É um espaço aberto onde tudo é proximidade e afastamento, dispersão e unidade, um eixo no qual homem e ambiente tenderiam a fundir-se num todo indivisível. No deserto, projeta-se a existência ardente e perigosa e o embate com uma terra de prodígios e alucinações. A vida longe de tudo, a vida no despojamento mais completo, figura imponente no deserto, na areia, no vento, enfim, nos elementos simbólicos inseparáveis daquilo que, para a inter-relação de circunstâncias que acompanha as dissipações aqui inculcadas, seria a representação mais perfeita do inconsciente, do desconhecido, do insistente vazio de todas as coisas.

Palco ancestral de orações, flagelos, mortificações e automutilações, o deserto é, outrossim, um cômputo onde se cruzam aspirações naturais e fervores espirituais. Em sua imagem congênita, em suas visões autóctones, na iconografia de sua travessia – onde, sobremaneira, impõem-se o ascetismo pela purificação da alma, a negação das paixões carnis e a renúncia aos desejos terrestres –, parecem se engendrar caminhos livres para devassas de cunho impermisto e extranatural. Como cêrcea disso, pode-se citar as deslocções dos primeiros cristãos que, como peregrinos de uma encruzilhada de tentações, achavam que no deserto era possível estabelecer o verdadeiro contato com o outro mundo, o sobrenatural, o transcendente (não foi no deserto que o Deus cristão se pronunciou a Moisés?); que ali se podia ouvir a palavra essencial; e que, sob a aparente infinitude



do deserto, todo um mundo de mistérios e inquietações se desvendaria a quem se concedesse o tempo de observar, compreender, perscrutar, atravessar o infinito. A visão metafísica do deserto parece contemplar nossas causas últimas; e mesmo que para a enfiada das corruções aqui simuladas talvez calhassem mais alguns exemplos de que encruzilhá-lo – ainda que como mera concepção teórica ou ficcional –, em marchas e desvios, é inclinação permanente de nossa natureza contingente, creio que se faz considerável apenas levantar que também em algumas tradições místicas (como a persa e iraniana, por exemplo) encontramos comparações entre a busca espiritual e a travessia de vales desérticos – o sufismo (forma de misticismo e ascetismo islâmico, influenciado pelo hinduísmo, budismo e cristianismo, hostil à ortodoxia muçulmana, e caracterizado por uma crença de fundo panteísta), enumera sete desses vales: a busca, o amor, o conhecimento, a independência, a unidade, o entorpecimento e o despojamento (a morte).<sup>1</sup> Assim é que, no deserto, quer esqueçamos o corpo ou sintamos exacerbarem os aguilhões da carne, quer o espírito se entorpeça ou adquira maior lucidez, estaríamos, sobretudo, ante um espelho onde poderíamos reconhecer aspectos obscuros de nossa personalidade, consciência e individualidade, ver o mundo – e nosso lugar nele – em um entrechoque somático existencial e (para aqueles que acreditam) talvez até mesmo divisar a face de Deus.

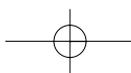
Acaso como alegoria do caminho para a suprema exigência, para a encarnação pura tão almejada pelo espírito, para o alvedrio do futuro imprevisível que escapa às redes de nossas casualidades necessárias, o deserto – o avanço pelos mais graves tormentos – é proscricção, é renúncia a tudo, é nução a impulsos crus, afastados e proibidos pelas convenções. Descerra-se entretanto que (como bem nos lembra Hélio Ferverza em *O + é deserto*), os desertos parecem interessar não somente por seus apelos de transcendência, não somente por serem grandes ermos relativamente vazios, mas também por serem “espaços de grande adversidade”.<sup>2</sup> Nesse sentido, falar de deserto – como translaticio – é também falar de um mecanismo de adaptação que é próprio do humano; uma estrutura de funcionamento físico e psíquico que, passado o estágio de emergência inicial que a adversidade suscita, nos empurra para a relativização da idéia de adversidade e possibilita uma espécie de comunhão com a situação ou o ambiente causador da adversidade. E, de fato, tomando tal afiançamento como base, manifesta-se que a própria idéia de desolação ou de falta de sentido oferecida pela imagem do deserto já se mostra capaz de nos levar a indagações sobre nossa capacidade de adequação às situações, ou ao ambiente em que nos inscrevemos, bem como a investigações acerca da transitoriedade da vida e do espaço do homem na experiência de apreensão do eterno. Advém, contudo, que (como nômades que procuram vencer um terreno árido) a necessidade de interpretação do mundo e dos fatos da realidade que demonstramos surge, ainda, apenas do enfrentamento com o deserto de nossas circunstâncias imediatas e dos métodos e modelos que, por sua vez, podem ser descobertos mediante as maneiras que escolhemos



para percorrer esse deserto. Nesse sentido, atravessar o inquebrantável silêncio do deserto – ainda que idealmente – é, também, consagrar à consciência a oportunidade de alternar interesse e repulsão, obstinação e desistência, alucinação e demência; é encarar o impossível silêncio e a desmanteladora solidão de uma existência árida e efêmera, de uma vida dura, seca e em estado de conspícuo, obstinado e insopitável fenecimento.

Passa-se, por outro lado, que mesmo no deserto (tomado aqui não apenas como o biótopo real, mas também o imaginativo, da aridez) não se pode permanecer indiferente ao problema – tão propriamente humano – da angustiada alternância entre a deferência da efemeridade do corpo e o anelo de imortalidade da alma; e isto é posto (e adquire aqui relevância), para mais uma vez levantar, ainda como translaticio, que nossa contingência (que nada mais parece ser do que um deserto fortuito e imprevisível que invariavelmente nos escapa ao controle) tem como uma de suas particularidades essenciais a fome da durabilidade perpétua, o anelo da torrente de vida. Talvez por isso é que, além de levar a fundo um afã de plenitude – ao qual não nos é possível, de toda maneira, eludir –, sobressai que, desde que nosso ancestral mais remoto (um hominídeo que provavelmente viveu na África) deu os primeiros passos da evolução humana e descobriu que uma pedra em suas mãos poderia se transformar em uma ferramenta – ou em uma arma – sempre vivemos em uma mistura incessante de atração, comunhão e embate, não somente com o ambiente, muitas vezes inditoso em que vivemos, mas também com o deserto da consciência, ou pseudoconsciência, que, desde então, acatamos. Dito de outra forma, ocorre que desde o alvorecer de nossa história, além de termos feito esforço no sentido de adaptarmo-nos à vida em condições extremas e de vencer seus perigos, sempre buscamos ir além de nossas capacidades e limites; sempre mantivemos o desejo de nos superar, de enfrentar as atribulações das concepções, das percepções, das volições e das veleidades que colocamos em manifesto na existência comezinha que compartilhamos – e é digno de nota que esse impulso, essa capacidade que o homem tem de se adaptar às condições de vida impostas pelo meio e de procurar incansavelmente superar os desafios a que se propõe encontra-se tanto no caçador primitivo quanto no filósofo, no cientista ou no artista de hoje.

Manifesta-se, pois, que, como homens, devotamos atenção incoercível para com a sobrevivência; todavia, como divisamos mais atrás, somos, em essência, entes em constante dispersão e com episódios provisórios de estabilidade. Em outras palavras, somos indivíduos que almejam constância, firmeza, solidez e imperturbabilidade; mas que somente conseguem (ilusões) destas condições através da negação da transitoriedade. Somos, também, indivíduos potencialmente coletores que, no deserto da existência, normalmente não colhemos mais do que seqüências de dúvidas existenciais; e, embora em estados anímicos suspeitemos que, como objeto material, não sejamos mais que um ensaio, uma transição – ou, segundo Hermann Hesse, “a estreita e perigosa ponte entre a natureza

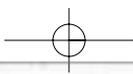


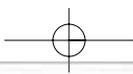
e o espírito”<sup>3</sup> –, em geral, encontramos-nos ávidos nesta obsessão de permanência. Almejamos a estabilidade e entregamo-nos com desânimo aos episódios provisórios (padecendo com a descoberta de que nossa saga pode, de súbito, revelar-se apenas como a travessia de um vale desértico, como uma grande aventura sem propósito definido); e uma vez que – ao menos para o senso comum – o axioma que parece, já há muito, imperar é o da confusão, da desigualdade, da desordenação (ainda que, no contexto destas dissipações, talvez fosse mais correto dizer ordenação entrópica), angustiamo-nos com o vazio e com as formas de movimento efêmero. Entretanto, assoberbados que estamos pelas constantes mudanças políticas, sociais geográficas e culturais, colocamos novamente os pés no solo e deslocamo-nos no deserto da matéria viva; progressivamente dando-nos conta de que a vida talvez não seja, de fato, muito mais do que uma experiência passageira, um passeio pelo ermo da existência – e é talvez por isso que, no decurso de tentarmos implementar a noção de mundo que hoje pretendemos (onde anelamos por ser o centro de tudo e, por isso, amparamo-nos na idéia de permanência como promessa de estabilidade dentro de um universo em movimento constante) saímos à procura de novos ambientes para a fertilização da vida que sobrelevamos e, ainda que apenas inconscientemente, sentimos a própria essência de uma espiritualidade que nos conduz ao deslocamento, ao progresso, à cadência.

Calha, contudo, que as inclinações e potencialidades que demonstramos – talvez até por não serem totalmente independentes; mas, em compensação, estarem interligadas pela idéia de pensar e realizar e, em especial, de tentar produzir algo, alguma reflexão ou possibilidade de comunicação –, ainda que não nos tornem capazes de transcender o finito, o tangível, o deficiente, o mudadiço, parecem nos oferecer o condão de ingressar no deserto das casualidades e intencionalidades das ações humanas. E, é nesse sentido que asseveramos aqui – visto também que nosso maior desafio, hoje, talvez seja justamente tentar descobrir os elementos sólidos, eternos e imutáveis em meio às transformações e disrupções radicais impostas pela transitoriedade em que estamos mergulhados –, que qualquer tentativa de elaboração de sentido para as ações lógicas ou dispersivas a que simultaneamente tendemos deve, portanto, levar em conta a imagem (ou miragem) tropológica do deserto. Ocorre, porém, que nos tempos em que nos situamos, ainda que a transitoriedade das coisas dificulte a tentativa de preservação de sentido, de construção racional e mesmo da noção de continuidade histórica, não há como negar que nossa vida esteja, de fato, permeada pelo deserto, pelo fugidio, pelo efêmero. Como comenta Pierre Lévy, o homem se tornou – e creio que seja talvez por sentir o veloz alargamento de seu deserto interior – novamente, um nômade, mas desta vez de uma forma diferente, pois vivemos, hoje, num mundo em permanente mudança onde o espaço físico não é o único espaço de interferência. “O espaço do novo nomadismo não é território geográfico, nem o das instituições ou dos estados, mas um espaço invisível de pensamento,

de conhecimentos e de saberes em que brotam e se transformam qualidades do ser, maneiras de constituir sociedade”.<sup>4</sup> E há aqui um ponto fundamental a ser considerado, pois que, diferentemente da modernidade, onde, como sabemos, a vida (e também a ação) do indivíduo funcionava segundo uma lógica de identidade – era uma vida unívoca e racional que não deixava espaço para a ausência da razão, para o acaso ou a simples emoção –, a dimensão da comunicação que experimentamos atualmente permite-nos, de forma cada vez mais célere, compartilhar conhecimentos e realizar um intenso intercâmbio de informação, sem que para isto seja necessária a materialização de objetos ou situações que sintetizem proposições. E digo ser marca precípua, pois que, para nós – seja no âmbito do acatamento de fórmulas para o engajamento reto na vida, seja na desanexação de se projetar uma personalidade para atuar na realidade física ou mesmo na aceitação ou exemption de que as coisas só funcionam pelo desequilíbrio das matérias organizadas – a substância das operações está cada vez mais direcionada à movimentação por situações transitórias e pela capacidade de adaptação, de mudança e de renovação ante os incessantes desafios da experiência vital que nos cabe realizar no entreato existencial em que nos inscrevemos.

Diante de tais conspeções – principalmente da vistoria de que o anelo do humano de ser e viver em plenitude talvez não possa se encontrar, sob nenhuma condição, satisfeito –, pode-se pensar que o espírito do homem jamais descansará na vida própria ou no acomodamento da existência social; mas apenas na entrega (espécie de abraço ao chamamento para o infinito), ou no enfrentamento (qualidade de questionamento das disposições), do deserto topológico de sua consciência. Baseado nisto é que, na peripécia desta ladainha acerca da penetração do ideário da errância no complexo relacionável de todos os conteúdos conscientes ou – como já dissemos – pseudoconscientes do humano, exclama-se que o deserto seria, pois, algo como uma metáfora para o ignoto, para aquilo que, por ignorância, por falta de uso ou experienciação, conhecemos pouco (ou não temos nenhum conhecimento), na personalidade que acatamos. Em certo sentido, também se poderia dizer que o deserto é o terreno – real ou imaginário – onde, cedo ou tarde, o homem tem a certeza de conhecer o subsolo de seu multiverso interno (daquilo que toleramos como “personalidade” e “consciência”); e é desse modo que, na circunstância de estabelecermos uma relação topológica entre a atividade errante e a construção da personalidade digressiva e divagante a que tendemos – onde procuramos demonstrar que caminhar, movimentar-se, mexer-se não significa apenas se deslocar de um lado para outro, mas atravessar universos de problemas, de mundos imateriais, de ambientes e paisagens psicológicas –, pode-se dizer que no deserto (qualquer que seja o modo que se nos figure) já temos armado o cenário onde podemos colocar em choque não somente as construções racionais e conscientes como também todos os conteúdos de nosso inconsciente pessoal ou coletivamente compartilhado – fatos que são agora apontados (ainda que alguns de nossos calcionamentos já possam, mais uma





vez, afigurar-se como deturpações de conceitos caros aos estudiosos dos diversos níveis da vida mental de que teríamos percepção), para ressaltar que a própria imagem de imensidão, de desconhecido, de infindo, a que o vocábulo deserto imediatamente nos remete, já parece servir para estabelecer equiparação com aquilo o que iremos, mais adiante, chamar de *consciência errante*.

Mirifica-se, então, que sob a aparente infinitude do deserto, sob o espaço policrômico onde céu e areia se confundem num jogo de contrastes entre luz e sombra, paisagem e miragem, misantropia e eminência, desvenda-se um ambívio de mistérios, inquietações e instigações; uma intercepção que estimula o vagar infatigável do sujeito que almeja a transcendência e busca, no acolhimento do vazio, ouvir o que pode estar além do natural, além do racional, além do consciente – o que também nos faz pensar na afirmação de Baudrillard de que “se não houvesse sujeito, a circulação do pensamento seria infinita e nem sequer haveria seu eco na consciência”.<sup>5</sup> Figura, também, que quando falamos, aqui, em deserto, quando elevamos a travessia nômade de ambientes inditosos, pode-se dizer que é, antes, ao ermo da experiência isolada, da tentativa de encontrar a síntese entre o aparente e o invisível, o eterno e o efêmero, o racional e o subjetivo a que estamos nos referindo – e isto é posto, também porque, como dissemos mais atrás, parece ser justamente em uma mistura de afirmação e negação, de ser e não ser, de constância e inconstância que radica nossa mutabilidade e nossa impossibilidade de, a todo o momento, utilizarmos, de forma objetiva, o poder de discernimento entre o lógico e o ilógico, o consciente e o inconsciente, o verdadeiro e o falso, o bem e o mal, o certo e o errado. Dessa maneira (traçando um paralelo, sempre em sentido translado, com a edificação de nossas convicções, discernimentos e compreensões), é que se pode ladrar que para o sujeito que representamos estar deserto é, sobretudo, encontrar-se muito desejoso; ávido, ansioso, insofrido; é ver tudo como correção, vazio, inútil; e sentir crescer a ânsia, o desassossego e a amargura. E esta é outra informação que, mesmo sendo também uma desviação imaginativa, é aqui apresentada como que baseada numa realidade objetiva; e precipuamente porquanto, da mesma maneira que a imagem do deserto espelha a ausência de tudo, o translado do palco de sentimentos ou conhecimentos que permitem ao ser humano vivenciar, experimentar ou compreender aspectos ou a totalidade de seu mundo interior já se afiguraria como um cenário esvaziado (muitas vezes, de existência até ignorada) onde a circulação de suas interrogações e volições contorna ser incessante.

Nesse sentido, havemos, pois, de refletir se não seria justamente essa consciência (que neste contexto chamaremos de errante, mas que poderia, em situação diferente, ser denominada por qualquer outro semantema), ou esse sentimento ou conhecimento que nos permite vivenciar e experimentar aspectos transversais de nosso mundo interior, aquilo o que nos faz mergulhar no mistério da condição humana, e nos demonstra, entre outras coisas, que não se pode compreender o caráter transitivo do humano por aspectos parciais, por

seções compartimentadas ou idéias taliscadas. Pode-se, da mesma forma, expor que, para nós, a despeito do caráter também desconhecido das bases do que tomamos por consciente – e malgrado o fato de que a experiência consciente nos é tão familiar (visto que não há nada que conheçamos melhor, ou que experienciemos mais, do que a consciência) quanto misteriosa (já que também é extremamente difícil precisá-la ou mesmo conciliá-la com nossos outros conhecimentos); e que mesmo uma investigação detalhada do funcionamento do cérebro, e de seus correlatos neurais, pode não conseguir explicar como ou por que os seres humanos têm mentes conscientes de si e do mundo – estar deserto parece ser, sobretudo, colocar em choque não somente a existência individual que suplantamos, mas também os fatores que nos levam ao entrelaço com o mundo exterior, ou com o que tomamos por “desconhecido” em nossa própria personalidade. E assim é que – procurando resistir à tentação de tentar fortalecer estas indagações com alguns dos conceitos simbólicos utilizados por psicólogos em tentativas de esclarecer e ampliar as margens do sujeito; e, com isso, correndo o risco de que estas disquisições sejam tomadas como uma inferência simplista aos postulados que fundamentam a gênese de nossa atividade psíquica –, creio que cabe, ao menos, lembrar as indicações de Jung de que “teoricamente, é impossível dizer até onde vão os limites do campo da consciência, porque este pode estender-se de um modo indeterminado. Empiricamente, porém, ele alcança sempre o seu limite, todas as vezes que toca o âmbito do *desconhecido*.”<sup>6</sup> Desconhecido este que, ainda segundo Jung, seria constituído por tudo quanto ignoramos, por tudo aquilo que não possui qualquer relação com o eu enquanto centro da consciência; e que parece se dividir em dois grupos: “o concernente aos fatos exteriores que podemos atingir por meio dos sentidos, e o que concerne ao mundo interior que pode ser objeto de nossa experiência imediata.”<sup>7</sup>

Assim, atravessa-se, já, que, para o sujeito que representamos, estar deserto é, sobretudo, ver-se como insubstancial e insípido, é padecer de uma terrível fome e sentir a necessidade de colmar a devoradora minguia de viveres de que fenecemos – esforçando-nos por reinventar nossas origens, dirigir nosso destino. Exalta-se, outrossim, que como um nômade que atravessa vales desérticos o homem é, por essência, um ser que parte para a conquista de si mesmo e do mundo que o cerca; bem como para uma incessante investigação daquilo que propugna como personalidade e consciência. Combina-se, ainda, que isto o que acatamos por consciência – e que definimos, entre outras coisas, como a capacidade, princípio ou propriedade (inata ou, segundo a teologia antiga, de implantação divina) acima da qualidade moral dos atos e motivos de uma pessoa, a qual funciona como juízo do *certo*, associado ao Bem, e do *errado*, associado ao Mal; ou como a faculdade por meio da qual o ser humano se apercebe daquilo que se passa dentro dele ou em seu exterior; ou ainda como a acepção da vida espiritual humana, passível de conhecer a si mesma de modo imediato e integral (estabelecendo dessa maneira uma evidência irrefutável de sua própria existência e, por

extensão, da realidade do mundo exterior) – é, tão somente, uma faculdade aperceptiva de alcance restrito (já que, de todo modo, a dimensão pulsional ou passional do ser humano é refratária a qualquer tentativa de controle ou conhecimento que se pretenda integral e absoluto). Suporta-se, então, que em sua essência, qualquer investigação dos fenômenos que dizem respeito aos eventos psicológicos do humano, tanto isoladamente como em sua vida social e cultural, são complexos demais para permitir qualquer forma de previsibilidade – mesmo porque as tentativas de controle, de racionalização e domesticação destes conceitos se mostram muitas vezes vazias e ineficazes. Desse modo, é que falar, aqui, de deserto, de errância, de consciência sublevada, parece ser, antes, deixar ressurgir a questão de especular sobre como funcionaria nossa consciência e de saber o quanto um possível desarranjo resultante de confundirmos esse incessante, fragmentário e intercambiante diálogo da individualidade com o mundo dos fenômenos, seria capaz de fazer com que perdêssemos, ao menos um pouco, a segurança quanto ao lugar, teoricamente privilegiado, que nos caberia no centro das coisas.

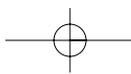
Ao que se afigura, tais questões, ao menos por hora, aduzem-se fadadas à introversão. Já há muito nos perguntamos como a mente consciente trabalha; como a consciência passa a existir (se é que tal coisa existe de fato) nos desertos interiores em que sentimo-nos inames e desperdiçados; e na atualidade – ainda que somente nos últimos anos é que o exame da faculdade consciente que portamos tenha se constituído um dos grandes desafios contemporâneos; e que, portanto, seja ocorrência recente o fato de um número crescente de profissionais de diversas áreas (sobretudo da neurociência, ciência cognitiva e psicologia) terem animado-se a estudá-las –, a procura de respostas para as infundáveis questões da mente tem sido atacada de várias frentes. Diversos pesquisadores têm procurado desmontar as teorias, levadas talvez às últimas conseqüências pelo modelo cartesiano de pensamento, de que existiria, no ser que representamos, uma consciência própria e independente, capaz de separar-se do mundo e realizar escolhas de como viver a vida; formulam-se, desde teorias que alegam que não existe a formação da consciência como entidade distinta (pois ela seria algo como um elemento ou circunstância de benefício ou privilégio evolutivo do cérebro humano; um fator que se utiliza de modos de construção propositados para situar organismos e objetos exteriores, criando, no âmago do processo mental, a informação de que o organismo é dono do desenvolvimento psíquico e intelectual), até especulações de que os processos conscientes apenas se baseariam em sistemas (estereotipados) em redes de correlações mentais (e são exemplos disso a teoria do *gene egoísta*, que tenta explicar o problema profundo da existência, colocando-nos como sendo apenas máquinas de sobrevivência para nossos genes; e dos *memes*, que seriam discretas unidades de conhecimento abrigadas em nossa mente em uma profusão de consciências capazes de executar ações específicas).<sup>8</sup> Deste modo, sem almejar proporcionar uma especulação

mais abrangente, ou mesmo ajuntar estas dissipações a teorias mais sérias da consciência (ou da tão propalada experiência subjetiva do eu interior) e do emaranhado de novas teorias, cambiantes, diversas e conflitantes, que não podem ainda proporcionar uma explicação plena da forma subjetiva com que estruturamos nossos processos perceptivos; talvez caiba, no entanto, levantar que a tendência de tentar relacionar, topologicamente, tais interrogações com a vivência ordinária; não supõe ser mais do que uma diligência de protesto a propensão de resignação que comumente demonstramos frente o fato de que até que saibamos como e por que esses processos originam a experiência consciente, tal qual uma caminhada por um deserto inóspito em que temos dificuldade de vencer seus perigos e atravessá-lo até o fim, não teremos eliminado aquilo o que o filósofo Joseph Levine chamou de “lacuna explicativa entre os processos físicos e a consciência.”<sup>9</sup>

Manifesta-se, desse modo, que na circunstância de tentarmos lidar – ainda que empiricamente – com os fatores derivantes, transitórios e intercambiáveis da psicologia de nosso próprio inconsciente, buscar o deserto é, de certa forma, instigarmo-nos ao embate, ao deparamento, com fatos ou circunstâncias da própria personalidade que sustentamos (que, não obstante, exigiriam a abertura para um modo diferente de envolvermo-nos com as aquisições e os desvelamentos da existência individual que anuímos); bem como à elaboração de novos conceitos para esse envolvimento. E é também desta feita que, ao acatar-mos o deserto como cenário para a projeção disto o que tomamos por consciência, ao aproximarmo-nos do desconhecido, ao afastarmos-nos das categorizações, das subdivisões e das especializações, em sintomia estaremos nos dedicando a uma procura mais global, mais plural; e o enigma para que abrem, a esse respeito, a questão da racionalidade moderna e as aporias da legitimação poderiam também representar uma variante da dificuldade que há em se pensar ao mesmo tempo o arbitrário e a necessidade da regra. Demais, passa-se que as qualidades multívagas que promulgamos se desenvolvem no deserto das racionalizações (e esse deserto, muitas vezes, é tudo que nos resta, a culminância dos projetos e indagações existenciais que perseguimos); e é neste quadro que a aceitação da parcela nômade da personalidade que edificamos – que nos leva à convicção de que não se deveria nunca tentar prever e menos ainda organizar completamente os fenômenos dos quais temos idéia apenas parcial e, ainda menos, controle –, pode nos instar a (como nômades na travessia de um deserto) tornar o percurso objeto do pensamento; mudando a natureza destas operações (no lugar do simples ato de nos transferirmos de um lugar para outro, podemos passar a ser inscritos no percurso; incorporando, aos pensamentos que desdobramos, os aspectos singulares da multiplicidade das situações e contextos com que nos deparamos) e, conseqüentemente, a alterar a noção de deslocamento ordinário a que estaríamos sujeitos no cotidiano.

De resto (seja como metáfora para a adversidade, seja como palco de buscas espirituais, seja como imagem topológica do vazio da existência e do

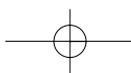




desconhecido em nossa consciência), o que a imagem de deserto (sua miragem tropológica) parece por fim nos confirmar é, sobretudo, a intuição de que ainda que apresentemo-nos como perpétua tensão e potência, ainda que sejamos, cada um de nós, um universo completo e distinto, em essência, talvez não passemos de fragmentos, de grãos de areia indiferenciados e inscritos em um todo de proporções inabarcáveis.

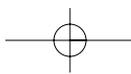
Arrancar-se da raiz, fazer sair da articulação, abandonar o raciocínio que se liga por cadeias, deixar o lugar de origem, desarraigar-se, soltar-se, desprender-se, desembaraçar-se, perder a coesão, fragmentar-se. Certamente que o translaticio do deserto – aqui utilizado como sugestão de uma qualidade capaz de revelar uma relação de semelhança com as cercanias daquilo que tomamos por consciente na personalidade que acatamos – carece ainda de elucidação, ou – assim como muitos dos enunciados apresentados ao longo desta sobreposição de divagações –, no mínimo, de uma justificativa para sua sobre-elevação. Entretanto, como não é minha intenção esclarecer as ficções aqui inculcadas e tampouco me desculpar pelos enganos fundamentais que foram, por mim, involuntária ou deliberadamente cometidos, resta afligir que se existisse, realmente, um palco onde fosse possível defrontarmo-nos com nossa interioridade e olhar profundamente e sem medo para o caos de nossa própria alma, para o espelho no qual temos a necessidade tão amarga de nos vermos refletido, e – como um salto que intentamos *no e para o* abismo do desconhecido – chegar a um consenso do que seria a consciência de nós mesmos, este lugar certamente afigurar-se-ia como um deserto. Tal opinião, obviamente, também diz respeito a uma certa psicologia de superfície – a qual, desde o início deste texto, tangencia as lucubrações nele repetidas –, e deve, portanto, ser entendida como tal. Entretanto, do ponto de vista tropológico – base maior das dissipações que simulamos – o argumento é justificado no sentido de que o deserto pode ser visto como comiseração à redenção e a morte, como disposição de eliminar-se, de entregar-se, de extinguir-se, de voltar ao princípio e encontrar sentido existencial não no aperfeiçoamento e moldagem de uma personalidade ou no desenvolvimento de uma consciência, mas na dissolução, na fragmentação, na reestruturação e na conciliação da individualidade com um todo.

Verga-se, também, que, manifestado meramente em sentido translato, o deserto surge nesta dissipação como horizonte de açodamentos errantes, como panorama capaz de aguçar o desamparo ontológico que tão frequentemente nos acomete, cobrar atualidade ao dinamismo ascensional de plenitude a que nos inclinamos e nos reforçar a necessidade de uma imediata nução da fugidia instabilidade eviterna que nos essencializa como humanos. E, de fato, do mesmo modo que a imagem do nômade nos remete a peregrinações da consciência, a imagem do deserto faz crer que, através do deslocamento desarraigado pelo mundo vivo, é possível o movimento através das indagações existenciais e da



condição efêmera própria do viver – bem como da assimilação do desamparo que nos causa a idéia de transitoriedade. Passa-se, então, que, descortinado à vista como sindicância, o deserto pode afanar o homem para sua travessia, para o interpelamento de seu conhecimento, para o demandar das capacidades resultantes de suas experiências, de suas práticas – e embora grande parte dessa sindicância afigure-se duvidosa e problemática, embora a ciência que podemos obter na travessia desse deserto não seja integral e incomovível, o certo é que não podemos viver sem esse inquirir. Em sentido homilético, a alegoria do deserto pode, ainda, ser vista como questionamento, diligência, perquirição e promessa topológica de uma abertura radical para todas as coisas – pois que, havemos de concordar (sobretudo se tomarmos por base as dissipações desta redação), que nos envolvermos com o deserto é, de certa maneira, aceitar o efêmero e admitir o potencial nômade de nosso pensamento. Desta feita, creio que se poderia também relevar que o caminhar errante, a travessia nômade dos vales desérticos da existência que sobrelevamos (enxergada, principalmente, sob o ângulo das relações que mantém com as experiências cotidianas que perfilhamos), é um movimento capaz de esclarecer partes obscuras de nós mesmos, de nossos anseios mais íntimos e pensamentos mais profundos.

E isto é aqui encaixado, pois se afigura que assim como a fixação ao lugar está ligada a uma visão de mundo e a uma idéia de permanência, a movimentação nômade nos ensina que cruzar fronteiras, escapar do controle das estruturas e aceitar a efemeridade conveniente da mortalidade que nos aguarda é uma condição absoluta de sobrevivência. Como indicado mais atrás, a imagem do movimento errante sugere alternância, mudança e deslocamento; e no fundo de nosso ser desenvolve uma agitação misteriosa que nos sacode e nos impele à abstração de uma existência inquieta. Não há dúvida de que tal açodamento é algo a que tendemos, algo de que temos nostalgia, algo que comporta certos aspectos de nossa personalidade, condição mortal e contingência humana, que são essenciais para satisfazer certos critérios do sentir e pensar. Entretanto, por sentirmos a mutabilidade que nos circunda somos também levados a admitir que os traços que toleramos na personalidade que edificamos não devem ser vistos como fixos e estáveis; que não devemos atuar mecanicamente e da mesma forma em todas as ocasiões; mas, ao contrário, devemos pensar nas semelhanças que compartilhamos com os nômades como amplitudes de comportamento possível, que podem ser ativados em diferentes pontos de tal amplitude, de acordo com as exigências da situação. Assim é que, não obstante o caráter intercadente das dissipações que simulamos, pode-se dizer que, como atividade reflexiva não polarizada, o movimento errante é aqui sugerido, precipuamente como uma análise dos caracteres distintos e peculiares que se aninham na substancialidade individual de nosso ser integral; como perquirição capaz de tornar evidentes alguns limites fundamentais do anelo de autocompreensão que não dispensamos; como averiguação escrupulosa dos constantes ascensos e descensos de que se fazem os acatamentos de novos contextos;



e como auscultamento de nosso caminhar por terrenos misteriosos – onde cada passo adiante pode se afigurar nova possibilidade de rompimento com limites e limitações.

Arca-se, outrossim, que o ideário da errância, surge, para nós, como sugestão de um subsídio alternativo na obstinada diligência de entender a identidade individual que aquiecemos e argüir – ainda que de forma divagante e acataléptica – sobre a transitividade e a eventualidade das condições de nossa mortalidade. Como cêrcea disto, assomemos, aqui, o que nos assevera Nietzsche em seu *Assim falou Zaratustra*: “o homem é uma corda, atada entre o animal e o além-do-homem, uma corda sobre o abismo. Perigosa travessia, perigoso a-caminho, perigoso olhar-para-trás, perigoso arrepiar-se e parar. Grande no homem é que ele é uma ponte e não um fim: o que pode ser amado no homem é que ele é um passar e um sucumbir”.<sup>10</sup> Note-se que tal sentença – que, de certa forma, expressa condição de equivalência, com a passagem de Hermann Hesse que copiamos mais atrás –, obviamente, afigura-se também uma alegoria; entretanto, demonstra-nos que para melhor ressaltar a eternidade que almejamos, e que talvez nos seja subjacente, devemos assumir, de fato, a transitoriedade como condição absoluta do estar no mundo. Tolerase, então, que tudo o que nos é inerente ou proporcionado por nossa razão ou sentidos não parece ser mais do que simplesmente um precário entendimento, sem limitação, generalização ou categorização, de nossa natureza e da natureza das coisas sensíveis que nos envolvem diariamente. Passa-se também que diante de um mundo que se pretende positivo e objetivo, um mundo aparentemente uniformizado que exige racionalidade e realismo, o ser humano pode sentir-se inquieto, em desequilíbrio. E, ao que parece, é justamente essa sensação de desequilíbrio que conduz ao renascimento, em seu espírito, do desejo de se mover para outro lugar, de abandonar suas contingências; uma vontade de fugir do que está já estabelecido, dos valores comumente admitidos e dos poderes instituídos; uma necessidade que tem como elemento essencial a errância, a viagem, a ação de caminhar (atividades que adquirem todo o seu sentido por favorecerem o desligamento em relação às coisas estabelecidas e em uma atitude de ser, um modo de pensar, abertos às situações complementares). Sujeita-se, entretanto, que essa abertura é, precipuamente, um movimento de aceitação da divagação (açodamento, que não pode ser represado – nem mesmo por aspirações de racionalidade –; visto que leva a atravessar anseios de permanência e a transitar no acaso, na facticidade e aceitar a efemeridade, ao menos como realidade sensível), e que esta atitude serve, sobretudo, para aproximar o homem das experiências que o seguem e que o são proporcionadas por fenômenos dos quais não possui nenhum controle ou responsabilidade direta.

Suporta-se, então, como também indicamos anteriormente, que através da divagação buscamos o limite das situações em que estamos mergulhados, esbarramos na fronteira entre mente e matéria e transformamos, radicalizamos,

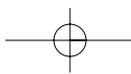


esgotamos alternativas. Mirifica-se, conseguintemente, que o raciocínio divagante – que tão insistentemente promulgamos desde o início destas lucubrações e que parece ser (se é que se pode falar desta maneira) o ferro na forja desta redação – já parece nos mostrar que, em nossa tentativa diária de entrarmos em acordo com a realidade objetiva, estaremos caminhando tanto mais para o não ser, para a cessação completa e definitiva, quanto menos cruzarmos as fronteiras dos dogmatismos que enclausuram nosso pensamento e limitam nossas investigações. É costume encobrir-se tais tendências sob a máscara da racionalização convencional (processo de caráter defensivo pelo qual apresentamos uma explicação coerente ou moralmente aceitável para atos, idéias ou sentimentos cujos motivos verdadeiros não percebemos); entretanto também já se faz evidente que quando abandonamos o anelo de compreender ou explicar apenas de maneira racional, lógica e coerente como prerrogativa obrigatória – e nos deixamos surpreender por certos acontecimentos, situações ou conjunturas – abrimos-nos à instância de sair de nós, de nos alienarmos (em certo sentido) da realidade comezinha que acatamos. Disto leva-se a efeito que a própria função que desempenhamos na ordem geral das coisas que constituem aquilo o que tomamos por realidade talvez se fundamente em simplesmente nos por em contato com pedaços profundamente íntimos daquilo que seria nossa essência concreta ou subjetiva; e que o descomprometimento com a razão objetiva (implicação direta e imediata da divagação) é, antes, uma aproximação com o campo da imprevisibilidade, um açodamento intelectual capaz de desconjuntar o raciocínio articulado que tão obstinadamente defendemos e abrir as portas para uma, provavelmente também quimérica, mas nem por isso menos desejável, compreensão do homem, da vida e da existência.

Contrariando falsas verdades e preconceitos típicos do senso acomodado, ocorre hoje que diversos campos de especulação – como neurociência, psicanálise e filosofia –, a despeito de seus famigerados conflitos, já concordam que somos fundamentalmente guiados por pensamentos inconscientes, por raciocínios transversalizados, por modos múltiplos, distintos e nem sempre adaptativos de processarmos informações pelo cérebro – circunstância que também se remonta, na medida em que já figura cada vez maior a aposta de que desafiando a interioridade e aceitando que o pensamento desarticulado nos conduza, estaremos operando no desconhecido, abandonando a fluência do raciocínio, ultrapassando barreiras e nos tornando algo diferente. Dá-se, então, que cada vez mais se estreita a correspondência entre a estruturação ordenada e a estruturação desanexada de nossa mente consciente. Manifesta-se, também, que basta um leve tremor no tecido fino da linearidade para que os pensamentos transversais rasguem esse tecido e emergjam com potestade. Coincide, ainda, que, mesmo no anelo por segurança, as relações sólidas garantidas pelo raciocínio exato têm pouco valor para aqueles cujas fantasias anseiam por mudanças; e que, no fim das contas, a relutância em aceitar fatos

que correm ao largo da consciência mais objetiva não somente enfraquece nossas relações com os outros homens e com os ambientes em que atuamos, como também atrofia os sentidos e empobrece nossa existência como indivíduos. Desse modo, conforme posso engendrar, se nos dispusermos a abrir mão do enraizamento conceitual que nos promete a salvaguarda de fundamentos organizacionais capazes de assentar o pensamento de modo objetivo; e nos deliberarmos a enfrentar os princípios mentais que concebem as relações oblíquas e dialogísticas de ordem, desordem, emergência e retroação estaremos, no mínimo, antecipando o encontro com elementos essenciais da gestação de um sistema complexo de processamento transversal e inter-relacionável de pensamentos.

Seguindo estes desbaratos (ainda que esse seja assunto por demais complexo para ser tratado tão levemente aqui; e que, portanto, talvez devesse ser levantado tão-somente se fosse ser mais cuidadosamente analisado), creio que já cabe também o interposto de indagar-mo-nos se mesmo a linguagem, ou o meio de comunicação por meio de signos escritos e orais articulados, próprio da espécie humana (de que nos utilizamos como expressão de idéias e relações entre as coisas; e que, apesar de dispor de um certo número de indicativos simbólicos fundamentais e significações-chave, não obstante, está arbitrariamente ligado a uma certa pretensão de assinalar inequivocamente acontecimentos e idéias) não seria também uma forma canônica de categorização, dogmatização e amansamento do pensamento. Dito de outra forma, a maneira como, até então, concebemos e compreendemos o conjunto de elementos do mundo material, os modos como organizamos em conceitos a atribuímos sentido à realidade que percebemos, ao que parece, está diretamente ligada aos parâmetros que estabelecemos, aos acordos que fazemos para que tal compreensão seja desta maneira orientada. Acordo este que, segundo o lingüista Benjamin Whorf “prevalece em nossa comunidade e que está codificado nos padrões de nossa linguagem”.<sup>11</sup> Não parece haver contenda, todavia – e a despeito de questões mais abrangentes sobre a relatividade lingüística –, as categorias de linguagem, mesmo em sua base conceitual subjacente, ainda que se mostrem capazes de moldar e estruturar muitos dos aspectos de nosso pensamento e comportamento, não figuram ser totalmente satisfatórias para açambarcá-los na extensa variabilidade de suas matizes. Sem uma averiguação mais aprimorada, tais dissemínulas podem, obviamente, ser facilmente adversadas; entretanto, justifico que estas diásporas foram levantadas, sobretudo, porquanto ainda que seja o “aparelho fabuloso que permite exprimir um número indefinido de pensamentos ou coisas com um número finito de signos, escolhidos de maneira a compor exatamente tudo o que se pode querer dizer de novo e a comunicar-lhe a evidência das primeiras designações das coisas” de que nos fala Merleau-Ponty em *A prosa do mundo*<sup>12</sup>, ao que se afigura a linguagem que hoje acatamos (entendida aqui como qualquer meio sistemático de comunicar conhecimentos ou sentimentos através de signos sonoros, gráficos, gestuais, etc.) institui

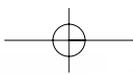


nosso pensar – até pela promessa de substituir alusões confusas que se sobrepõem em nossa mente –; e acaba por fixar uma série de convenções e representações que talvez não cheguem a ser mais do que abreviações do que seria, de fato, a estruturação mais autêntica de nossos pensamentos.

Passa-se, pois, que por mais rico que seja um vocabulário, a carência de substantivos abstratos faz com que as discussões dificilmente ultrapassem suas circunscrições. E tais minúcias são também ponderadas, pois concedo que é no momento em que nos abrimos às circunstâncias não preconceituosamente racionalizadas, – não dogmaticamente polarizadas, que trazemos à tona sensações, e mesmo pensamentos que habitualmente deixaríamos de fora de nossas preocupações ordinárias – que entramos em contato com um raciocínio menos articulado, menos objetivo e nos surpreendemos com elementos que pertencem aos cantos mais obscuros da realidade que obscurecemos – ocorrência que se esculpe aqui não como uma prova, mas talvez como uma indicação da espiritualidade ou imaterialidade da edificação particular da realidade que patrocinamos. Efetua-se, então (e podemos tomar tais sentenças como uma indicação do que será o desenredo de nossas dissipações) que quando dedicamos nosso tempo, voluntária ou involuntariamente, à simples racionalização do que nos está ao alcance, afastamos-nos das possibilidades de mudança, na maneira de perceber, sentir e vivenciar as situações da vida que o pensamento desarticulado, divagante, artificioso e transversalmente intrincado pode nos oferecer. E já se verga – ainda que a relevância de tais eversões já possam ser, também, contestadas –, que havemos de aceder, com ou sem justificativas, que são nesses instantes de abertura à transversalidade (em que a ideação, o raciocínio e a volição põe de manifesto a vida intelectual que contrariamos), que a novidade e o incógnito se erguem e tomam ares de experiências cruciais, talvez de revelações; consagramos, outrossim, por reconhecer que são, com efeito, essas oladas (ocasiões convenientes em que algo de novo, de desconhecido, entra em nós) que fazem com que nossos sentimentos se alterem e que tudo em nós recue; devotamos, ainda, por convergir que são nestas oportunidades (urgências a que nada mais teria conseguido dar expressão) que descobrimos os rumos de nossa trajetória em meio ao emaranhado de possibilidades contidas em nossa essência; que também são estes momentos privilegiados (que se levantam em silêncio e ocupam um lugar de eminência) que nos suscitam a sensação (ou a ilusão) de nos revelar algo de ignoto na realidade (ou irrealidade) ao mesmo tempo concreta e abstratamente construída que anelamos por compreender.

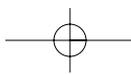
Dá-se, entretanto – e isto ocorre, provavelmente, por não estarmos habituados a questionar o nexo das racionalizações, dos dogmas categóricos e dos conceitos previamente estabelecidos –, que não admitimos, mesmo quando entramos no campo das relações interpessoais, confusão ou incerteza, nada que não esteja compreendido dentro do hábito, da tradição, do comportamento produtivo, da prática funcional, do pensamento racional, da necessidade





social, do uso do útil, das responsabilidades que cada um tem em relação a si e ao seu próximo. E é, talvez, por não estarmos familiarizados com uma maneira de pensar que não seja linear e objetiva, que muitas vezes não percebemos a potência daquilo que de inintencional, indecível e inexplicável pode de nós sair; e, conseqüentemente, não nos valem da possibilidade de autotransformação que a entrega aos pensamentos transversais pode nos proporcionar. Porém – e isto não pode, sobremaneira, ser olvidado ou interpretado de maneira errônea –, isso não significa que nos submetemos aos padrões meramente porque assim nos sentimos inclinados, por medo ou por desejo, mas sim porque neles reconhecemos um princípio (que chamamos de racional) ao qual damos consentimento voluntário – e este parece ser, precisamente, o motivo pelo qual, na maior parte do tempo, acreditamos ter fundamentos éticos claros e agimos em conformidade com eles; pelo qual, nas circunstâncias ordinárias da vida, poucas vezes agimos com retidão sem fazer referência a algum fundamento ético, moral, religioso ou a qualquer outra coisa que possa dar justificativa objetiva ao nosso agir; ou pelo qual encontramos e reconhecemos valores e normas que são válidos para uma convivência humana harmônica (ocorrências que – ainda que meu ponto, aqui, seja o de elevar a divagação e o pensamento transversal – também não podem ser condenadas, ou julgadas como algo intimamente negativo, visto que, para que a harmonia, tão almejada pelos vetores consociais em que nos inscrevemos seja garantida, sem dúvida ainda se fazem necessárias as edificações de fundamentos norteadores, capazes de assumir valor de absolutos morais, e que não estejam ligadas a nenhum princípio mutável ou negociável).

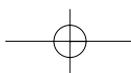
Expressa-se, igualmente, que como subprodutos ao mesmo tempo causais e incidentais, as faculdades humanas, ao contrário das condições e circunstâncias da vida que hoje levamos, parecem ser – como nos diz Hanna Arendt – “contemporâneas ao aparecimento do homem na terra,”<sup>13</sup> e, desse modo, advém também que a própria questão da impossibilidade de uma racionalização total pressupõe que, em algum sentido, os seres humanos não sejam inteiramente seres racionais, que eles devem concordar (ou devem ser levados a concordar) em participar de uma vida orientada também pela intuição, na qual não se submetem a princípios gerais que apascentam e regulam suas ações e pensamentos. Vice-versa, em que pese também as insatisfações diárias que manifestamos, não podemos, sob pena de pagar o alto preço cobrado pela acação sem questionamento de um conceito também unívoco, negar que amamos o ordenado, que desejamos o perfeito e que aspiramos à racionalidade – ocorrência reputada porquanto, mesmo que tentemos nos abrir para a desaneção. Não obstante, acreditamos que a razão, embora muitas vezes fria e cinzenta, é a razão e que não é possível a um ser racional que a renuncie. Não parece haver contestação; estamos constantemente nos ordenando e ordenando o mundo a nossa volta (até porque a vida desfaz a cada momento as construções mais sólidas que somos capazes de edificar); estamos sempre justificando



nossos atos e tentando explicar aquilo que ocasiona ou determina um acontecimento sobre uma base racional; e, no entanto, mesmo nessa incansável busca pela correção, o esforço por transcender a incerteza nunca é de todo vencido, pois há sempre algum elemento imprevisível, que não podemos, de qualquer forma, eludir; elemento suficientemente forte para quebrantar todos os cálculos, todas as certezas estabelecidas. Disso advém, conseqüentemente, que mesmo que o pensamento formal possua, de fato, a função de orientar a conduta, prevendo as conseqüências e avaliando o sentido ou significado das ações, já não nos parece possível enxergar sempre um sentido objetivo para as ações e pensamentos que (muitas vezes de forma inadvertida) nos assolam; até porque – como sabemos –, na caminhada no horizonte do entendimento de nossa constituição pessoal, somos eventualmente acometidos por afecções antagônicas, tais como os instintos, as pulsões, as paixões, as angústias, os sentimentos, a loucura e a falta de bom senso.

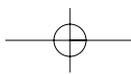
Assim sendo, pode-se dizer que raciocinar (utilizar a faculdade intelectual e lingüística que acreditamos nos distinguir como seres humanos), não pode consistir somente em tentarmos perceber e organizar coisas que se derramam sobre nós, mas também de buscarmos nos libertar da linearidade e nos abirmos para um pensamento capaz de se constituir também das realidades inconscientemente percebidas, intuídas ou mesmo desconsideradas – que, ao referirem-se ao mundo vital por difusões transversais, tendem a esclarecer nexos significativos que não podem ser derivados, puramente, da racionalização lógica. Exposto de modo equivalente: redunda que procuramos, de maneira inexorável, afirmar nossa própria existência e a existência das coisas – ainda que essa afirmação, no caso do homem pelo menos (que se apega, tão obstinadamente, às faculdades racionais), não seja nem sólida e nem definitiva –; todavia, nesta mesma existência estamos entregues às orientações transversais de nossos sentimentos e intuições; ao que parece, nem a nós mesmos conhecemos muito bem; falamos de algo que se apresenta inconstante, mutável, a que chamamos “natureza humana”; afirmamos veementemente que é de tal natureza fazer isto ou aquilo; e, no entanto, sabemos pela própria experiência corriqueira que acumulamos, que as coisas que compõem esse misterioso enunciado não parecem funcionar da mesma maneira para todas as pessoas. Entretanto, porque a vida que portamos é única, original, não suscetível de repetição; porque não transmutamos reciprocamente; porque diferimos dos demais; porque verificamos a maneira distinta com que lidamos com nossos problemas pessoais, somente o que podemos afirmar com alguma confiança (obviamente que também hesitante), é que dentro da extensa unidade natural que nos estrutura, cada um de nós tem tão originais características que, morto um homem, desaparece um mundo e conseqüentemente uma interpretação original e insubstituível de todo o universo.

Demais, o predicado “racional” pode ser aplicado – ou até mesmo subdividido (em razão analítica, razão concreta, razão crítica, razão dialética,



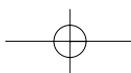
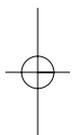
razão histórica, razão instrumental, razão prática etc.) – de modos muito diversos; pode-se dizer que o mundo é racional, que o homem é um ser racional, que os meios que se utilizam são racionais, que os fins que se persegue são racionais, que uma proposição é racional etc. Mas algumas dessas sentenças não chegam a dizer nada, pois dizer que o mundo é racional e que a racionalidade nos é absolutamente imprescindível equivale a dizer que tudo o que experimentamos é inteligível, ou suscetível de ser entendido racionalmente. Da mesma forma, asseverar que o homem é um ser totalmente racional é caracterizar e categorizar o ser humano mediante um predicado que não irá requerer, por sua vez, explicação, pois a própria idéia de racionalidade já se ligaria a uma idéia de justificação de um ato, explicação de um fato, argumento ou motivo para o desenvolvimento de uma atividade. E assim sendo, a aspiração à total racionalidade parece ser, como todas as outras ocupações propriamente humanas, uma atividade desatinada e utópica; transformar tudo em razão afigura-se uma tentativa impossível, pois, partindo do princípio de que o entendimento da realidade é sempre um exercício de interpretação particular de alguns fatores individualmente percebidos dessa realidade, somente cabe, a cada um de nós, e com um grande esforço, extrair uma porção mais ou menos relevante do que percebemos em cada situação em que nos inscrevemos – dessa tentativa restará, porém, sempre uma parte não inteiramente compreendida, um fato não totalmente racionalizado, uma porção desarticulada do todo (o que torna, em compensação, provável, que, no próprio esforço de alcançarmos a total racionalidade, percebamos coisas que dizem respeito ao entendimento de nossa realidade anímica e que nos presentemos, ainda que involuntariamente, com dados relevantes do pensamento fragmentário e livre que normalmente obscurecemos).

Coincide, então, que a controvérsia (se é que ela, de fato, existe) não reside em conciliar com os argumentos do senso comum de que a racionalidade é, com efeito, prerrogativa de nossa humanidade – visto que, de qualquer forma, também não há como discordar que é de todo impossível viver sem uma interpretação particular daquilo que somos e do mundo em que vivemos –; e que o que causa (ou deveria causar) espanto é o fato de ocorrer (talvez com excessiva freqüência) de nos vermos aderindo dogmaticamente a essa interpretação e fixando-a como estrutura lógica e definitiva do ser que aparentamos. E, embora esse ser concreto e racional que insistimos em representar se patenteie dentro de uma interpretação formal daquilo que pode ser justificado, explicado ou argumentado, a vontade que demonstramos de afastarmos-nos das certezas estabelecidas faz com que sintamos a necessidade de ir além da interpretação objetiva, de um raciocínio que, invariavelmente, conduz à dedução ou indução de algo. E tal circunstância figura, sobretudo, porque, intimados que estamos a tirar o máximo possível dos princípios formais objetivos, esquecemos que a faculdade de raciocinar sobre nós mesmos e sobre as coisas normalmente se manifesta na objetividade ordenada e regular



da natureza física, mas também, e creio que simultaneamente, na subjetividade do espírito – e é talvez por isso que vemos que a apreensão cognitiva da realidade pela razão permanece, ainda, em contraste com a função desempenhada pelos sentidos na captação das percepções e interpretações imediatas de nosso ser concreto e subjetivo. Ademais, também se manifesta que se podemos nos subtrair à racionalidade é porque não somos puramente racionais; se não é ocorrência invariável que nos reconhecemos como semelhantes a outros na substância corpórea que deveria determinar nossa natureza; é porque não somos meros agregados de matéria; se habitamos este universo, cujas substâncias pesam sobre o impulso vital e impõe seu selo de duração temporal, é porque não somos puro espírito; então porque não aceitar uma imagem do homem que seja reflexo deste conflito vivo de conciliação entre o espírito e a matéria, o tempo e a eternidade, a razão e a desrazão (o que, não obstante já nos traz novamente à memória outra asseveração de Hermann Hesse: “de nada adianta fatigar excessivamente a inteligência e procurar ordenar, apenas com o auxílio da razão, as coisas inacessíveis à razão”).<sup>14</sup>

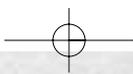
Nesta estatura é que, tentando evitar, ao menos por um instante, os ornamentos dispensáveis (e mesmo a afetação) que tem marcado grande parte das dissipações aqui refeitas, pode-se dizer que a racionalização categórica e os pensamentos fragmentários são, sobretudo, possibilidades e devem andar juntos na interconexão de nossas experiências. É certo que na vida que sobrevivamos existe racionalidade, quer dizer, que em nossos movimentos mais banais as perspectivas se confrontam, as percepções se confirmam, os sentidos aparecem; mas ela não deve ser posta como realidade total, transformada em espírito absoluto – até porque, como se sabe, o mundo da racionalidade, juntamente com o da subjetividade, transparece na interseção das experiências; e é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade que formam sua unidade pela maneira como interpretamos a realidade. Em outras palavras, a atividade de entendimento do mundo e de nós mesmos não é somente um puro produto da razão ou um mero objeto dos sentidos; a idéia de racionalidade normalmente está baseada na noção de permanência das coisas, na duração das formas e no caráter aparentemente imutável dos modelos de interpretação do que tomamos por realidade; coincide, entretanto, que por diversas vezes, na ânsia de objetivar o que seria esta realidade, buscamos refúgio em áreas do conhecimento que a abordam de um ângulo diferente do que estamos acostumados a usar no envolvimento ordinário com o mundo. Assim (da mesma forma que não seria inteiramente verdade dizer que o sujeito que representamos, enquanto presença absoluta de si, é rigorosamente indeclinável, e que nada pode lhe advir do qual ele não traga em si mesmo a faculdade de avaliar com correção, com discernimento e bom senso) é que, ter juízo certo dos homens por suas ações e pensamentos não consiste senão em afirmar que a multiplicidade característica do ser humano é uma interpretação particular e acidental do entrecruzamento de fatores que consideramos universais e necessários



para a compreensão da vida individual, social e cultural e de produtos das iluminações transversais que, por vezes, subtraem a racionalidade ao papel de mero pano de fundo para a consciência intuitiva.

Desta feita, já se pode aterrar que são nos momentos em que as dimensões efêmeras e acidentais do pensamento desarticulado se sobressaem é que temos para nós revelados alguns outros elementos valiosos (ainda que obscurecidos pela nução categórica da lógica formal), sobre os quais forjamos personalidades, analisamos identidades e questionamos a existência – fato que novamente sobressai e que uma vez mais se impõe relevante, na dedução de que a aspiração à racionalidade e a entrega à desarticulação (como as principais faculdades intelectuais que nos distinguem como seres humanos) nos revelam que somente o que parece ser êxito na realidade em que nos passamos é que estamos lançados na investigação da própria natureza que nos cabe (e essa natureza não aparece apenas fora de nós, como análise de ações e movimentos, ou como reflexo de nossos semelhantes, sendo visível também no centro de nossa subjetividade). Vivemos, portanto, no mundo esquecido e obscurecido da objetivação do ser e nosso pensar talvez não seja, de fato, mais que uma divagação especulativa em busca deste ser. Através dos raciocínios objetivos, tentamos domar isto o que chamamos de consciência e buscamos revelá-la e dizê-la, situando nossas idéias no mundo para além das modalidades concretas das motivações individuais; porém, a busca incessante por respostas aos eternos questionamentos das condições gerais que nos movem revela-se, muitas vezes, um caminhar em direção a um horizonte inacessível – muito embora este horizonte pareça estar sempre presente, sempre enunciado, naquilo que somos, vivemos ou pensamos. Calha, então, que a atividade plena de nosso pensamento, a aptidão natural que demonstramos de apreender, de compreender, de atribuir pesos, de deduzir algo, parece surgir, em potência máxima, apenas quando começamos a questionar tudo o que está entre aquilo que podemos afirmar com certeza e aquilo a que negamos com veemência – e disto, sai que para se achar uma razão fundamental ao universo do homem, cumpre deixar-se penetrar por seus afãs mais profundos; executa-se lançar mão de todos os meios que põem o homem em acordo consigo mesmo e com os demais seres; compete operar uma união existencial entre o sujeito e o objeto, entre o conhecido e o cognoscente, e deixar que a emoção faça brotar a vida íntima das essências.

Semelhantes imperativos (estou ciente) contornam ser – da mesma forma que os demais conspectos de que tratamos ao longo deste ensaio – apenas projeção idealizada; entretanto, por detrás da exaltação eufórica, possivelmente excessiva, com que vimos tratando de tais vistorias, asseguro que estas inspeções trazem em seu bojo – ainda que sob a forma de desmentidos – uma verdadeira angústia de conciliação entre o racionalismo prepotente e não mensurado de nossas edificações logicizadas e os inúmeros aspectos ilógicos e não racionalizáveis da vida humana.



Colmatar o vazio, abrir brechas, recusar a teleologia dos sistemas, criar universos paralelos, corroer as promessas redentoras das lógicas ilustradas. Confio que já se faz necessário efetuar nova pausa na seqüência de dissipações que arremedamos, pois posso engendrar que, a esta altura, esta conspexção já deva estar se afigurando como ataque à racionalização encadeada cartesianamente ou à objetividade logicamente orientada. E este interposto se faz imperativo, sobretudo no talante de, mais uma vez, sustentar que nunca foi minha intenção executar ação de censura às idéias e conceitos de racionalidade, clareza e univocidade – até porque este já figura assunto das controvérsias da epistemologia contemporânea; que cada vez mais fortemente (e com argumentos bem mais sólidos dos que exponho aqui) parecem convergir a esta espécie de pluralismo teórico oposto a todo monismo (e são espelhos disto as pesquisas de Karl Popper, Thomas Kuhn, Imre Lakatos, Paul Feyerabend, Fritjof Capra, Edgar Morin, entre inúmeros outros) –; mas sim (através do translaticio dos açodamentos errantes) questionar os dogmas evasivos e invasivos (segundo Mauro Maldonato, “os representantes da herança mais onerosa da modernidade”)<sup>15</sup> que alimentam um racionalismo prepotente e desmedido que, por pretender explicar tudo, por vezes, constringe à margem os inúmeros aspectos não racionalizáveis da vida humana. Atravessa-se, portanto – visto também que, podemos supor, viver uma determinada interpretação do ser sem inquirir seus pressupostos e sem autonomia no que se refere às inclinações subjetivas é viver, ao mesmo tempo, de maneira não racional e não sensível – que meu ponto é simplesmente o de tentar levantar dúvidas em relação à univocidade (sempre implícita à noção ordinária da racionalidade) que, como promessa de completude, por vezes nos esconde que as soluções inequívocas, em sua maioria, não passam de mera ignorância, inobservância ou descuido em relação a certas (ou incertas) facetas das questões investigadas (e não de conhecimento profundo das mesmas questões).

Com isso posto, aproximamo-nos não da conclusão (visto que não parece haver ensinamento ou moral a ser extraído desta redação), mas do encerramento desta afluência de dissipações; e, ao que parece, tão-somente o que – como gênese de proposição – parece decorrer (ainda que não necessária e logicamente) das sentenças operatórias implícitas ou explícitas, de nossos enunciados anteriores são suposições de que na formulação das hipóteses do que seria a essência do que somos, ou a existência que nos é própria, sempre se revelam aspectos impensáveis, adventícios e subitâneos – apreciações estas que, nada obstante, já nos levam a reputar que (bem como as demais considerações tão abruptamente expostas ao longo deste texto) o remate destes desbaratamentos irá também se apresentar demasiadamente ambíguo, desordenado e intempestivo. Calculado isto, penso que, para que possamos por a termo estas lucubrações de modo coerente (ao menos com a própria estrutura de divagação que foi aqui tão veementemente defendida), talvez caiba inaugurar uma pequena revisão – ainda que encadeada também de

modo desconexo – de alguns dos pontos exaltados anteriormente. Neste sentido – para já voltarmos às sentenças que deram início a esta intrincada e artificiosa especulação –, pode-se começar por dizer que, em suma, acatar o nomadismo e desenvolver uma espécie de *consciência errante* (nosso enunciado derradeiro) como algo que reflete ou é análogo a uma distinção da personalidade que veneramos, concerne, outrossim, a uma abertura para princípios que ofereçam opções para o pensamento formal clássico (que tratem de um domínio maior de aplicação do raciocínio humano – onde a lógica categórica e a racionalização objetiva são apenas alguns dos caminhos a serem explorados), e nos mostrem que para sermos despertados para a realidade de nossa própria existência e da existência das coisas, é necessário que contribuam, conjuntamente, as provas racionais e as da intuição imediata.

E de fato, como já indicamos mais atrás, mirifica-se que a estruturação total (e plural) dos pensamentos que aviltamos depende tanto da tentativa de atualização das possibilidades humanas (posta em vigência pela razão), quanto da nução das séries de virtualidades e potencialidades dos aspectos ainda não racionalizáveis (mas que, ao que parece, já se convertem em realidade) do direcionamento múltiplo de nossa existência – o que, não obstante, também nos leva à consciência da pluralidade de vertentes em que nos pomos em conflito; bem como a segurança de que nada do que se diz do sujeito que representamos pode ser colocado como mero acatamento da polarização dialética entre racionalidade e irracionalidade, atividade e passividade, juízo e sentimento, mutabilidade e permanência, errância e imobilidade (visto que, de todo modo, pensar, conhecer, inventar são operações ao mesmo tempo mentais e espirituais que somente se provam pelos fenômenos de unidade e continuidade disto o que cumprimos como consciência). Calha, pois, que no nível da observação dos fenômenos de heterogeneização da realidade – e de nossa própria personalidade –, estamos já cientes de que portamos, na massa de conhecimentos que adquirimos, a certeza de que estamos situados em um universo em constante e incessante expansão, onde todas as coisas com as quais nos relacionamos (direta ou indiretamente) são possíveis; ou seja: onde tudo é passível de coexistir de maneira integrada – tanto no mundo real quanto no mundo aparente ou fenomenal – como um conjunto afluente de possibilidades concretas e realizáveis. Em outras palavras, passa-se que somos, substancialmente, coabitação, entreligação, congruidade, adequação e concento; e na medida em que hoje sabemos que não somente o mundo visível, mas também as ondas gravitacionais, os organismos microscópicos, os terremotos estelares, os objetos longínquos do macrocosmo, ou mesmo o plasma cosmológico de onde (segundo teorias do tipo *Big Bang*) o universo teria surgido, são zonas de convergência em um permanente fluxo de intercâmbio e miscigenação – onde nada se define sozinho e tudo se entrecruza em uma estreita relação de interação, influência, interpenetração e interconexão (ao mesmo tempo entrópica e neguentrópica) de mútua transformação –, não podemos, sobremaneira,

menosprezar as crescentes tentativas de dissolver marcos delimitantes entre as diversas formas de especulação, ou mesmo anelar por conter as tentativas de união e abertura para as diversas lógicas alternativas que se propõem a incorporar os paradoxos e inconsistências (relativos principalmente às considerações subjetivas sobre as condições da própria relação que estabelecemos com o mundo físico em que nos inscrevemos) tão veementemente rejeitados pela lógica axiomática e pela racionalização proloquial.

Patenteia-se, ainda – como também já colocamos em outros momentos –, que nossa tendência é (ou deveria ser), sobretudo, a de ver as coisas em termos de estruturas possíveis, complementares e reversíveis – entretanto, sabemos que (ao menos para o senso comum e para as expectativas dos conjuntos consociais em que nos inscrevemos) esta não é a estruturação corrente. Não há dúvida de que na vida que atravessamos elementos diversos (muitas vezes análogos) estão em jogo – infelizmente o jogo é o da dialética e da polaridade e não o da complementaridade ou da possibilidade –; e que estes elementos (assim que dominados e limpos da anfíbolia) se enraízam diretamente naquilo que – principalmente por não desejarmos indisposição no contexto agremiado em que vivemos – acatamos como sendo nossa realidade, consciência e personalidade. Propomos a ambigüidade mas, quase que imediatamente, procuramos submeter (como bem nos diz Michel Leiris em *O espelho da tauromaquia*) “o torto ao reto”<sup>16</sup> e anular a alteração a dissonância e a pungência – obscuridade que parece não se restringir apenas à vida individual e comunitariamente compartilhada; e que (por contaminação) já ataca também as idéias de nossa inscrição na totalidade do universo que nos envolve e do qual somos parcela fundamental. Assim, redundante que ainda que possamos concordar que tanto a caminhada nômade por uma estrada aberta, quanto a remodelação das quimeras que transpomos sejam premissas básicas da estruturação mais plural das potencialidades a que tendemos, não podemos olvidar que nos encontramos condensados em um todo de imposições sociais; e que essas formatações são, para nós, hoje (ainda que tal afirmação se mostre, aparentemente, contrária ao ideário da agremiação consocial), as representações máximas da desordem, do descontrole, daquilo sobre o qual não se tem domínio. E a tensão (espelhada na sensação de infortúnio, de vazio, de lesão de que somos, normalmente, acometidos) parece estar justamente aí: no fato de sentirmos que também na ontológica procura pela integridade não nos basta sermos um indivíduo separado, apartado da vida social e cultural que nos cerca e da qual dependemos intelectual e praticamente – vistoria que se levanta novamente, pois, segundo creio, as noções mais abrangentes dos princípios ocultos que comandam as elucidações das condições de nossa humanidade (bem como a promoção de uma idéia efetiva de entrefecundação e possibilidade), somente se mostrarão possíveis através de uma interrogação (e possível exemption) das formas, estilos, regras e princípios do cotidiano que compartilhamos; da abstração ou da propugnação dos vínculos

(nem sempre discretos) que regulam e organizam o conjunto heterogêneo das agremiações que acatamos e do desapensamento ou da perfilhação de tornar consociável também a individualidade que assumimos.

Passa-se, portanto, que amuado o fato de podermos, metaforicamente, definir nossa humanidade como encruzilhada, intersecção ou polifurcação de rotas, não há como negar que nossa realidade mais imediata é mesmo o enraizamento em uma esfera antropossocial; e que, como seres potencialmente errantes, mas inscritos numa cultura e sociedade previamente dadas, estruturamos o pensamento sempre pelo filtro das mensagens residuais que recebemos dessa realidade. Entretanto, voltando ainda mais atrás nas dissipações que dissimulamos, pode-se exclamar também que, dentro das possibilidades limitadas e transitórias da personalidade exclusiva que almejamos (por não sermos plenitude, por não sermos tudo o que temos possibilidade de ser, por desejarmos nos desenvolver e nos completar não somente como seres sociais mas também como substância espiritual), anelamos por nos relacionar com alguma coisa maior, ou pelo menos diferente de nós mesmos, alguma coisa que nos dê conta do mundo em que vivemos, das situações a que tendemos e dos relacionamentos que desenvolvemos; alguma coisa que mesmo nos sendo exterior não deixe de nos ser essencial; alguma coisa que nos oriente na busca de integridade e que faça com que não nos deixemos sucumbir ante a força dos acontecimentos, superando circunstâncias e renunciando as prerrogativas que nos conduziriam à ciência da transitividade da existência que devemos cumprir e, por conseqüência, a uma inevitável dilaceração ou imobilização dos movimentos e raciocínios que anelamos por desenvolver. Alegações estas, que se remontam, sobretudo, no talante de indicar que – a despeito das afirmações de que é de nossa espiritualidade que brotam nossas intencionalidades (inclusive a intelectual) – da mesma forma que não é, para nós, matéria fácil pensar que a finitude da existência é fato certo (e que talvez ela nem seja patentizada por algo transcendente), não nos parece também assunto que se compreende sem esforço acatar mansamente que o sujeito que representamos está entregue meramente à casualidade e que nem mesmo chegaria a ter consciência de suas ações e pensamentos.

Redunda, conseqüentemente, que – ainda que saibamos que em tudo o que fizermos ou pensarmos haverá sempre ligações racionais, emocionais e espirituais; e que essas ligações serão as mais fortes possíveis na medida em que estivermos mergulhados nos fenômenos de nossa própria realidade, sociedade e cultura –, ao que parece, tão-somente o que podemos afirmar com alguma segurança é que jamais poderemos ter uma adesão clara, consciente e certa da verdade da existência que ajudamos a compor (seja ela encarada no âmbito do individual, do consocial ou do espiritual). E de fato, passa-se, que o mundo em que atuamos, embora se mostre como um palco para uma investigação sensível ou puramente racional do ser que alegoricamente simulamos, constantemente nos oculta o reconhecimento deste ser e das razões que teoricamente se



revelariam, por detrás de nosso agir. Entretanto, é justamente a capacidade que demonstramos de tomar o ser humano como ser pensante ou espiritual; alma, espírito, mente; sentido ou percepção do que é moralmente certo ou errado em atos e motivos individuais (funcionando como o juiz que ordena acerca de coisas futuras e que se traduz em sentimentos de alegria, satisfação, ou de culpa, remorso, acerca de coisas passadas) o que nos conduz a indagações sobre o ser que somos e sobre o sentido de nosso formidável e estupefante existir estar localizado em meio a outras existências também tão peculiares e surpreendentes. Disso, se deslumbra que, assim como tudo o que nos é próprio, a especulação sobre os fatores e condições da humanidade que assumimos é, efetivamente, uma investigação de origem caótica que se esforça por desfazer as fronteiras entre o pensamento específico e a vida ordinária e, através da deflagração das mitologias e das racionalizações, forçar nosso espírito a não descansar na vida própria, nem na vida social, nem nos apelos de transcendência – segundo posso julgar, no intuito principal de nos abrir para a consciência de sermos chamados para o infinito e de superarmo-nos na experiência de entrega à desanexação.

Verga-se, também, que por possuímos uma natureza inquieta, estamos sempre abertos a todas as coisas do mundo e não nos limitamos a conhecer objetos ou coisas determinadas; ocorre, então, que a inteligência que nos distingue questiona a realidade e, quando procuramos uma compreensão do real que não seja feita apenas na formalidade pura do sistema, que não seja apenas um conjunto formal ou operacional de proposições e análises, já estamos construindo um terreno fértil para que possamos articular nosso raciocínio como uma prolação fragmentária capaz de ressaltar, não somente as pseudo-certezas das produções discursivas conceituais, mas também as dúvidas, as revoluções e as desarticulações do pensamento que ainda não se encerrou. Converge-se disso que a capacidade de adaptação e renovação, enfim de diversificação do pensamento que processamos, é também uma condição essencial de sobrevivência; e que somente através da experiência de um encadeamento alotrópico de pensamentos (talvez por se tratar do inacabado; por não necessitar invariavelmente de um raciocínio linear e por acionar alguns outros de nossos sentidos), perceberemos em nós as propriedades capazes de nos fazer atuar sobre a realidade física de um modo adaptado a esta – fato que, não obstante, se torna a montar, pois que, é também na relação inteligível que compõe o ideário do raciocínio fragmentário (estabelecido, sobretudo, entre a pluralidade de elementos da estrutura entrópica do pensamento; aonde o que vem primeiro não são as articulações que podemos fazer com os resíduos de experiências; e o principal é o entendimento que podemos obter dessa experiência antes que esse conhecimento passe pelo filtro do pensamento objetivado) que devemos investigar atos individuais, concretos, especiais, e indagarmo-nos se neles estamos, de fato, amparados e sustentados. Desse modo, no que diz respeito à nossa faina de plenitude subsistencial, pode-se pensar ainda (mesmo que isso

sirva apenas para evidenciar a falácia que subjaz a maneira como tenho tratado as questões que aqui apresento) que toda ação que objetive desocultar os enigmas que nos assolam cotidianamente, e cuja intenção inicial parta exclusivamente de um afã matizado em uma busca de completude – ou que tenha como prerrogativa o anelo pelo prático e o positivo, o rechaçamento da contingência transitória e a desconsideração das múltiplas implicações do atual estado da consciência humana –, terá, no desenvolvimento de seu exercício, de se contentar com meras aproximações ou com uma culminância provavelmente contraditória do propósito que as havia incoado.

Com estes solavancos, já se levanta também, que tudo o que nos acontece ou aconteceu, todos os eventos e fatores que nos são concernentes, todas as ações e objetos que nos interessam como estudos gerais ou setoriais, são elementos interdependentes e que, na maior parte das vezes, atuamos sobre esses elementos somente por tendências; sem objetivos propostos ou ações planejadas. Como vimos mais atrás, pressupõe-se que mesmos as noções de autonomia e individualidade que tanto prezamos não nos são, de fato, substanciais e que na tentativa de subverter a ordem natural do que nos é apresentado como definitivo e verdadeiro e de abandonarmos momentaneamente a razão objetiva (talvez até para protegermo-nos de um certo desamparo subjetivo que freqüentemente nos assola), é sobretudo a equidade que nos circunda, é a conflução que nos oferece saída, é a interligação que nos impulsiona, é a perda de parâmetros que nos convida a ultrapassar os limites do até então pensável ou realizável. E, nesse sentido – ainda que, contudo, também devamos estar cientes de que o entendimento plural (prerrogativa para se ativar um modo fragmentário de pensar) das exprobações e aspirações do homem, não surge como resposta à incompletude de seu entendimento e sim como algo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença entre os mais diversos aspectos do conhecimento –, a investigação alotrópica que inferimos nesta sobreposição de divagações (e que, segundo consta, faz parte hoje do conjunto essencial das questões que se podem levantar em relação aos meios, pontos de vista ou objetos gerais de nossas arguições mais elementares), talvez por se mostrar mais mundana, mais nômade; por não procurar fixar suas indagações mais profundas apenas em conceitos e formas mentais; por não limitar sua atuação ao pensar, incluindo gestos, ações, representações e a possibilidade de comunhão entre mente e corpo, matéria e espírito, intencionalidade e casualidade, razão e desrazão – e também por parecer um modo de ver a realidade como um mundo dinâmico por excelência (onde as coisas não são eternas e se encontram em constante transformação), ou, ainda, por dar ênfase à necessidade de aventura, à desestabilização dos costumes, à insubmissão das paixões, à abjução de comportamento e à alforriação do indivíduo fechado em modelos e valores estabilizados –, possibilita o intercâmbio entre os epifenômenos plurais que (como sintomas excepcionais, corriqueiros, dirigidos ou acidentais) invariavelmente aparecem no transcurso da caminhada nômade que reproduzimos pelo entreato em que existimos.

Advém, outrossim – visto que não se pode deixar de levar em consideração as observações (que também fazemos cotidianamente na realidade ordinária que afetamos) de que coisas passam, coisas chegam, coisas deixam de ser, coisas tornam-se novamente, coisas se transformam, coisas se fundem, coisas são explicadas e coisas permanecem como um mistério insondável –, que o pensamento desarticulado e nômade que pregamos parece ser, antes, uma ação de, ao mesmo tempo, absorver rupturas e descontinuidades como temas a serem explorados em profundidade; amanhar em vagar pelo mundo com o espírito aberto, sem que esperemos dessa caminhada nova resposta ou norma para a vida prática; observar as experiências vividas de nossa consciência (consideradas no plano da generalidade essencial) sem expurgar manifestações de suas características reais ou empíricas; e, sobretudo, atentar para aquilo (sentimento ou conhecimento) que nos diz que para que possamos encontrar um espaço de atuação no deserto do mundo de matéria viva e também vivenciar, experimentar ou compreender aspectos obscurecidos de nosso mundo interior, precisamos de algo que nos aproxime de situações transitórias e nos afaste da idéia de que somos dependentes do mundo das designações, das significações e do encadeamento lógico e progressivo de idéias – e há aqui outro ponto fundamental a ser considerado, pois que, ativar um modo nômade, desarraigado e capaz de subverter a ordem do conhecimento lógico e racional, de pensar, parece ser, antes, deixar nascer em nós uma tentativa (ainda que angustiada) de acionar uma estrutura de constituição de identidade capaz de nos conduzir a uma forma descontínua (visto que valoriza a fratura) de entendimento não dogmático das coisas e gerar um movimento (no mínimo poético) de busca, congregação (e até mesmo de derrisão) pessoal que não pode ser sedentarizado.

Acordado isto, aparece-nos mais uma vez à memória que a racionalização acrítica, ortodoxa e tradicionalista já se afigura, de fato, como uma maneira dissoluta de se conceber até mesmo a razão; e isto faz com que o próprio impulso – que demonstramos tão freqüentemente (ainda que muitas vezes apenas inconscientemente) – de não nos entregarmos à pretensão enfatuada e autárquica do humanismo racional, já seja capaz de criar em nós a deflagração de raciocínios excêntricos, transigentes, não escolásticos, com valor de ruptura e assentados a despeito dos sistemas (concretos ou abstratos) de organização intelectual – o que, não obstante, parece nos conduzir, novamente, para articulações (que hoje se amontoam na reflexão geral em torno da natureza, etapas e limites do conhecimento humano; e especialmente das relações que se estabelecem entre o sujeito indagativo e o objeto inerte) da epistemologia contemporânea.<sup>17</sup> Dito de outra forma, certo é que não somos pura divagação, mas também não somos puro vernáculo racional; e é, talvez, por isso que somos levados a concordar com as prolações da nova episteme (que cada vez mais convictamente estabelece uma drástica ruptura no estudo dos postulados e abole a totalidade dos métodos e pressupostos cognitivos

anteriores – o que também implica em uma concepção fragmentária e não evolucionista da história da ciência –) que nos indicam que o sistema secundário de sinais ou símbolos que hoje utilizamos consequentemente não corresponde às situações que não podemos determinar; aos contextos que dependem de ocorrências imprevisíveis (quanto a vantagens ou prejuízos); e as conjunturas transversais e contingentes – inquirições que, apesar de já exaustadas ao longo desta redação, levantam-se novamente, porquanto, em certo sentido, é na convergência com tais indicações que se edificaram as especulações que sustentamos; bem como as asseverações, que tão insistentemente inculcamos, de que ao conjunto formal de símbolos (até então estabelecidos apenas em função de axiomas, regras e leis que estruturam os enunciados racionais) que acatamos, devem ser assomadas as qualidades da alotropia, da desarticulação, da divagação, da fragmentação e da entropia.

Transigidos todos estes aspectos, o que parece, especialmente, ainda se colocar em posição vertical para uma aproximação definitiva do ideário da multivagação, é que os maiores inimigos da organização nômade de nossos pensamentos parecem ser, tão-somente, as conjecturações dogmáticas (que assim como seus adeptos – o sectarismo, o fanatismo e o formalismo – são frutos de uma concepção falsa e estática das coisas). Este é fato a que também se deve dar consentimento, pois que, iremos concordar (sobretudo se levarmos em conta as indicações da catervagem de dissipações que aqui arcamos juntamente), qualquer pensamento ou atitude que se norteia por uma adesão irrestrita a princípios tidos como incontestáveis; qualquer tendência à credulidade exagerada; qualquer conjunto seco e estéril de preceitos categóricos; qualquer solução que não admita vetores diferentes de interpretação estrangula o pensamento flexível, sufoca a pluralidade de soluções e impede o afloramento das situações indeterminadas e dos contextos fragmentários. E com isto aventado, talvez se possa exclamar – mesmo que isso também não se afigure como elucidação dos abrenúncios divergentes que estamos expondo – que a *consciência errante* que, afirmo, tendemos a desenvolver no substrato de nossa personalidade nada mais é do que uma maneira especulativa de raciocínio que aceita uma subversão daquilo que seria a “ordem natural do conhecimento” (uma ordem que, em muitos sentidos parece ser a ordem inversa de todas as coisas), que requer que se parta do concreto e do tangível para se chegar ao abstrato, ao sensível, ao invisível; e não toma por verdade preceitos (que deveriam ser meramente didáticos, mas que são por nós, quase que invariavelmente, tomados por postulados) que nos levam a crer, por exemplo, que o ontológico sucede o lógico, que se deve partir do menos universal para o mais universal, ou que a realidade sensível é diferente da realidade inteligível.

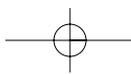
Ainda, a propósito desses conspectos (e já extrapolando as possibilidades de alongar uma redação que não parece encontrar desenlace), talvez se possa acrescentar que tudo o que somos, agimos ou pensamos, toda investigação específica a que nos conciliamos constituem um campo de estudo tão

amplo, com pontos de contato com as ciências físicas, biológicas e sociais e com as humanidades – e é talvez por isso que a almejada compreensão de todos os fatores que se desenrolam de nossas investigação e de onde podem culminar nossas experiências exigem um espírito aberto, para a própria experiência, e um exame bem pessoal dos problemas e situações que ocorrem durante o processo de investigação (sobretudo diante da realidade que cada vez mais solidamente se impõe polissêmica, alomórfica, ambígua e interdisciplinarmente orientada, em que nos inscrevemos). Disso, sobrevém – ainda que se deva advertir que tais condições não podem ser obtidas enquanto estivermos procurando provas para simplesmente defender e exaltar alguma teoria de nossa predileção, meramente providenciando material para racionalizações pretensamente transversais, ou negligenciando a importância da experiência que entra em desacordo com nossas idéias preconcebidas – que somente através da abertura para o entendimento não-sectário, não-categorizado e não-dogmático das mais diversas faculdades de raciocínio poderemos nos desligar das instituições de todos os tipos e, sem abrir mão da tentativa de transcendência, movimentarmos-nos livremente tanto no mundo social como na natureza que nos cerca. E é aqui que reencontramos as questões primevas que me levaram a edificar estes conspectos; pois que, em virtude dos desdobramentos de personalidade que simulamos, da amplidão de consciência que comprovamos, da variedade de métodos a que nos desenlaçamos e da posição de receptadores e articuladores de conhecimentos e potencialidades que franqueamos, somos capazes de abandonar a estagnação de qualquer trabalho sensível ou intelectual; de nos abirmos para a liberação dos controles que nos permitem (no crescente fluxo de pesquisa em curso) colmar a necessidade de fixação em objetivos específicos; de criar (mesmo diante de condições adversas) tribulações e contextos de maior autonomia e liberdade para os pensamentos e ações que desdobramos; e de vermos brotar, do mais fundo da subjetividade que nos é própria, um impulso sobreeminente que busca a inserção de nossos atos numa trama e num destino universais.

Após tantos esboços desunidos, expressa-se já, e com ausência de razão para suspeitas – assim como é também indiscutível a insuspeição de que, dentro da reunião de condições que nos envolvem simultaneamente, o pensamento fragmentado, a busca de equilíbrio, a procura por uma consciência de múltiplas formas e a aceitação da transitoriedade, figuram ser, ainda hoje, algumas de nossas facetas mais nobres e interessantes; os terrenos abertos da identidade que acatamos; onde todas as angústias que demonstramos não se revelam mais do que momentos de tensão, divagações de caminhantes nômades apenas conscientes de se encontrarem em permanente transição –, que se desconsiderarmos fronteiras, aceitarmos a idéia de transitoriedade, a noção de casualidade e abriremos espaço para um raciocínio divagante, fragmentário e desanexado (e isto parece consistir, apenas, em manter vivas todas as oportunidades imprevisas que se nos oferecem diariamente, e em que estejamos prontos, ao mesmo

tempo, para nos deixarmos determinar por elas), o tempo e o espaço, a matéria e o espírito e até mesmo a vida e a morte, tornar-se-iam simples arranjos possíveis onde exercitaríamos movimentos de busca de equilíbrio entre polaridades, numa investigação capaz de abarcar todas as coisas pelas quais anelamos por ter um conhecimento mais abrangente. Desse modo é que, levando em conta os aspectos propriamente dispersivos de que se revestiram as exposições sumárias das asserções (ainda a serem, em momento oportuno, melhor definidas, explicadas ou demonstradas) que compartilmos – e ainda que caiba, entretanto, também advertir que o esforço de abandonarmos nossos territórios seguros de atuação requer a disposição, a liberdade, a coragem e a aceitação do risco de trabalhar sem objetivos predeterminados e sem conhecer o desfecho possível da jornada a que nos dispusermos – pode-se atroar que o que a pulsão de erradicação que mantemos no substrato da personalidade que simulamos parece, em resumo, nos indicar, é a necessidade de tentarmos nos dedicar com mais afinco a investigações de alcance mais amplo; pesquisas antropológicas, científicas, sociológicas, políticas, cosmológicas ou artísticas que transcendam os limites cada vez mais estreitos da compartimentação das diretrizes do conhecimento; exames polissêmicos que avancem por terrenos individual ou coletivamente ainda não explorados; arguições alotrópicas e sinestésicas que desconsiderem os limites disciplinares e que tornem mais arejada a estruturação de nosso raciocínio; estendendo (ou mesmo quebrantando) as fronteiras de nossas aspirações e, principalmente, de nosso entendimento.

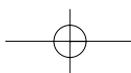
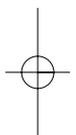
Casados estes pontos – ainda que talvez conviesse verificar um pouco mais a fundo a conveniência (ou mesmo a relevância) dos enunciados que (de forma tão insistente) atabalhoei; mas também na certeza de que, desta vez, o problema deva ser colocado para aqueles que conseguirem extrair algo destas dissipações e que (por algum motivo) encorajarem-se a canalizar estas informações ou mesmo repudiar e colocar este sistema (ou seus embriões) do avesso –, poderia-se, por fim, dizer que mesmo que os enunciados que apresentamos não intentem, sobremaneira, em ser respostas para as falhas congênicas da teleologia dos sistemas de pensamento que sustentamos, alcançar isto o que, como fastígio destas lucubrações, estamos chamando de *consciência errante* é, em sintomia, acatar um traço de personalidade ainda não embrutecido pela imposição do real e que reserva de se opor ao real – e que da mesma maneira que a aspiração à objetividade, é também, uma qualidade de nossa personalidade concreta, uma característica determinante que nos essencializa como seres dotados de inteligência e de uma inquieta necessidade de voltarmos-nos para uma apreensão cognitiva de nós mesmos e daquilo que acatamos por realidade. Como abreviação – ainda que restrita a subconjuntos do domínio e do contradomínio do próprio texto –, persiste que se nos fosse imperioso elaborar um programa de tópicos discriminados (ainda que manigântico) para o ideário da *porção nômade*, da *condição transitória*, do *entrecruzamento de fronteiras* e da *consciência errante*, poderíamos começar por indicar que a própria abertura para esse conjunto de aspirações já seria



um exercício de pensamento não-categorico, onde as coisas não seriam colocadas apenas num sistema formal, como tão frequentemente faz a construção artística e o pensar científico, e tratariam de algo que muitas vezes não chega a ser algo, que não chega a se concretizar em uma situação material proposta; seria uma tentativa de elucidação de nosso ser e métodos de análise; de busca de saber sem compromissos, preconceitos ou crenças.

Chegar de mãos vazias, respeitar as situações que se apresentam, mudar os termos naturais da equação. Sou, obviamente, cômico – ainda que, desde o início, tenha sido minha intenção deixar evidente que o propósito fundamental das dissipações que aqui dividimos nunca tenha sido o de oferecer bases ou linhas diretrizes para considerações definitivas sobre as fenomenologias e metafísicas do sentido ou das condições de nossa humanidade (e sim o de compartilhar divagações acerca da relação que se pode estabelecer entre o movimento de desconsideração de fronteiras do errante, e a realidade dispersiva, o espírito inquieto e a existencialidade intercambiável que se pode notar no indivíduo socialmente acomodado que representamos) – de que muitas das reflexões que por hora se acumularam e entrecruzaram (talvez por terem sido continuamente desviadas para meditações acerca das possibilidades de situar a realidade concreta do humano fora dos postulados metódicos das compartimentações e categorizações) se afiguraram atrofiadas e, quando muito, semi-organizadas. Entretanto, sem desejar justificar meu pendor para a divagação, creio que cabe salientar que as derivas atabalhoadas – ainda que regidas pela dispersão desordenada de seus pontos precípuos – partiram sobretudo de uma posição metódica de aceitação (e valorização) dos raciocínios transversais. Nisto – com todas as descontinuidades e incongruências que, a esta altura, já se tornaram marcas dessas assertivas –, segui uma volição interna de “esvaziar” meus pensamentos e despejar em parênteses, travessões, repetições e fragmentações, as idéias, sentimentos, contradições, indagações que, de forma desordenada e ininterrupta, dispuseram-se em cúmulo sobre o que, em mim, restava de objetivo ou pseudo-objetivo.

Tal fato é, neste momento, salientado, pois, como deve ter ficado evidente, minha relação com a escrita – que também é por demais dispersiva (preferiria dizer visceralmente desanexada, mas creio que soaria como mais um enunciado inexato e de fundamento duvidoso), espirituosa (gostaria, da mesma forma, de dizer poética; mas também não me atrevo), conceitualmente desarranjada (ou desatinadamente inadequada, inconveniente e empanturrada de artificios retóricos lacunosos) – provavelmente deva ter revelado mais a monotonia essencial do conjunto confuso de temas heterogêneos a que me ative do que a densidade ou a diversidade das reflexões e interpolações pessoais que, acreditei, seriam interessantes de termos articuladas com questões mais abrangentes (ainda que tomadas também por um enfoque particular) de algumas das condições, tidas como gerais, de nossa humanidade; tais como: a eterna

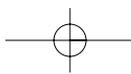






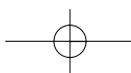
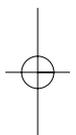
busca de sentido e finalidade para a existência; as possibilidades ilimitadas e, na maioria das vezes, deficientemente exploradas das experiências cotidianas (concretas e intuitivas); os paradoxos do humano (como o ser mais autônomo e, ao mesmo tempo, o mais subjugado do cenário natural); os fundamentos de liberdade e dependência na construção da personalidade e consciência do homem; as noções (nem sempre muito bem definidas) de singularidade, identidade ou consociabilidade; e, sobretudo, o enraizamento conceitual que nos impede de conceber estas questões em termos simultaneamente físicos e metafísicos, contraditórios e compossíveis, logicamente ordenados e dispersivamente articulados. Desse modo, ainda que não me seja possível ter a certeza de que as dissipações que compõem este texto correspondam exatamente à concepção que tenho de um encadeamento desarraigado de pensamentos (ou mesmo ao sistema de hipóteses com que me defronto atualmente), pode-se dizer que o principal objetivo desta redação foi ajudar-me a compreender, em meio as facilidades contidas no emaranhado de temas que me despertam interesse mais direto, os rumos de minha trajetória artística e humana.

Estes arranjos são também guindados, pois ocorre que finalmente nos encaminhamos para o remate da longa divagação que compartilhamos; e agora talvez seja o momento de reputar (obviamente que não no intuito de explicar ou emendar os enunciados que expus, mas sim no de dilapidar interpretações errôneas do ensino a que me propus) alguns dos enganos fundamentais (ou, pelo menos, suas alavancas) que aqui defendi – situação que, não obstante, também já nos traz à memória outra asseveração eminente de Hermann Hesse: “todas as interpretações, toda psicologia, todas as tentativas de tornar as coisas compreensíveis se fazem por meio de teorias, mitologias, de mentiras; e um autor honesto não deveria furtrar-se, no fecho de uma exposição, a dissipar essas mentiras dentro do possível”.<sup>18</sup> Disso decorre que, para encerrar convenientemente as derivas que sobrepus nesta redação, talvez reste, ainda, tentar esclarecer alguns pontos que ficaram introvertidos – e o mais importante deles parece ser a motivação que me levou a edificar esses conspectos. Posso começar por dizer que teve o presente estudo uma gestação contínua, longa e atabalhoada. Comecei a trabalhar nele por ocasião de minha primeira ação no projeto Areal, e seus rascunhos me acompanharam até o final desta minha primeira jornada dentro do projeto; e depois mais um ano ainda.<sup>19</sup> Desse modo, tanto a ação mencionada quanto o texto que agora arcamos juntamente tiveram início a partir da experiência de elaboração conceitual de Areal, e se edificaram em movimento, ou pelo menos na crença de um movimento de envolvimento do qual participaram ativamente os confrontos entre a ação, a matéria e a paisagem como possibilidades de deliberar e projetar uma experiência de reflexão a partir de uma ação artística de transmutação do pensamento, do gesto e do próprio fundamento de um envolvimento mais estreito com a arte, para o campo aberto, para a dimensão lateral da imaterialidade.<sup>20</sup>



Passa-se, pois, que, dentro do extenso conjunto de fatos e elementos que contribuíram para sua produção, apresentar este ensaio ao leitor foi, de certo modo, tão somente um convite a percorrer, por meio das cogitações oblíquas e das lucubrações enviesadas que apresentei, o caminho por mim traçado no decorrer de uma experiência de transmutação de parcelas desconjuntadas de matéria – provenientes de uma região inóspita – para o terreno movediço da investigação artística. Manifesta-se, entretanto, que o desenvolvimento do trabalho que gerou essas dissipações pretendia, precipuamente, exprimir um movimento de deslocamento (e a idéia de deslocamento apareceu na ação não como arranjo de espécies de matéria ou materiais – mote corrente na arte contemporânea, desde as experiências de Robert Smithson, Richard Long, Gordon Matta-Clark, entre outros, nos anos sessenta e setenta – mas, como uma reação à escolha de determinados espaços encontrados em viagens, de envolvimento e troca entre diferentes pontos de uma mesma região) e estava já baseado, sobretudo, na idéia de açodamento, de erradicação, de desarraigamento e da tentativa de perceber e reter um modo nômade de envolvimento com as situações e as condições passageiras.<sup>21</sup> Nesta esteira, pode-se, também, dizer que o empreendimento constituiu-se como uma experiência de soversão da lógica do processo artístico culminante em síntese, ou da espreita de um resultado que se pudesse apresentar sob formato de exposição – e talvez daí a dificuldade de se depositar no conjunto tão disparatado de divagações e imagens que compõe este livro, o teor conceitual conclusivo que freqüentemente associamos ao coronal de uma realização (artística ou não); nessa proposta móvel e nômade, a alusão à idéia de produto e perenidade encontra uma cilada (ardil que parece fundar-se, exatamente, na convicção que já nutria – e que se intensificou no decorrer da elaboração deste projeto – de que, seja no campo da arte ou no terreno das diligências cotidianas, a intensidade da experiência do pensamento não pode ser sedentarizada).

Sucedese, também, que tal disposição mostrou-se patente, pois que, por definição, uma estruturação não-sedentária de encadeamento do pensamento seria algo como uma mudança contínua de posição em relação a dados referenciais; um processo de alteração das relações internas ou externas (que se estendem à formulação dos raciocínios) de um sistema; a sucessão dos momentos que moldam os acontecimentos; o desenvolvimento veloz de uma narrativa em decorrência de muita ação em pouco tempo; um estado de contínua divergência com situações anteriormente exploradas; uma reação ao freqüente encontro com uma repetição dos modelos existências já experimentados – indicações de sentido que, no contexto interno destas disquisições, me conduziram ao desdobramento (concreto e conceitual) de açodamentos errantes pelo deserto de minhas próprias incertezas e inquietudes ideais e espirituais. Desta maneira, em sintomia, a aposta na realização deste trabalho foi, sobretudo, em uma espécie de transição na maneira de pensar uma ação de arte, forçando um afastamento dos procedimentos utilizados (e já enten-



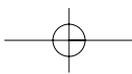
didos) anteriormente na preparação para um envolvimento com situações que isolassem e oferecessem uma aproximação com as características dos terrenos que detonaram seu surgimento – e talvez caiba também citar que, por apresentam-se apenas como um frágil recorte nesta situação sem fronteiras (cujos limites são também imaginários), os deslocamentos de matéria que realizei (e nos quais não almejava encontrar a solidez na idéia de imaterialidade, mas, ao contrário, ver a matéria liberada de sua condição inercial e conquistar a revalorização do aspecto sólido das coisas sem que isto passasse, necessariamente, pela construção de uma situação para ser apresentada como síntese) produziram, em mim, verdadeira estranheza e acentuação da noção de vazio, de desamparo, de isolamento e de deslocamento de sentido, que, ao que parece, sempre caracterizaram a paisagem árida e perturbatoriamente horizontal dos campos e praias do extremo sul.

Mirifica-se, então, que, como recopilação das dissipações que aqui instilei, a finalidade deste ensaio foi exprimir, numa atitude reflexiva (e, sobretudo, auto-reflexiva), uma série de pensamentos ocorridos e organizados no decurso de uma investigação artística que teve por objetos de manipulação resíduos materiais deslocados de um lugar para outro de um ambiente específico. Assim, sem almejar um produto acabado, a confecção de uma peça destinada apenas à contemplação visual, ou mesmo a elaboração de qualquer espécie de estruturação meramente formal ou objetual (até porque, segundo creio, o mundo material nunca foi, de qualquer maneira, um suporte sólido de significações permanentes, mas um conjunto fluido e aberto a perpétuas mutações; e, por conseguinte, mesmo no terreno instável da arte a permanência de que tanto necessitamos não pode estar ligada somente à construção de um objeto, mas também ao movimento em direção a realização e culminância de um projeto), esta manifestação se elaborou como uma concentração sobre minhas representações, idéias e sentimentos e teve como resultado uma série de indagações que, ainda que iniciadas no campo de desdobramento plástico, expandiu-se anamorfoticamente a outros terrenos de reflexão. Passa-se, contudo, que ainda que tenha sido detonado por uma ação artística, dentro de um projeto que, em princípio, visava a discussão e disseminação da arte contemporânea, este ensaio não deve ser entendido como uma análise ou desdobramento de uma operação plástica na paisagem; porquanto, apesar de haver sido elaborado juntamente e como parte integrante desta experiência, no final tomou rumo próprio e se distanciou do trajeto original. E esta indicação se levanta, aqui, sobretudo como ressalva, pois embora não tenha, inicialmente, preocupado-me em realizar um relato muito coerente dos movimentos do trabalho que realizei, a primeira idéia deste ensaio era a de que tivesse uma ligação muito estreita com a experiência artística que o detonou (ou, ao menos, que a tangenciasse mais diretamente) – situação que (e não há como negar que isto é levantado sem vanglória e até com certo pesar) não se concretizou, pois ainda que possa ver um

fi que os une, já noto um grande distanciamento entre a redação e a ação concreta que almejava lhe ser parelha.

Posso dizer também – e isto, conforme concebo, será ponto positivo, ao menos para aqueles que, como eu, acreditam que uma acareação pessoal e despojada com as problemáticas categóricas deve estar presente em toda reflexão autêntica – que os capítulos deste livro foram escritos de forma descontínua e não-seqüencial e levam no seu estilo as marcas dos diversos momentos, contextos e paisagens em que foram escritos. Optei por respeitar sua forma primeva e desenvolver as reflexões da forma (desanexada e divagante) como foram surgindo; e mesmo que algumas vezes isto não tenha sido possível, tentei estabelecer nestas cogitações um fio contínuo de pensamento e uma mesma atitude de tentar esboçar uma reflexão baseada num processo particular e contínuo de indagação humana e questionamento existencial. Sobeja-se, então, que apesar de algumas vezes parecerem, de certa maneira, um pouco descontínuas, trancadas e inconclusas, estas considerações – em que pese também uma certa diversidade estilística produzida por meus estados pessoais e estudos dispersos – são o melhor retrato que pude produzir da experiência artística que lhe é (ou deveria ser) par. Redunda também que (mesmo que tenha sido minha intenção evitar situá-los em uma história das idéias e alimentá-las de opiniões preconcebidas), na medida em que foram se desdobrando, os expedientes deste texto (da mesma forma que os deslocamentos de matéria que os detonaram), foram concretizados como uma deriva aberta e somente se estruturaram pelo esforço de tornar as dissipações que simulei coerentes e vetorizadas com as influências determinantes de que dispus para elaborar tais conspectos. E deste modo – ainda que não tenha se consubstanciado como o relato de experiência que inicialmente tentei realizar –, no fim, acredito que o direcionamento deste trabalho, como um projeto contínuo de estruturação transversal dos diversos sentimentos vinculados com os distintos estados de elaboração de meus próprios pensamentos, reflete minha concepção do fazer artístico como uma espécie de meditação; onde o que toma o lugar mais elevado não é a experiência estética, ou a produção textual bem acabada, mas a amalgamada tentativa de desdobramento das possibilidades de indagações existenciais engendradas a partir de uma experiência.

Ainda em relação ao texto (e, da mesma forma, ao que concerne aos meus anseios de desarraigamento), talvez caiba, neste instante, manifestar que foi também com deliberação que granjeei acumular aqui não mais do que alguns circunstanciais e, nada obstante, imprescindíveis referenciais bibliográficos – já que não me é possível estimar (ao menos por predileção) as prodigalidades do pensar, ou mesmo gostar do excesso de citações e referências (pois sou daqueles que defendem que muito mais importante do que o conjunto de termos específicos que podemos elaborar para descrever as coisas, é o instante anterior à percepção que acreditamos ter delas; e, além disso, que não é na concepção ou na proficiência, mas na concentração, na reflexão, na projeção e na abertura para a



desanexação que se delineiam os pensamentos mais livres e se fundam e consagram as mais abertas filosofias). E digo isto, porquanto, ainda que eclipsados, o conjunto de representações que apresentei está, evidentemente, baseado em inúmeras leituras, auscultações, inquirições, acatamentos e desconformidades com pensamentos que me chegaram por vias diretas ou transversais (mesmo porque, a não ser que se tratem de *insights* retrovertidos, é pouco provável, por sem dúvida, livrar-se das remissões); entretanto, como indiquei mais atrás, no caso destas dissipações o sistema de referências foi estruturado de forma bastante particular. Em outras palavras, muito do que aqui se sobrepôs, ainda que tenha sido apresentado como se gerado de meu próprio baricentro (e isso era absolutamente necessário para o decorrer das digressões que simulei), foi derivado de outrem (ainda que esse outrem fosse apenas um personagem imaginário criado por mim). Assim, evidentemente ocorreram violações (intencionais e casuais) de conceitos ressonantes; indubitavelmente ocorreram más-observâncias (algumas conscientes, outras não) de alguns preceitos fundamentais; certamente sucederam aplicações (que se justificavam ou que se apresentaram gratuitas) de raciocínios aparentemente bem fundamentados e coerentes, mas que escondiam contradições decorrentes de uma análise insatisfatória de suas fontes originárias; sem dúvida passaram paráfrases mal amanhadas e deturpações de materiais cuja menção é imprecisa; pois que, em diversos momentos desta redação, calhou de eu haver encontrado, em fontes das mais diversas, conjuntos de opiniões (principalmente quando estes conjuntos expressavam idéias que poderiam, potencialmente, entrar em relação de compossibilidade com meus próprios pensamentos) que se harmonizavam perfeitamente ao que eu procurava exprimir e de adaptá-las ao texto, transfundindo-as em outras coisas, outros pensamentos, outras possibilidades de interpretações – reparação que se levanta aqui, não como justificativa, mas como uma espécie de escólio para aqueles que, porventura, possam encontrar deturpados certos conceitos que lhe sejam caros.

Dito isto (e para que possamos finalmente encerrar as dissipações que até aqui compartimos), creio que somente o que se faz necessário, ainda, é tentar traçar mais algumas linhas a respeito de eu haver, tão insistentemente, ao longo desta redação, sobranceado os açodamentos errantes como topologia capaz de nos habituar a viver um espaço onde não há mais centralidade; bem como de dar pistas da relação que acredito existir entre nossa disposição para a erradicação e os movimentos (de excesso, de fausto, de descomedimento, de transviação) de que se engendram os campos artísticos de ação e reflexão – vinculações que, não obstante, tornam-se patentes na medida em que o contexto em que vivemos é, de todo modo, o da mudança perpétua; e neste cenário, segundo posso cavilar, mesmo a arte somente revela algum sentido quando é fruto de uma ação corriqueira, muitas vezes involuntária, de erradicação generalizada; um desarraigamento que não almeje culminância de realização fora do simples movimento de sua perfilhação. Dá-se, então, que, sem pretender transformar em mero procedimento artístico (ou instrumento de perquirição) a atividade migratória de povos e de contextos que escapam à minha

lógica de indivíduo sedentário – visto que, de toda maneira, tal atividade aparece aqui como mera ficção; como mitologia simplificadora da qual me aproveitei para que fossem mais facilmente entendidas as sobreposições (de um universo de pensamentos, sensações, de cultura, de natureza, de instintos, de selvageria, de desanexação) que projetei na polarização que deliberadamente construí entre o que seria o pretense sedentarismo e acomodamento da consociabilidade e o ideário da abertura, da aventura e do desarraigamento do nomadismo –, em sintomia, a catástese do desdobramento deste trabalho partiu simplesmente do ato de pousar o olhar sobre algumas particularidades destes migrantes como posição assumida por quem se autopersuadiu de que tal concentração pudesse, de alguma maneira, sugerir cogitações sobre a atual dificuldade de se viver a prática artística como possibilidade de alteração de contexto, de abandono de situações incontinentes.

Deste modo, pode-se, pois, conceber que o olhar sobre a atividade errante assumiu, nesta análise, não mais do que o papel de um elemento norteador. Assim como todas as coisas que despertam nossa atenção e nos comovem na medida em que se apresentam como possibilidade de desdobramento de parte das contradições e imponderações interiores que nos sub-repassam, assumi esta reflexão como possibilidade artística apenas por acreditar que estas representações pudessem, de alguma maneira, incitar indagações sobre possibilidades de mudança, de renovação, de derrelição de raciocínios irresolutos. E talvez por isso é que, a propósito de especular sobre a relação que acredito ser possível estabelecer entre a entrega aos raciocínios transversais e sinuosamente orientados – que são, segundo sustento, os deflagradores incipientes da investigação artística –, o movimento de desconsideração de fronteiras do errante e a realidade dispersiva, o espírito inquieto e a existencialidade intercambiável que ainda se pode notar no indivíduo socialmente acomodado que espelhamos, procurei dar indícios de que, em certo sentido, o poder misterioso das impressões subjetivas que podemos reter do ato de deslocar-se não revela seu fundamento somente na vinculação, acidental ou intencional, proporcionada pelo conhecimento de pessoas novas, pelo convívio em diferentes paisagens; não se manifesta apenas nas condições de inscrever-se em novos contextos, de adquirir coisas originais, de pesquisar situações inusitadas; não simboliza também morar no contentamento de se alcançar uma finalidade, na compensação de satisfazer um desejo irrequieto de acumulação de informação. Mas se estabelece, precipuamente, na entrega incondicionada às novas vivências, na remodelação orgânica de nosso imaginário e de nossas fantasias; na integração irrestrita da pluralidade das distintas matérias de indagação que eviternamente nos afetam; no redescobrimto das propriedades dissimétricas que compomos no somado total da existência que cumprimos; no anelo de sentirmo-nos ao mesmo tempo apartados e unos de tudo; no inquieto questionamento dos princípios de consciência e personalidade que acatamos na realidade comezinha que

sobrelevamos – motivações a que, conforme suporte, os indivíduos, ao mesmo tempo nômades e sedentários que alegoricamente representamos, devem procurar cultivar e organizar em toda sua complexidade (sobretudo no reunido das experiências ordinárias a que nos entregamos).

Ademais, também ao passo que me cabe engenhar, subjaz que o raciocínio motivado pela atividade de arte é, em primeiro lugar, uma faculdade de empreender coisas; uma possibilidade de agir, de mover-se, de fazer tudo quanto existe ou possa existir (de natureza corpórea ou incorpórea) de uma maneira independente e incondicionada; e, sobretudo, de estabelecer-se relações objetivas ou profundamente simbólicas através do pensamento, da ação, do processo sensorial e da atividade mental. Dito de modo equivalente, para além da manipulação dos aspectos formais que constituem a finalidade da grande maioria das investigações no campo artístico, a experiência com a arte é concentração do espírito sobre o material constitutivo da personalidade humana, suas representações, idéias, sentimentos e sobre as intuições que podemos ter a respeito da relação orgânica que estabelecemos entre os temas dos quais evoluem nosso pensamento e os materiais e ações que configuram as etapas deste pensamento. E é com isto posto que se pode também exclamar que (ainda que isto não tenha, até aqui, sido apontado com mais veemência) a grande maioria das fundações que aqui expus fincaram-se sobretudo no assentimento de que quando estamos envolvidos com a espécie de raciocínio – aberta, divagante, estruturada por uma sobreposição incessante de imagens, sons, sensações e pensamentos transversais – que o campo da arte suscita, já nos encontramos próximos da aceitação (quaisquer que sejam os riscos e dificuldades que estejam implicados) da idéia de que o próprio universo é provisório, que a pretendida estabilidade nada mais é do que um episódio fugaz e que somente o que ainda se mostra definitivo é, de fato, a transformação, o movimento – outra ocorrência a que dou pleno consentimento; e mormente porque acredito que, movido pela vontade de compreender, mas não apenas através do raciocínio linear, o campo artístico seja, no bioma das ciências humanas, aquele que promete ser o mais fecundo no intuito de alterar a percepção para mostrar a realidade de maneiras distintas.

Manifesta-se, outrossim, que qualquer aspecto ou feição de um pensamento motivado pela arte (ou por quaisquer outros procedimentos instáveis e não funcionais), entreabre a existência de uma porção abscôndita, clandestina, desarrazoada, entrópica, desviante e heteróclita, da essência dos indivíduos. Passa-se, ainda, que, malgrado qualquer genealogia cultural da obra de arte; dos estereótipos de circunscrição da atividade artística; dos logros formais de contentamento estético; e das ideologias redutoras de alguns sectários que qualquer modalidade artística (ou qualquer expressão contingente e irresoluta) é, em princípio, uma prática de subjetivação; um exercício de por em contraste as experiências externas, gerais, universais; uma tentativa de, por intermédio de uma percepção física, desmontar mecanismos inconscientes e abrir horizontes inesperados na maneira com que percebemos a

realidade – enunciações que se alavancam, porquanto, também conforme suponho, as capacidades cognitivas que possuímos (quaisquer que sejam as formas que se nos afigurem) estarão sujeitas a uma maior turbacão, um abalo afetivo e moral de intensidade crescente, na razão proporcional em que forem despertadas por um estardalhaço que se apresente não acabado, não planejado, não sintético, inopinado, invernáculo, adventício, fracionado, vago, obscuro e, sobretudo, irresoluto. E assim sendo, para que não opere apenas como redutora a instâncias arreigadas e sim como franqueador pluridimensional da consciência, acredito que a investigação artística não deva fundar-se (sob pena de perder-se na especificidade de leis particulares) em funções autoritárias normativas, em desvios narcisistas, em categorizações dogmáticas ou em meras oposições sistematizadas a leis gerais de valor – até porque, ao passo que posso forjicar, ainda que tais penhores demonstrem-se baseados em posições pessoais equivocadas, não imagino que deva ser função da arte ou de qualquer outra modalidade especulativa, acatar categorizações ou subdivisões, tornar-se gramática para falar das coisas mais evidentes, visíveis e explicadas, ou mesmo aceitar paradigmas alegóricos para tentar revelar o invisível através da representação.

Deste modo – e, no que diz respeito ao interesse que tenho pelo campo da reflexão artística, essa é, para mim, hoje, a assertiva de maior valor ou interesse de toda esta catervagem de divagações –, se a arte (que cada vez mais assiduamente é tomada em termos, muitas vezes displicentes, de arte pela arte, arte-terrorismo, arte-entretenimento, arte-militância etc.) não for capaz de mover-se para longe da realidade; de dar origem à separação das veracidades; de efetuar erradicação das concretudes; de descortinar novos palcos; desdobrar novos aspectos significativos; transportar-se para outros contextos, outros espaços vectoriais; de se mostrar abarcante; de anular os princípios de objetividade e transformá-los em outra coisa; de desprender-se do sujeito e desafiar os princípios, preocupações ou atividades diárias e rotineiras que acatamos mansamente; deixará de ser uma via aberta para o horizonte alargado da reversibilidade dos pólos de nossas múltiplas dualidades. Consideração que, estou ciente, segue na esteira das discussões, que atualmente têm sido travadas acerca da potencialização da experiência artística como criação de ilusão – e até mesmo da subordinação, e possível aprisionamento, da arte pelo real (e falo aqui, sobretudo, das teorias controversas de Jean Baudrillard) – ; mas que, acredito, constrange-se, de fato, indispensável de ser remontada, porquanto o pensamento acionado pela arte (quando nos afeta e consegue criar um distanciamento, um outro cenário, uma outra dimensão, um mundo alternativo, um multiverso paralelo) desafia nossos princípios de razão, lógica, realidade e constitui (a despeito da afetação das discussões meramente formais que impregnam as reflexões no campo artístico), possivelmente, um dos tópicos contemporâneos, onde mais freqüentemente podemos abandonar o raciocínio linear e utilizar-nos da transposição de fronteiras na elaboração das considerações basilares que eviternamente nos assolam. E talvez daí a convicção de que a investigação

alotrópica que lucubramos (na medida em que é estatuto que nos abre para a consciência de que o mundo em que estamos está vivo tanto em sentido biológico quanto semiológico e precisa tanto da repetição quanto da novidade, tanto da solidez quanto da fluidez, tanto da imobilidade como da fuga, tanto do programado quanto do acaso, tanto da duração quanto da mutabilidade; e que é enunciado também capaz de elaborar uma ciência nômade que ao mesmo tempo que se põe em marcha para o cruzamento com outras ciências do conhecimento humano, abre-se para estas ciências e se oferece como ponto de encontro de discussão e reflexão), nos conduz à absorção do mundo que nos é circundante, bem como sua integração à composição da personalidade que nos é imediatamente atinente.

Desta feita, se pode, por fim, exclamar que, elaborado como uma seqüência de digressões transversais (matrizes de evasivas fragmentárias onde o sentido das partes não fez mais do que apenas apontar interpretações divergentes na estrutura do todo), o que esta redação parece, em última instância, ter agonizado por compor é que é somente acionando-se a parcela nômade que guardamos domesticada no quadro de nossa condição principal – e tendo-a como guia em vez de obedecer ao jogo das organizações dogmáticas – que nos desobstruímos da sensação de desequilíbrio ante os compromissos de residência e padronização; que sentimos o fio da trama da existência nos revelar que há em toda parte, na terra, no cosmos, nos pensamentos e nas pessoas, laços que os unem em comum; e que, conseqüentemente, nos abrimos à possibilidade de descobrir que nas conjunturas típicas de nossa humanidade expressa-se toda a essência das coisas. Quanto ao que ficou por dizer, sem tentar encerrar, ou mesmo alcançar, os problemas tão imensamente gerais e difíceis que relatei, mas na expectativa sincera de que os esbanjamentos simulados possam ter penetrado (ou, ao menos, tangenciado) algumas particularidades das questões agitadas, somente espero que daqui fique são as também lacunosas assertivas de que (mesmo que seja como mera fuga da plasmação progressiva que a concepção degenerada da razão nos promete) o que o conjunto de aspirações desarranjadas e heteróclitas que foi aqui apresentado, sobretudo, nos insta, é a nos deixarmos surpreender pelas situações da vida e incorporarmos o mistério à elaboração de nossas derivações; a nos empurrarmos em outras direções e nos tornarmos capazes de circular pelo conhecimento como um nômade que, em jornadas periódicas ou irregulares, abandona solos desgastados e pouco produtivos e intenta escapar de sua própria incontinência – buscando assim, dados (concretos ou não) nas demais humanidades, não para o mero representar objetivado, mas para um estar atento as questões mais eminentes da realidade que nos assalta.



## 5.

TANTO DE AREIA EM MEUS OUVIDOS \*  
*Maria Helena Bernardes*

Nós decidimos sair a caminhar por praias e cidades que ainda não conhecíamos muito bem, mas que estavam ligadas à paisagem sul de nosso estado, que, como se sabe, é marcada por campos amplos, planos, vazios e, também, isso poucos se lembram, compreende a região litorânea dos areais. Escapavam à nossa perambulação os areais do litoral norte, gradualmente desaparecidos da reta de mar marrom que costeia o estado, extensão ventosa e de águas frias, mas que, ainda assim, atrai à sua margem grande número de pessoas que vêm se expor ao sol e ao vento com seus laços de areia. Como se vê do alto, por avião ou por imagens de satélite, ressalta-se nesse trecho a reta voluntariosa de construções aglomeradas, casas erguidas sobre o seco e sobre o charco, varrendo cômodos e areias movediças que conformavam, no passado, o areal do norte. Não raro, há casos em que as dunas retornam e as casas desaparecem mansamente sob a areia, entre um veraneio e outro de proprietários aos quais restará, à chegada, confrontar-se com a perda total, sinistro enunciado pelas apólices de seguro que porventura tenham feito os que ousaram construir fora do território demarcado pelas antigas casas de madeira, igualmente arbitrárias, mas, contudo, fortes, conhecedoras de uma beira-mar desbravada há tempo, quando os areais dominavam esse território. Quadradas, plantadas na planura, essas casas remontam a veraneios isolados, desprovidos de água corrente e eletricidade, trajetos duros, percorridos desde a cidade por carretas e, logo mais, por carros escuros, de faróis volumosos, que terminavam também por se atolar na areia - como as construções de hoje em dia que desaparecem tranqüilamente diante da conformidade dolorida de seus donos - tempos de onde provém o hábito de se conservar as fachadas marrons bloqueadas por tampões inteiriços durante nove meses ao ano, vedando as aberturas contra o sal que, por fim, terminará por corroer parcialmente os utilitários domésticos, animados no verão e letárgicos no inverno.

Preferíamos caminhar ao Sul, onde reaparecem as elevações de areia costeando o oceano, de um lado, e o inconcebível volume de água da Lagoa dos Patos, de outro. Atraídos pela faixa estreita de terra que se interpõe entre “o mar de fora” e “o mar de dentro”, como dizem por ali, iniciamos nossa perambulação

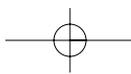
por essa zona, ampliando-a para a cercania de campos horizontais que se prolongam rumo ao interior do estado, a se perderem de vista, diluindo, na distância, os aglomerados de casas, postes e antenas.

*Em trânsito.* Assim definíamos o compromisso que assumimos um com o outro, de sair em determinado dia de cada mês, tomando a estrada sem rota definida, mas, também, não sem certo medo, vencido por um último relance de olhos em direção à paisagem de origem deixada para trás. Tantas idas e vindas, pensávamos, talvez pudessem minimizar o caráter absoluto daquela paisagem originária, relativizá-la, absorvendo-a com o tempo à terminologia da viagem: ponto de partida, ponto de chegada, ponto de repouso; a paisagem de nossas vidas cotidianas lançada em rota de deriva, como tudo o mais que é sujeito a um estado de trânsito, terminaria ela também por se converter em direção.

Ao que parece, tal vocação para deambular é pulsão impregnada no tecido humano, tendência a vaguar por periferias, praças, mercados e calçadas, meter-se a esmo por frigoríficos e canteiros de cidades estranhas, ou ainda, nos estados de trânsito a que nos propusemos, sair em busca de longínquas beiras de praia que custavam metade da jornada para serem alcançadas e que, não obstante, eram abandonadas após poucas horas de conversação intensa à beira-mar; trânsitos desestabilizados pelo soco de grandes deslocamentos em um só dia, já que tudo deveria estar encerrado ao cair da noite, ou a tempo de retomarmos o caminho de casa para lá estarmos antes que o dia seguinte apontasse - pois havíamos atempado que cada trânsito não ultrapassasse o intervalo de uma jornada, sob pena de nossas casas e bairros serem também projetados para uma lateralidade irreversível em nossas vidas, tal como a visão que um viajante tem da estrada noturna, cortada pela aparição súbita de um aglomerado organizado de casas, imagem remota e vizinha, dormente sob a iluminação fraca da estrada, a que se sucede, ao cabo de algumas horas, a rota novamente ensolarada e a solidez reconfortante dos postos de abastecimento.

Destacada como uma ilha de luz em meio às avenidas largas de Rio Grande, tomadas pela noite precoce de junho, a pequena loja de conveniências no espaço do posto iluminado organizava o final de um dia em trânsito. Vínhamos do outro lado da barra da Lagoa dos Patos e o único táxi circulando naquele dia em São José do Norte nos havia levado à praia do Mar Grosso, pois nosso tempo era curto ainda que houvéssimos levantado cedo e tomado a balsa pouco após descer do ônibus, deixando Rio Grande para trás e cruzando a lagoa até o outro lado, onde estava o taxi, uma caminhonete Rural trôpega e atacada pela ferrugem, sinal de que nos aproximávamos da beira-mar.

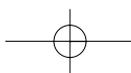
O *Norte.* Assim se identifica, naquela região, o pequeno município açoriano plantador de cebola de São José do Norte, que se opõe ao porto de Rio Grande. Não fosse a interrupção da barra da Lagoa dos Patos, as praias das duas cidades seriam uma só, seguindo, a partir de Rio Grande, sua rota

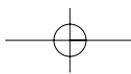


em direção ao fim - se concordarmos que o país termina no extremo Sul onde vai despontar o Chuí, o que parece plausível, pois impróprio seria supor que o país começasse naqueles confins de vento e nada. A meio caminho da barra do Chuí, o viajante atravessará o Hermenegildo, onde o mar arrastou cercas e rodou postes, emborcando sobre a areia, na manhã seguinte, casebres de veranistas vindos de Santa Vitória do Palmar para banho e pesca no Balneário Vermelho. “Foi a ressaca”, é o que contam ter se passado ali há anos, e, desde então, os detritos permanecem espalhados no trecho de praia onde se comprime o que restou das casas, instaladas em meio à vastidão plana que vem do Chuí. Escombros que assim permanecerão por tempo indeterminado, pois de nada adiantaria reerguê-los se o mar voltará um dia para redistribuir bonecas e fogões pela areia; mais sensato é estenderem-se lonas sobre o que restou das casas, tetos pretos tremulando ao vento, abrigando banhistas que, eventualmente, ainda saem à procura de objetos perdidos entre barricadas improvisadas junto ao mar.

Por essa beira-mar, que leva do Rio Grande ao Chuí, antes de surgirem as atuais estradas continentais, seguiam caravanas de viajantes e cargueiros até o Uruguai, enfileirando-se carros de passeio prevenidos de viajar em comboio e que, ainda assim, inaugurariam o novo cemitério de automóveis que veio somar-se ao antigo cemitério de barcos, ambos colaborando para tornar conhecida essa costa onde se vêem emergir da areia uma ponta de mastro aqui, uma capota de carro acolá, pontilhando a tranqüilidade da faixa branca que segue, ainda hoje, a instigar viajantes a lançarem-se em sua vastidão, motorizados ou mesmo a pé, rumo ao horizonte, sempre baixo e disponível aos olhos. Em que pesem a existência das novas estradas, a marcha infinita insinua-se ainda como empresa cobiçada no espírito de certos viajantes que ali subitamente se descobrem andarilhos, a planura oferecendo-se-lhes à mecânica simples de um pé após o outro, numa marcha ávida de ganhar a vastidão metro a metro, de seguir tranqüilamente, mãos livres e passos largos pela extensão batida.

“É fácil”, é que o dizem as pessoas dali, “a beira-mar é a melhor de todas as estradas, basta seguir a reta” e essas frases vêm seduzindo visitantes ingênuos há décadas, tudo é fácil, tudo é possível, especialmente se há sol, se a maré está baixa, se o tempo está calmo, se a temperatura está alta. O que os litorâneos por vezes omitem é o quão bruscamente tudo muda por ali, as nuvens que surgem do nada, a maré que sobe de um lado e a lagoa que desce de outro, reencontrando-se, água doce e salgada, em uma colisão de ondas que rapidamente faz submergir a praia. Sem orientação e sem costa, desanimado pelo vento gelado, o andarilho procurará o abrigo das dunas e aí começará o processo que dará na convocação do corpo de resgate mais próximo, se, por sorte, o viajante vir reavivar-se o telefone portátil quase lançado ao mar em momentos de arrependimento, frio e pavor. Jipes, caminhões e helicópteros são acionados somente em casos mais sérios, pois nessa região a ajuda vem





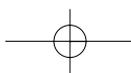
de longe; se não, partirão em socorro pescadores experientes, porque atracar nessa área é difícil e, por vezes, para se alcançar as dunas, convém cortar caminho pelos campos costeiros, pampas isolados, disputados no passado por brasileiros e castelhanos que cavalgavam à pena por ali, lançando sinais falsos de luz para embarcações perdidas que, em busca de farol, vinham dar nos bancos de areia: mais corpos para o cemitério de barcos, saqueado por cavaleiros de beira-mar que lutavam para demarcar esses “campos neutrais”, campos do nada entre águas, resistentes a limite ou posse, temidos por gaúchos de todos os lados e fronteiras.

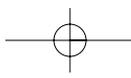
Naquele dia, em São José do Norte, seguimos com o taxista da Rural até o balneário do Mar Grosso, tendo, antes de sair, perguntado a uma moça do vilarejo se era longe e se era bonito. “Longe eu sei que é, mas bonito não posso dizer, porque nunca fui”, nos olhamos surpresos diante daquela passividade, um deixar-se estar que pode durar uma existência, a moça quedando-se em um cantinho, jeito curioso que o pessoal dali tem de levar a vida, de não cruzar a barra, de não tomar a estrada, de ser litorâneo, mesmo desprovido de praia. Na saída da vila, as casas protegiam-se da areia acumulada no fundo dos terrenos, contida por cercas de madeira, já ultrapassando a altura dos telhados. “Ela sempre volta, a areia”, dizia o taxista tranqüilamente, enquanto tomava a estrada de chão batido que levava ao Mar Grosso, a uma dezena de quilômetros dali.

As horas na praia: o movimento circular do táxi ao retomar a estrada; a corrida de dois pescadores para instalar uma churrasqueira na areia; o cachorrinho que apareceu e desapareceu de uma hora para outra; o siri emaranhado na rede de pesca.

*O táxi.* Após um alargamento do que vinha sendo a estrada, tendo passado entre dois cômodos, a beira-mar estendia-se livremente até o horizonte de ambos os lados, decretando-se, assim, o final da estrada e o início da praia, existentes sobre a mesma areia, o que dificultava precisar o ponto em que elas se separavam. Ao descermos, o motorista partiu com o táxi em marcha decidida, afastando-se em direção ao mar em linha reta, como quem visa um novo alvo e, quando nos perguntávamos se ele iria parar em algum momento, progredindo em ritmo moderado, porém uniforme, iniciou uma grande curva para a esquerda, muito larga, porém exata, interminável, como se contornasse algo invisível que, deixado para trás, finalmente permitiu-lhe retomar o longo trecho de volta, vindo reto em nossa direção e acenando para os dois passageiros que haviam acompanhado, com um giro circular de cabeças, seu volteio caprichado sobre a areia.

*Os pescadores.* Dois homens sem camisa ignoravam o vento gelado e discutiam encostados a uma construção isolada. Passados alguns instantes, os homens partiram correndo em direção ao mar, passos curtos sincronizados, carregando, a quatro mãos, uma churrasqueira portátil que levaram até um ponto



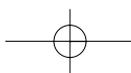


qualquer da praia, parando ali, por um momento, para, rapidamente, retomar a corrida, recuar até outro ponto e colocar a churrasqueira no chão e, tendo discutido brevemente após olhar ao redor, reiniciaram a corridinha em direção a um terceiro ponto, em nada diferente do primeiro, nem do segundo, mas que fechava o triângulo de locais possíveis para se fazer um assado à beira-mar. Esse último ponto parecia bom, indicavam seus sorrisos e, também, o fato de haverem depositado definitivamente a churrasqueira sobre a areia, exposta ao céu e ao horizonte visível por todos os lados. Eles pareciam tranqüilos, embora não se pudessem ouvir suas vozes por causa do vento.

*O cachorro.* Rumo à direção Norte, caminhávamos pela praia deserta sob a luz da tarde, já inclinada àquela hora, quando nos deparamos com um transeunte, um cachorro que havia surgido de lugar nenhum, e, como a praia não tinha cantos, nem curvas, o cachorrinho de pêlo branco-amarelado pareceu materializar-se à nossa frente de um instante a outro, pulando sobre as patinhas em sinal de contentamento e mocidade. 'Solito', (como teriam dito os pescadores, se o vissem), mas sem refletir nenhum traço da desolação circundante, abanava vivamente o rabo, contente junto à água e, sendo o único a nos dar as boas vindas, pegamos a câmera e fizemos uma fotografia rápida, o que foi uma sorte, pois, em instantes, ele já não estava mais lá, e, sem que pudessemos acompanhar-lhe o percurso, desapareceu, rumo ao local improvável, inimaginável, de onde viera.

*A pescaria.* Na volta, quando caminhávamos na direção Sul, passamos novamente pelos pescadores que estavam parados à beira da água, corpos molhados da cintura para baixo. Sua expressão, alegre diante da churrasqueira poucas horas antes, era de pura frustração, agora: a rede, que devia ser grande o suficiente para prover duas famílias, estava reduzida a um montículo drasticamente emaranhado sobre a areia úmida. O mar horizontal, com suas ondas baixas, não transparecia tamanha violência. "Mas foi ele quem fez isso", disseram os homens, "O mar é calmo na superfície, mas por baixo ele é assim", e apontaram para a rede retorcida, onde agonizavam alguns peixes miúdos e um siri. "Ele está vivo?" – "Sim", responderam, arrancando-lhe uma das patas como prova do que diziam. De mãos vazias, deram as costas para a cena inutilizada.

"Não se pode trabalhar aqui" - dizia ele, dando a volta sobre o próprio eixo, como se pudesse apreender com um só olhar os campos arenosos que comprimiam a estrada do Mar Grosso - "Imagina: tu chegarias, eu te deixaria aqui de carro, ficarias exatamente nesse ponto, nesse nada, e eu me iria para outro ponto, também um nada - porque tudo é nada nesse lugar! -, e, ao final do dia, nos reencontraríamos em um outro local, intermediário, e conversaríamos um com o outro, contando como passamos o dia e o que teríamos feito". Ou, então, tempos antes, longe dali: "E se voltássemos às salas desse frigorífico à noite, e se passássemos aqui todas as horas de uma madrugada? Não poderíamos nos mexer, pois há esses buracos enormes, é perigoso andar por aí.

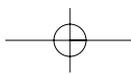


Ficariamos parados, pensando em fantasmas, e, depois, vendo que eles também não viriam, ficariamos olhando o escuro e vendo as horas passarem, todas exatamente iguais, torcendo para que a luz chegasse e nos livrasse dessa noite que escolhemos”.

Eram hipóteses assim que ele lucubrava, abrindo ainda mais os olhos em sinal de perplexidade ou desamparo, enquanto retornávamos a pé pela estrada do Mar Grosso, (pois o taxista da Rural havia desistido de nos buscar, desprezando o que parecia ser um bom pagamento, talvez o único trabalho do dia, quicá do mês). Eram fantasmagorias assim, de igual e inevitável assombro, que nos encaçavam ao final de outra jornada em trânsito, dessa vez em meio aos buracos que vazavam os andares do Anglo, o frigorífico desativado à margem do Canal São Gonçalo, em Pelotas, onde a cidade se interrompe brusca-mente para dar lugar a um só pampa, planura sem fim que eleva, contra o céu, a figura majestosa daquele matadouro onde estivemos imersos, andando em círculos durante uma tarde de maus pressentimentos, e que, finalmente, havia corrido bem e da qual saímos rapidamente, sem olhar para trás, levando a impressão de que algo estivera a um passo de acontecer, algo que voltaríamos a provocar mais tarde com nossa imaginação, já no interior aquecido do ônibus, a caminho de casa, divagando sobre a madrugada temerosa que, por fim, não ousamos passar naquele frigorífico.

“Não deixem de visitar o Anglo, mas cuidado com as câmaras frias!” - e não foi apenas esse passante, que abordamos na praça central de Pelotas, a nos alertar em relação às câmaras frigoríficas do Anglo. Também o homem velho, antigo funcionário do matadouro, havia sido enfático ao nos prevenir do risco de congelarmos lá dentro, possibilidade confirmada por um terceiro morador, cuja mãe, igualmente ex-funcionária, cultivava o hábito de peregrinar até o Anglo nos finais de semana para admirar seu maquinário e recordar a juventude de lida dura, porém confiante no colosso que dava norte à vida de milhares que o punham em funcionamento todos os dias. “Mais de setecentas reses abatidas por turno”, afirmava o velho, ressaltando que, àquela altura, o movimento já começava a decair, se não, seriam mais de mil cabeças diárias, pois os ingleses haviam tudo muito bem calculado antes de se instalarem em lugar assim longínquo e tão pouco britânico, sem prever, entretanto, que o gado das cercanias não seria suficiente para alimentar o gigante, e, por mais que escorresse o sangue e se corresse à Argentina e aos campos do Uruguai, mesmo ali os rebanhos seriam finitos e a natureza não se reproduziria a tempo de evitar que o colosso parasse aos poucos, desativando-se lentamente entre o canal e a vila de operários formada à sua volta, aglomerado de casebres que permanece ali até hoje, como se o Anglo pudesse voltar a despertar algum dia. “É uma pena”, dizia o velho, saído de uma das casas da vila, “o maquinário perfeito, as câmaras frias: tudo parado porque eles decidiram ir embora”.

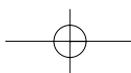
Ninguém por ali parecia saber ou procurar melhor explicação sobre o final do Anglo. “Um dia, eles foram embora”, repetia o zelador, referindo-se

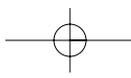


aos ingleses que, aos olhos de todos, se materilizaram em um dia e se desmaterilizaram em outro, construindo e abandonando, em um intervalo de décadas, o império ribeirinho. Relutante diante da máquina fotográfica, o zelador permitiu-nos entrar no matadouro sob a advertência: “Cuidado com as câmaras frias, minha mulher jamais me permite entrar lá!” - o que nos impeliu, imediatamente, a galgar as escadarias em busca de tais câmaras, cruzando passarelas altas que ligavam os blocos do complexo de cinco andares: os pisos intermediários, azulejados, eram pavilhões para corte e escoamento de sangue; os do alto, para estocagem de carne nas câmaras frigoríficas e os inferiores abrigavam o maquinário pesado. Para ver tudo isso, cruzamos pavimentos e pavilhões, constatando, ao cabo de algumas horas, a evidência de que algo estava errado, pois o que disseram os outros não era visível aos nossos olhos, surpreendidos por revoadas de pombas e ofuscados pelo sol que ressurgia ao fim de corredores de breu, por meio de janelas altas, iluminando vastidões de silêncio e ar e nos levando à constatação factual de que nada remanesca ali, de que tudo fora levado, vendido ou saqueado, restando um magnífico oco à beira do pampa, sem motor, sem energia, ou qualquer traço de câmaras frias.

Se antes de corrermos afoitos ao Anglo houvéssemos conversado com o administrador do porto municipal de Pelotas, teríamos compreendido que o frigorífico era mais um dos bairros de certa cidade paralela, refratária a nossos olhos novatos e oculta dentro da outra cidade, aquela que se pode tocar e fotografar. Conduzindo-nos até um antigo barco a vapor atracado ao cais, o administrador desabafava sua inconformidade em relação “àqueles que não sabem valorizar esta raridade, em perfeitas condições de funcionamento”, diante do que calamos, desconcertados pela visão do vapor centenário para o qual ele apontava, devorado pela ferrugem, e do qual avistávamos somente uma parte do casco, pois o restante submergia em rota lenta, rumo ao fundo do canal. Se tivéssemos compreendido e amalgamado a existência dessas duas cidades, habitadas por uma só população, se tivéssemos reunido todas as informações, não teríamos nos surpreendido tanto ao andar de mãos dadas, em uma tarde de maus pressentimentos, em meio ao breu de câmaras inexistentes, cautelosos, rastreado buracos que perfuravam de alto a baixo o esqueleto do Anglo.

Naquele dia, o Arroio Dilúvio parecia deslocado do ambiente conhecido de Porto Alegre, suas margens arrojadas para longe da cidade, enquanto as percorríamos com roupas de borracha acopladas a botas impermeáveis, deslocando-nos, não sem dificuldade, em meio aos passantes e carros da avenida, até o momento em que nos avistamos, na hora combinada, silhuetas largas a caminhar em lados opostos do canal, e em seguida, descendo juntas as bordas cimentadas que isolam o Dilúvio das duas pistas que o acompanham ao longo de quilômetros, ligando leste e oeste da cidade.





Nada em nosso itinerário, nem nas pontes sobre o canal, nem no tráfego de automóveis correndo a poucos metros de onde, mais abaixo, peixes e tartarugas lutavam para permanecer imersos na frustrante escassez de água - e nem mesmo seu aspecto triste e estranho, que observáramos tantas vezes do alto das pontes - nada nesse dia parecia sugerir que habitávamos aquelas imediações, e que, de fato, estávamos tão próximos de nossas casas.

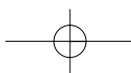
Cada trânsito vivido nos últimos anos parecia obscurecer um pouco mais nossas noções de origem e destino, referências estranhas ao universo por onde se movia essa nova conversa, mantida à pena e com certa ansiedade ao avançarmos pelo leito lodoso do riacho, atentos aos obstáculos do fundo, aos esbarrões de volumes escuros empurrados contra nossas pernas, acostumando-nos, pouco a pouco, com o curso da marcha que se abria à nossa frente e, com o passar do tempo, tranquilizando-nos pelo murmulho suave da corrente e pela luz da tarde que descia até a água, abrindo-se de forma agradável lá em baixo.

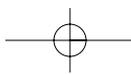
Meses antes, a visão de duas garças pousadas no centro do canal, estáticas e imperturbáveis pelo movimento da avenida, produziu-me uma nota de reconhecimento que imediatamente compartilhei com ele, que, entusiasmado, confirmou minha intuição, alargando-a com sua idéia de roupas de borracha e caminhadas longas, pois, juntos, pressentíamos ter encontrado não o lugar, mas a condição possível para a conversa em trânsito que nos propúnhamos a ter. Sensação similar de reconhecimento à que devem ter tido os dois pescadores do Mar Grosso, quando, finalmente, decidiram depositar a churraqueira no chão, estipulando não o *lugar*, mas a *condição* exata para um assado sobre a areia.

Na vastidão de um areal, lugar é dado irrelevante.

*Não te some!...* - mas pouco adiantava chamá-lo, pois ele já avançava, passos amarrados pelo macacão de borracha, decidido a vencer alguns quilômetros do Arroio Dilúvio como se isso fosse possível sem atolar, submergir ou ter a roupa rasgada por um pedaço de vidro ou lata. Sentíamos-nos potentes com aquelas vestes próprias para pescarias de final-de-semana à beira-mar, mas não projetadas para percursos longos, em canais obstruídos por detritos de todas as ordens, e, para nossa frustração previsível, minha bota terminou por se rasgar, deixando entrar a água fria e acinzentada do Dilúvio, obrigando-nos a interromper a linha contínua do riacho, o que, de todas as maneiras, seria inevitável a essa altura, pois as horas haviam passado e era tempo de regressar, de abandonar a água que agora só refletia a noite, aprofundando-se em escuridão sob as pontes.

Ao longo dos últimos anos havíamos aprendido a derivar por rumos próprios, bifurcando nosso trânsito - método que absorvemos gradualmente às nossas vidas e alimentamos com nossas perambulações em conjunto, base para longas conversas e ponto de entrecruzamento de rotas.

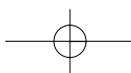




Naquela tarde, em meio ao Dilúvio, ele declarava finalmente sentir-se alheio a condições excêntricas aos estados de trânsito e, frente a tal inabilidade para a fixidez, decidira retomar a estrada em busca das condições necessárias para o projeto que tinha em mente, uma deambulação prolongada para a qual havia reunido alguns elementos móveis e compatíveis com a capacidade de seu corpo: ferramentas para escavar e enterrar doze sacos de algodão fornidos com porções do solo de Porto Alegre e outros tantos vazios, com os quais partiria, preparando-se para enterrar alguns e preencher outros, sempre mantendo a medida de doze sacos com mostras de terra extraídas de cada ponto de um itinerário ainda por definir. Isso era tudo o que sabíamos, até ali, do que ele viria a fazer e, de fato, não se pode dizer que ele tenha feito outra coisa além disso, repetindo e interrompendo ciclicamente a mesma ação ao longo de um ano, detendo-se somente para mergulhar em reflexões e escritos espiralados em torno de uma mesma idéia, buscando esmiuçar o tema que o inquietava, o assunto que ele retomava agora, em meio à corrente fraca do Dilúvio, ao cair da tarde de inverno, antecipando ali o rodopio de uma centena de páginas que emergiriam da deambulação anunciada pela qual ele daria vazão, em gesto e escrita, à sua atração pelos estados de trânsito, à sua pulsão por derivar.

Ele voltaria, então, à estrada do Mar Grosso para escavar e enterrar detritos em suas margens, transportando os doze sacos dali até o Chuí, onde abriria novas covas nas areias negras que se ocultam a dois palmos da superfície clara daquela praia. Ele retornaria, em seguida, em direção ao Norte, alcançando as casas reviradas pelo mar do Hermenegildo, reencontrando a cena de tijolos, camas e barricadas espalhados pela praia, visão que tanto nos perturbava no passado e que ainda se conservava intocada, escombros que voltam a ser ocupados no verão como se ainda fossem casas, bastando esticar-se-lhes uma lona preta por cima; tudo segundo o mesmo princípio de conformidade que impede, em São José do Norte, que a moça litorânea caminhe até o mar, a mesma conformidade que autoriza o taxista a abandonar seus passageiros na praia ou que denuncia que a areia ultrapassará, de qualquer forma, o nível dos telhados; conformidade que, finalmente, leva a um dar de ombros às redes que batem inutilizadas na praia.

Do alto do jipe, ferramentas no chão, ele percorreria com os olhos a paisagem estreita entre as lagoas Mirim e Bandeira, niveladas à altura do pasto circunvizinho, extensão de azul e verde seccionada pela estrada junto à qual ele estacionaria para escavar o asfalto do acostamento tórrido sob o sol de verão. Depois de fornecer alguns sacos e enterrar outros tantos, depositando-os no abrigo desse longínquo trecho entre-águas, ele seguiria viagem observando, ao longe, as dunas que transbordam seus domínios para vir branquear parcialmente os campos, açorear banhados e tornar impraticável a vida de quem trilha o caminho de chão que surgirá mais ao norte sob a alcunha belevolente de “Estrada”, por muitos dita “do Inferno”.



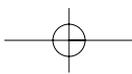
Ele iria buscar a fronteira de Sant'ana do Livramento (ou simplesmente 'Santana' para os que a conhecem de perto) e certas beiradas de estrada que existem aí e em toda a parte, mas que lá acompanham um campo que se eleva em cerros magníficos, surgidos do nada, tão amplos e geométricos que se poderia cavalgar sobre o plano de seus cimos. No ponto em que ele deixou para trás os sacos bem enterrados e imperceptíveis na paisagem – uma comunhão de extratos de areias brancas e negras, resíduos de pedra, asfalto, pasto e cimento, originários de tantos lugares – era desse ponto em diante que se podia divisar, isolados, aqueles cerros gigantescos, e, tomada a distância infinita que se abria dali, apreender com um só golpe de vista seu início, seu meio e seu fim.

Ele percorreria as linhas de trem desativadas de Cacequi, barrancos formados por uma erosão trivial em Santo Ângelo e bosques reflorestados de Taquara, perseguindo certas origens ou simplesmente buscando o apoio humano necessário para dar seqüência ao movimento deambulatório que ele inventara, mas que, por vezes, o amedrontava.

Ele descansaria nas areias brancas de Rosário do Sul, que cortam largamente o pampa fazendo a alegria da cidade aonde acorrem, na temporada de verão, uruguaios e brasileiros, em ruidosos finais de semana bilíngües regados a bebida gelada, em noites amenas à beira-rio. A caminho de casa, ele passaria pela paisagem lunar de Arroio dos Ratos, de lá trazendo pedras de carvão, e não resistiria ainda a ir a Tapes para contemplar a dimensão oceânica e serena da Lagoa dos Patos, impregnando os olhos, pela última vez, do horizonte inocultável que o acompanhou ao longo daquele ano.

Em Tapes, ao cobrir o último buraco com a areia molhada por marolas aportadas pelo vento da lagoa, ele decretaria a interrupção do movimento que começara há um ano e que poderia ter tido, como final, um ponto qualquer, ou, ainda, não ter tido fim, uma vez que a automaticidade era a única mola a impeli-lo neste itinerário, pois o que ele deveria fazer – cavar, enterrar e transportar – já havia sido feito desde o primeiro momento daquela viagem, desde a primeira escala de um percurso continuado com base exclusivamente na paridade entre mover-se e restar quieto, equivalência tão bem sugerida pelo movimento das dunas que, segundo pesquisadores, percorrem cinco quilômetros por dia ou cento e cinquenta quilômetros por mês e, assim, sucessivamente, sem jamais lograr sair de seu areal.

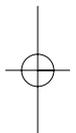
Ele retomaria, por fim, o caminho de casa, enterrando em Porto Alegre as doze porções de solo, cada qual provinda de um lugar por onde havia passado, em buracos que haviam permanecido abertos desde a primeira escavação e que, durante um ano, estiveram à espera das porções heteróclitas recém chegadas, o que não resultava, necessariamente, em alteração factual, pois, afinal, não passavam de terra de um mesmo planeta, de modo que, tudo o que ali se misturava, e que em pouco tempo se desintegraria, era o mesmo que já existia antes – e pensamentos como esse são cansativos, porém inevitáveis após tanto esforço e peregrinação para se ter, ao final, o piso refeito, a sala em ordem, as luzes apagadas e as chaves entregues.



Em meio às águas do Arroio Duro, em Camaquã, alguns meses mais tarde, ele se interrogaria sobre o desfecho inconcluso de sua peregrinação: o pouco tempo passado desde lá teria sido suficiente para fazer desaparecer os sacos soterrados e apagar as marcas indistintas do chão? Estava agradável ali, em meio ao riacho; amigos nos acenavam de longe, mas já não poderíamos estender muito mais a conversa, pois agora, a água só refletia a noite, aprofundando-se em escuridão sob a ponte. Ao passarmos junto a um dos pilares, seu pé resvalou em uma reentrância que parecia não ter fim.

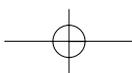
“Vamos embora”, disse ele.

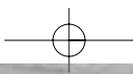
Sobre a areia seca da margem, nos abraçamos, sorrindo.



---

\* Para André Severo: “Eu preciso de uma terceira mão, como um pássaro que os outros não fazem adormecer. É preciso que eu ouça os galopes vertiginosos sobre os pampas. Tenho tanta areia em meus ouvidos que não sei, aliás, como poderei aprender sua língua” (*Les champs magnétiques*, de André Breton e Philippe Soupault).





## NOTAS

## [CAPÍTULO 1] Porção nômade

<sup>1</sup> DEL VALLE, Agustín Basave. *Filosofia do Homem*. São Paulo: Editora Convívio, 1975. Para Basave del Valle, o homem é um peregrino do absoluto; um caminhante angustiado que, quando a caminho, sente ineludivelmente todos os perigos do caminho; bem como sua própria fragilidade como caminhante. Tal condição – que, segundo o autor, cerca e acompanha todos os fatos e situações que são essenciais à natureza do humano – é o que leva o homem ao vago, ao inconcreto, ao indeterminado; é o que aumenta seu sentimento de angustura e o coloca diante de um nada, da inanição, da insignificância e da veemente negação da realidade, da transcendência espiritual e da própria existência.

<sup>2</sup> MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

<sup>3</sup> Idem nota 2. Encontramos em Maffesoli a indicação de que as diversas formas contemporâneas de nomadismo são o que se pode chamar de uma errância psicogeográfica. Circunstância que nos leva a representar, nos diversos momentos de nossa marcha existencial cotidiana, uma dinâmica de exílio e reintegração capaz de unir a multiplicidade arcaica dos fluxos migratórios que alicerçaram a sociedade em que hoje atuamos, com o pluralismo dos agrupamentos sociais, festivos, musicais, artísticos, econômicos nos quais, como nômades modernos, ensaiamos a fuga da acomodação e da limitação da vida socialmente compartilhada.

<sup>4</sup> Idem nota 2.

<sup>5</sup> Idem nota 1.

<sup>6</sup> ALLPORT, Gordon W. *Personalidade*. São Paulo: Editora Herder, 1966. Segundo Gordon W. Allport, nunca encontramos a personalidade separada de alguma situação. Sempre que agimos ou falamos, precisamos decidir onde é que estamos, o que se espera de nós, o que devemos evitar, o quanto de nós devemos revelar, ou quais são as regras do jogo. Fazemos tudo isso automaticamente, e nossas personalidades variam de acordo com isso.

<sup>7</sup> Idem nota 2.

<sup>8</sup> Refiro-me aqui, sobretudo, ao behaviorismo: teoria e método de investigação psicológica, predominante no início do século 20, que procura examinar do modo mais objetivo o comportamento humano, concentrando-se no comportamento externo e desautorizando qualquer referência a processos mentais internos.

<sup>9</sup> Idem nota 2.

## [CAPÍTULO 2] Condição transitória

<sup>1</sup> BORGES, Jorge Luis. *A história da eternidade*. Obras completas vol. I. São Paulo: Editora Globo, 2000.

<sup>2</sup> Segundo a física relativista o *continuum* é entendido como uma série longa de elementos numa determinada seqüência, em que cada elemento difere minimamente do elemento

subseqüente; daí resultando diferença acentuada entre os elementos iniciais e finais da seqüência.

<sup>3</sup> TARKOVSKI, Andrei. *Esculpir o tempo*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

<sup>4</sup> Segundo Paul Davies, físico teórico no Centro Australiano de Astrobiologia da Universidade Macquarie, em Sydney, na concepção física de um universo bloqueado, por exemplo, *afirma-se* que toda a eternidade estaria contida e disposta em um bloco composto pelo tempo e pelas três dimensões do espaço. O tempo seria, portanto, a partir desse conceito, um compacto onde passado, presente e futuro seriam igualmente reais e indissociáveis, suscetíveis, inclusive, de serem inteiramente mapeados.

<sup>5</sup> ARENDT, Hanna. *A vida do espírito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará., 1995

<sup>6</sup> DEL VALLE, Agustín Basave. *Filosofia do Homem*. São Paulo: Editora Convívio, 1975.

<sup>7</sup> Creio que cabe salientar que o raciocínio edificado na oposição de que trato aqui, e que muitas vezes inabilita nossa compreensão do movimento responsável pelo equilíbrio entre fatores, muitas vezes apenas aparentemente polares, pouco tem em comum e, portanto, não deve ser confundido com o chamado “princípio da contradição” da filosofia aristotélica e suas interpretações ontológicas, lógicas e metalógicas; tampouco com as asserções de Hegel que indicam que a contradição é uma das bases da realidade; ou ainda com alguns outros autores que declararam que no princípio clássico da contradição cumpre adotar princípios dialéticos distintos.

<sup>8</sup> RUSSELL, Bertrand. *ABC da relatividade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.

<sup>9</sup> Idem nota 5.

<sup>10</sup> MONTAIGNE, Michel Eyquem. *Ensaio vol. 1*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Hucitec, 1987

<sup>11</sup> MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Segundo Edgar Morin, a Ciência – a despeito dos cientistas burocratizados pelos moldes clássicos do pensamento compartimentado (que se fecham, impedindo o urgente entrefecundamento onde as diversas ciências físicas, biológicas, humanas poderiam se fundir e concorrer para conceber a origem e a natureza de nosso universo) – além de considerar a complexidade do real, deveria passar a considerar sua própria complexidade e a complexidade das questões que levanta para a humanidade.

<sup>12</sup> Idem nota 6.

### [CAPÍTULO 3] Entrecruzamento de fronteiras

<sup>1</sup> O vocábulo “determinismo” é usado aqui em sua abrangência como conceito filosófico; como princípio segundo o qual, por rígidas relações de causalidade e leis universais que excluem o acaso e a indeterminação, todos os fenômenos da natureza estão ligados entre si; de tal forma que tudo no universo, até mesmo a vontade humana, estaria submetido a leis necessárias e imutáveis, o comportamento do indivíduo ou grupo estaria totalmente predeterminado pela natureza e mesmo o sentimento de liberdade não passaria de uma ilusão subjetiva.

<sup>2</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano*. São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

<sup>3</sup> Foi em *Humano, demasiado humano*, que Nietzsche, sob influência de Schopenhauer, fez uso pela primeira vez da forma do aforismo como fundamento para o estilo fragmentário e assistemático de uma escrita filosófica que, utilizada de absolutamente pessoal, acabou por se tornar marca de seu pensamento.

<sup>4</sup> SANTOS, Milton. *O país distorcido*. São Paulo : Publifolha, 2002.

<sup>5</sup> LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?* São Paulo : Editora 34, 1996.

<sup>6</sup> Em um resumo pouco aprofundado, pode-se entender entropia como certa medida de variação, imprevisibilidade ou de desordem em um sistema; lógica multidimensional como o princípio que, diferentemente da lógica formal clássica, atribui um *vetor* de verdade, ao invés de apenas um *valor* a determinado fato; física ondulatória, ou física quântica, como um conjunto de teorias que incluem os fenômenos de origem quântica em sua formulação; e mecânica quântica, como uma teoria não relativística – ou seja, que não se atém à visão epistemológica que afirma a relatividade do conhecimento humano e a incognoscibilidade do absoluto e da verdade, em razão de fatores aleatórios e/ou subjetivos inerentes ao processo cognitivo – e que descreve a mecânica de sistemas atômicos e subatômicos cujas dimensões tornam relevante o *princípio da incerteza de Heisenberg*, segundo o qual a medição precisa de uma quantidade observável produz forçosamente incertezas no conhecimento dos valores de outras quantidades observáveis.

<sup>7</sup> Sobre este assunto, sugiro *Ciência com consciência* de Edgar Morin; livro em que o autor procura oferecer, através da confrontação de paradoxos como ordem/desordem, parte/todo, singular/geral, os fundamentos de um novo paradigma complexo, em oposição ao paradigma clássico da simplificação, capaz de ampliar os horizontes da explicação científica, tanto nas ciências físicas e biológicas como nas sociais. MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>8</sup> A lógica paraconsistente, modelada através da lógica multidimensional, em epítome, é um modo de pensar onde se atribui um vetor de verdade, ao invés de apenas um valor, a determinado fato. Como uma das alternativas à lógica aristotélica é desenvolvida para compreender contradições e realizar operações com ela. Seu aparecimento data de 1963 e ocorreu com um trabalho do lógico brasileiro Newton da Costa sobre a “lógica para sistemas formais inconsistentes”.

<sup>9</sup> O conceito de conjunto Fuzzy foi introduzido em 1965 por Lotfi A. Zadeh (Universidade da Califórnia, Berkeley). Zadeh observou que os recursos tecnológicos disponíveis eram incapazes de automatizar as atividades relacionadas a problemas de natureza industrial, biológica ou química, que compreendessem situações ambíguas, não passíveis de processamento através da lógica computacional. Os conjuntos que constituem o Fuzzy levam em conta a capacidade humana de associar um grau a determinado objeto sem compreender conscientemente como se chega a ele – muito quente, um pouco frio, mais ou menos jovem, muito alto, pouco velho – e, em resumo, constituem uma ponte no caminho de aproximar o raciocínio humano ao da lógica executada pela máquina.

<sup>10</sup> LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à antropologia*. 3 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1959.

<sup>11</sup> COHEN, Leonard. *The future*. Canadá: Sony, 1992. 1 disco compacto (58:34 min.): digital, estéreo. Catalog: #53226

<sup>12</sup> CAPRA, Fritjof. *Sabedoria Incomum*. São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

<sup>13</sup> Idem nota 4.

<sup>14</sup> MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

<sup>15</sup> RUSSELL, Bertrand. *ABC da relatividade*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1960.

#### [CAPÍTULO 4] Consciência errante

<sup>1</sup> Citado em: TAJADOD, Mahin. *O universo das provações*. O Correio da Unesco. Março 1994, ano 22, nº 3, p. 3-38. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas.

<sup>2</sup> FERVENZA, Hélio. *O + é deserto* – Documento AREAL 3. São Paulo: Escrituras, 2003.

<sup>3</sup> HESSE, Hermann. *O Lobo da estepe*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1969.

<sup>4</sup> LÉVY, Pierre, *A Inteligência Coletiva*, São Paulo: Loyola, 1998, p. 15.

<sup>5</sup> BAUDRILLARD, Jean. *De um fragmento ao outro*. São Paulo: Zouk, 2003.

<sup>6</sup> JUNG, Carl Gustav. *AION – Estudos sobre o simbolismo do si-mesmo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Sobre este assunto, sugiro as leituras de *O gene egoísta* de Richard Dawkins (livro onde o autor, através de uma teoria científica genecêntrica, tenta explicar como ocorreu a evolução das moléculas em um nível pré-biótico e como essas moléculas evoluíram de modo a formar todos os seres vivos existentes hoje) – DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. Lisboa: Gradiva, 1990 –; e de *A máquina meme* de Susan Blackmore (livro no qual a autora indica que os Memes – unidades de propagação de conhecimentos, tagarelices, piadas etc. – estão para a cultura como os genes estão para a vida; e que tal como a evolução biológica é guiada pela sobrevivência dos genes mais adaptados em um meio, a evolução cultural pode ser guiada pelos memes mais bem sucedidos) – BLACKMORE, Susan e DAWKINS, Richard. *The meme machine*. Oxford Uk : Oxford Press, 2000.

<sup>9</sup> Citado por David J. Chambers em *O Enigma da consciência*. CHAMBERS, David J. *O Enigma da consciência*. Scientific American Edição especial 04. Os segredos da mente. Março de 2004. Duetto Editorial. São Paulo

<sup>10</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>11</sup> Citado em: ROSS, Phiplip E. *A lingual das cores*. Scientific American 25. Ano 2. Junho de 2004. Duetto Editorial. São Paulo

<sup>12</sup> MERLEAU-PONTY, Maurice. *A prosa do mundo*. São Paulo: Cosac & Naify edições. 2002.

<sup>13</sup> ARENDT, Hanna. *A Vida do espírito*. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

<sup>14</sup> Idem nota 3.

<sup>15</sup> MALDONATO, Mauro. *Não sabemos que não sabemos*. Scientific American 21. Ano 2. Fevereiro de 2004. Duetto Editorial. São Paulo

<sup>16</sup> LEIRIS, Michel. *O espelho da tauromaquia*. São Paulo: Cosac e Naify Edições, 2001.

<sup>17</sup> Exemplo disto é a tenaz crítica da representação de Baudrillard; e suas acentuações de que não existe, ainda, qualquer meio sistemático de comunicar idéias ou sentimentos

que se mostre capaz de traduzir “o estado atual das coisas”; ou de que “o essencial está no instante de aparição das coisas”. Citado por Celso F. Favareto em BAUDRILLARD, Jean. *De um fragmento ao outro*. São Paulo: Zouk, 2003.

<sup>18</sup> Idem nota 3.

<sup>19</sup> Refiro-me aqui à *Migração*, trabalho que realizei dentro do projeto Areal e que se consistiu na realização de uma série de viagens por diferentes cidades da região da metade Sul do estado do Rio Grande do Sul. Nessas localidades foram escavados, deslocados e intercambiados aproximadamente 450 Kg de material residual recolhido nos terrenos por onde passei. O marco inicial do trabalho situou-se no atelier que possuía em Porto Alegre, onde foram realizadas as primeiras escavações, produzindo doze buracos que permaneceram abertos durante o tempo de duração do trabalho. O material retirado foi armazenado em sacos de linho que deram início ao percurso migratório pelo estado. A cada local do trajeto, foram feitas novas escavações, e realizados novos soterramentos do material proveniente do último local visitado; seguindo-se um movimento contínuo de escavar um número similar de buracos, retirar novos materiais, preencher os sacos e transferir seu conteúdo para o próximo ponto do roteiro. Ao final, retornei ao marco de partida e enterrei, nos mesmos buracos que originaram a matéria para o primeiro deslocamento, os resíduos da última cidade visitada. O percurso constituiu-se de ações de deslocamento humano e material pela região, ações de natureza efêmera que buscaram exprimir um percurso e uma ação de troca e envolvimento entre meu movimento como artista, a paisagem, o contato com a população da região e a materialização de um pensamento artístico focado na análise da condição efêmera, das características entrópicas da paisagem e no desenvolvimento de um raciocínio não linear de reflexão sobre o movimento errante através da experiência de arte.

<sup>20</sup> Este fato se sobressai e se impõe relevante, uma vez que o período inicial de estruturação de Areal (experiência que compartilhei com Maria Helena Bernardes e que se constituiu de peregrinações por toda a metade sul do estado do Rio Grande do Sul, em um mergulho profundo em discussões a respeito da arte, mais especificamente sobre as maneiras de acontecimento e apresentação da arte contemporânea – conversávamos, entre outras coisas, sobre a sobrevivência de sentido do pensamento, da ação, do objeto de arte, ou mesmo dos cânones culturais, frente a situações que afirmam e, de certa maneira, impõem a aridez, a inércia, o vazio e o silêncio como fato real) foi, em muitos sentidos, um período que trouxe não só mudanças na produção de todos aqueles que se envolveram com o projeto, como também alterou o direcionamento que muitos dos que o cercaram dariam para seus pensamentos e movimentos no campo da arte (visto que a paisagem da metade sul – cenário onde focalizamos, por um longo período, nosso olhar e iniciamos os desdobramentos do projeto que, em estreita participação, trouxemos à tona – tornou-se um foco de interesse muito estimulante e, por vezes, até amotinador).

<sup>21</sup> E há aqui importante referência a fazer; pois que, de certa maneira, tanto o interesse mais estreito pela movimentação errante, quanto o direcionamento nômade de *Migração* me foram trazidos pelo amigo Marcelo Coutinho, que por ocasião de uma exposição que fizemos conjuntamente no final do ano de 2001 presenteou-me com o estudo (antropológico, mas de rápida incursão nas teorias sociológicas) que E. E. Evans Pritchard realizou

sobre os hábitos (e principalmente a descrição do modo de vida e a exposição dos princípios da estrutura social) dos Nuer; uma tribo nômade do Sudão que vive entre os pântanos e savanas que se estendem em ambos os lados do Nilo, ao sul de sua junção com o Sobat e o Bahr el Ghazal, e em ambas as margens desses dois tributários.

## LEGENDAS DAS FOTOS

As fotografias que ilustram este volume, de autoria de Paula Krause, registram o trabalho *Migração*, realizado por André Severo entre fevereiro de 2002 e março de 2003.

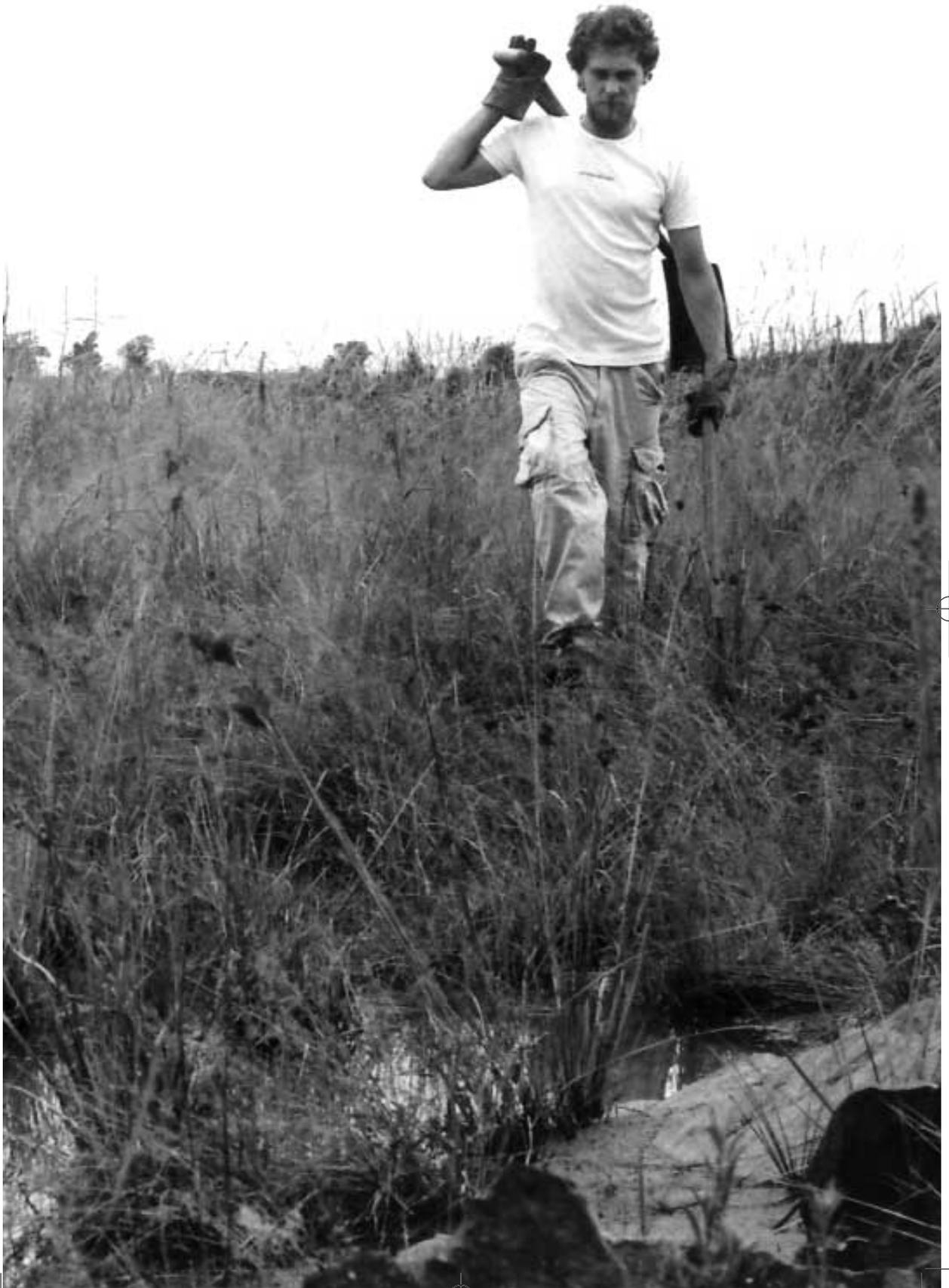
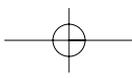
[CAPA, PP 06 – 08 – 160] Porto Alegre [PP 15 – 21] Taquara [PP 26 – 27] Mostardas [PP 36] Estrada do inferno [PP 32 – 43] São José do Norte [PP 56 – 62 – 70 – 71] Rio Grande [PP 51] Chuí [PP 93] Santa Vitória do Palmar [PP 98 – 104 – 105] Cacequi [PP 86 – 87 – 142 – 148] Santana do Livramento [PP 78 – 110] Arroio dos Ratos [PP 117 – 123] Tapes [PP 128 – 136 – 137] Santo Ângelo [PP 04 – 167] Rosário do Sul

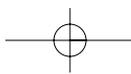
## AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que de alguma forma colaboraram com a realização deste livro e especialmente a: Adauto Ignácio de Jesus, Alexandre Moreira, Ana Flávia Baldisserotto, Antônia Severo, Camila Krause Corrêa, Cristine Flores, Denise Gadelha, Eduarda Severo Saldanha, Hélio Ferverza, Ieda Mariza Severo, Ione Marlei Severo, Ivone Schulz, Janine Severo, José Agnelo Franzen Corrêa, José Roberto Severo, Luís Alberto Severo, Marcelo Coutinho, Marcelo Feldens, Maria Helena Bernardes, Maria Terezilda Brasil de Mattos, Melissa Schulz Severo, Mônica Ballejo Canto, Paula Krause, Raimundo Gadelha, Roberto Onófrio, Rodrigo Cavalheiro Saldanha. Agradeço ainda o apoio do Atelier Livre da Prefeitura de Porto Alegre e do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais do Instituto de Artes da UFRGS que colaboraram na divulgação de Areal. Extendo também minha gratidão à direção e equipe do Programa Petrobras Artes Visuais que ajudou a tornar possível a ação que ilustra esta publicação.

## DEDICATÓRIA

Este livro é dedicado à memória de José Ribeiro Severo e Werther Maynard Krause.





## Série Documento Areal

1. *Eu e você*- Karin Lambrecht, org. A. Severo e M. H. Bernardes (Edunisc)
2. *Vaga em campo de Rejeito*, Maria Helena Bernardes (Escrituras)
3. *O + é deserto*, Hélio Ferverza (Escrituras)
4. *Sobreposições Imprecisas*, Elaine Tedesco (Escrituras)
5. *Consciência errante*, André Severo (Escrituras)

documentoareal@yahoo.com.br



Impresso em novembro de 2004, em chamois Fine Dunas 120g/m<sup>2</sup>,  
capa em Acácia Color 240g/m<sup>2</sup>  
nas oficinas da xxxxxxx.

Composto em AGaramond corpo 11

Não encontrando este livro nas livrarias,  
solicite-o diretamente à editora.

Escrituras Editora e Distribuidora de Livros Ltda.

Rua Maestro Callia, 123

04012-100 - Vila Mariana - São Paulo - SP

Tel.: (11) 5082-4190

escrituras@escrituras.com.br (Administrativo)

vendas@escrituras.com.br (Vendas)

arte@escrituras.com.br (Arte)

<http://www.escrituras.com.br>

